



banrisul

Demonstrações Financeiras

2T2026

Sumário

Press Release	3
Análise de Desempenho	11
Relatório da Administração	27
Balanco Patrimonial	38
Demonstração do Resultado	40
Demonstração do Resultado Abrangente	41
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	42
Demonstração dos Fluxos de Caixa	43
Demonstração do Valor Adicionado	44
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	45
Nota 01 – Contexto Operacional.....	45
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	45
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	48
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	60
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	61
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	81
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	81
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	82
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	83
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	85
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	94
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	96
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	97
Nota 14 – Outros Ativos	98
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	98
Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas.....	99
Nota 17 – Imobilizado de Uso	102
Nota 18 – Intangível	103
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	104
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	106
Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	106
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	106
Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.....	107
Nota 24 – Outros Passivos	109
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	109
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	111
Nota 27 – Despesas de Pessoal.....	112
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	112
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	112
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	113
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	113
Nota 32 – Lucro por Ação	113
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	114
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	125
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	126
Nota 36 – Outras Informações	128
Nota 37 – Evento Subsequente.....	128
Relatórios	129
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	129
Parecer do Conselho Fiscal.....	132
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	133

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no primeiro semestre e segundo trimestre de 2026.

Ambiente de Negócios

O cenário econômico global no 1S2026 permaneceu marcado por elevados níveis de incerteza decorrentes, principalmente, das tensões geopolíticas no Oriente Médio. Nesse contexto, o crescimento global seguiu moderado. No Brasil, a política monetária seguiu orientada pela busca do controle da inflação, com a taxa básica de juros do país (Selic) encerrando o mês de junho em 14,25% ao ano. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1,1% no 1T2026 em relação ao trimestre imediatamente anterior, impulsionado principalmente pelo desempenho da agropecuária, pela expansão dos investimentos e pelo consumo das famílias.

No Rio Grande do Sul (RS), porém, o PIB do 1T2026 manteve-se em patamar semelhante ao observado no trimestre imediatamente anterior. Entre os setores, o principal destaque negativo foi a agropecuária, parcialmente compensado pela indústria e pelo setor de serviços. As exportações gaúchas totalizaram US\$4,4 bilhões período e, ainda que 7,5% inferiores ao 1T2025, mantiveram o Estado na sétima posição entre os principais exportadores do país. No mercado de crédito, o saldo das operações manteve trajetória de crescimento, ainda que em ritmo mais moderado do que o observado nos anos anteriores. Em contrapartida, a taxa de inadimplência total alcançou 4,7% em junho/2026, ante 3,7% em junho/2025.

No Banrisul, o 1S2026 foi marcado por iniciativas direcionadas à preservação e ampliação de receitas e negócios no longo prazo. No período, iniciamos e concluímos a negociação do contrato com o Governo do RS para cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento de aproximadamente 294 mil servidores públicos estaduais. Também intensificamos as ações voltadas ao tratamento de contingências já constituídas decorrentes de ações trabalhistas coletivas, que resultaram em redução de despesas com provisões.

No âmbito da **concessão de crédito**, avançamos simultaneamente em competitividade comercial, digitalização e controle de riscos. Fortalecemos a inteligência comercial com a implementação de novas ferramentas internas, com o objetivo de ampliar a assertividade da atuação da rede de atendimento e qualificar o direcionamento das ofertas de crédito. No segmento para **desenvolvimento PJ**, no 2T2026 reabrimos as linhas de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com respaldo e segurança do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Ainda para PJ, aprimoramos e expandimos produtos de capital de giro para pequenas e médias empresas. No **agronegócio**, iniciamos a comercialização de Cédula de Produto Rural (CPR), produto que não utiliza recursos controlados e tem livre pactuação de taxas de juros e condições, tornando-se estratégico na rentabilidade da carteira.

Nossa carteira de **câmbio** se destacou com crescimento de 12,0% no semestre, alcançando o saldo de R\$3.197,0 milhões, resultado da intensificação da atuação comercial e da ampliação das operações vinculadas ao financiamento do comércio exterior.

No contexto da **qualidade dos ativos de crédito**, investimos na remodelagem da atuação em cobrança em diversas frentes, dentre elas a contratação de consultoria especializada da empresa McKinsey & Company, bem como de seis novas cobradoras terceirizadas que terão atuação dedicada em cobrança de operações ativas e de créditos baixados a prejuízo.

No ecossistema **Vero**, seguimos atuando na estratégia de inovação, crescimento e melhoria da experiência do cliente, ampliando e melhorando os canais de comercialização, na busca pela expansão sustentável dos negócios e geração de valor de longo prazo.

Em relação à **captação**, as Letras Financeiras (LF) apresentaram crescimento expressivo, chegando ao saldo de R\$6.802,4 milhões ao final de junho/2026, 41,7% ou R\$2.001,3 milhões superior a dezembro/2025.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ milhões	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Margem Financeira	3.357,9	3.182,9	1.622,1	1.735,8	1.640,6	5,5%	-1,1%	-6,6%
Perdas Líquidas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(807,5)	(519,0)	(265,0)	(542,5)	(184,3)	55,6%	43,7%	-51,2%
Receitas de Prestação de Serviços	1.049,1	1.046,9	524,0	525,2	525,5	0,2%	-0,3%	-0,2%
Despesas Administrativas	(2.545,9)	(2.359,5)	(1.312,0)	(1.233,9)	(1.200,1)	7,9%	9,3%	6,3%
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2,6	(254,5)	101,5	(98,9)	(131,7)	-101,0%	-177,1%	-202,6%
Outras Receitas Operacionais	348,1	337,3	166,0	182,1	201,3	3,2%	-17,5%	-8,8%
Outras Despesas Operacionais	(454,7)	(371,8)	(258,1)	(196,6)	(199,6)	22,3%	29,3%	31,2%
Lucro Líquido	547,0	619,2	325,4	221,6	377,7	-11,7%	-13,9%	46,8%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ milhões	Jun 2026	Jun 2025	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Ativos Totais	172.297,3	156.054,2	172.297,3	163.539,0	163.470,1	10,4%	5,4%	5,4%
Tesouraria ⁽¹⁾	55.933,3	46.811,2	55.933,3	51.954,1	51.848,2	19,5%	7,9%	7,7%
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.444,4	64.018,3	64.444,4	64.309,1	65.028,8	0,7%	-0,9%	0,2%
Provisão para Perdas Esperada Assoc. ao Risco de Crédito	(4.449,0)	(3.537,2)	(4.449,0)	(4.493,0)	(4.235,5)	25,8%	5,0%	-1,0%
Créditos em Atraso acima de 90 dias	2.976,9	1.891,2	2.976,9	3.090,4	2.718,0	57,4%	9,5%	-3,7%
Recursos Captados e Administrados	139.417,9	123.982,0	139.417,9	132.758,5	133.495,1	12,5%	4,4%	5,0%
Patrimônio Líquido	11.554,8	10.648,9	11.554,8	11.326,8	11.178,4	8,5%	3,4%	2,0%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	11.779,7	11.759,4	11.779,7	12.946,3	14.405,8	0,2%	-18,2%	-9,0%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ milhões	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽³⁾	220,8	246,4	130,8	90,0	156,4	-10,4%	-16,4%	45,3%
Valor de Mercado	5.676,6	4.731,8	5.676,6	7.054,8	4.731,8	20,0%	20,0%	-19,5%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	28,25	26,04	28,25	27,70	26,04	8,5%	8,5%	2,0%
Preço Médio da Ação (R\$) ⁽⁴⁾	16,26	10,83	15,11	17,41	11,37	50,1%	32,8%	-13,2%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,34	1,51	0,80	0,54	0,92	-11,7%	-13,9%	46,8%
Índices Financeiros	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025			
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁵⁾	0,7%	0,8%	0,8%	0,5%	1,0%			
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	9,6%	11,8%	11,4%	7,9%	14,3%			
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁷⁾	57,6%	63,4%	57,6%	57,1%	63,4%			
Índice de Inadimplência acima de 90 dias	4,62%	2,95%	4,62%	4,81%	2,95%			
Índice de Cobertura acima de 90 dias ⁽⁸⁾	149,5%	187,0%	149,5%	145,4%	187,0%			
Índice de Provisonamento ⁽⁹⁾	6,9%	5,5%	6,9%	7,0%	5,5%			
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	15,9%	16,2%	15,9%	17,5%	16,2%			
Indicadores Estruturais	Jun 2026	Jun 2025	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025			
Pontos de Atendimento ⁽¹⁰⁾	592	590	592	592	590			
Postos de Atendimento Eletrônico	359	313	359	359	356			
Colaboradores	9.435	9.266	9.435	9.394	9.228			
Indicadores Econômicos	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025			
Selic Efetiva Acumulada	6,85%	6,42%	3,32%	3,42%	3,33%			
Variação Cambial (%)	-5,97%	-9,02%	-1,99%	-4,06%	-3,48%			
IGP-M	3,28%	-0,95%	3,07%	0,20%	-1,92%			
IPCA	3,36%	2,99%	1,42%	1,92%	0,93%			

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures com característica de concessão de crédito, no âmbito da implementação do novo COSIF 1.5, e a resolução CMN nº 4.966/21; a partir de janeiro de 2025, está incluso o valor do custo de origemação, referente aos correspondentes bancários.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Cotações já ajustadas por proventos, inclusive dividendos.

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(7) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) ÷ (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais – despesas fiscais, trabalhistas e cíveis)). Considera receitas e despesas nos últimos 12 meses.

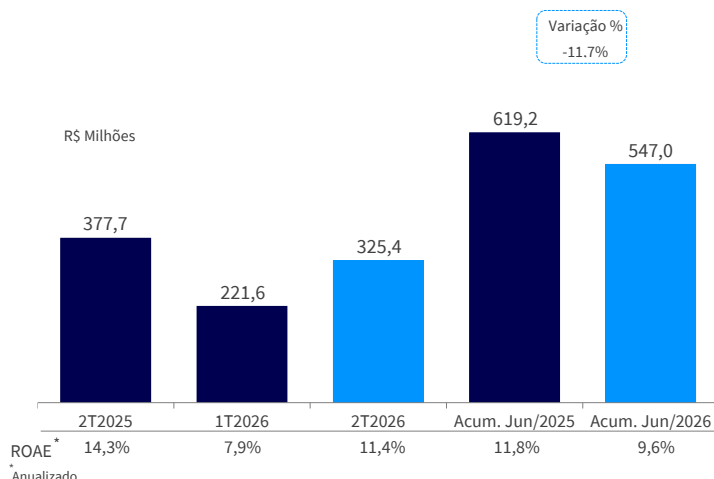
(8) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos acima de 90 dias.

(9) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

(10) Considera a quantidade de agências e postos de atendimento bancário.

* O cálculo dos percentuais de variação considera todas as casas decimais antes do arredondamento.

Destaques Financeiros



despesas administrativas, o semestre foi marcado pela redução 101,0%, equivalente a R\$257,1 milhões, nas despesas com provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, atenuando os impactos negativos sobre o resultado do período. Esse efeito decorre de ações implementadas ao longo do período, voltadas ao tratamento de contingências provenientes de ações trabalhistas coletivas.

Frente ao 1T2026, o **lucro líquido** do 2T2026 aumentou 46,8%, equivalente a R\$103,8 milhões. Embora a margem financeira tenha registrado retração de 6,6% ou R\$113,7 milhões, as despesas relativas a perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito registraram comportamento favorável, com redução de 51,2% ou R\$277,5 milhões. A redução reflete, especialmente, o efeito comparativo com o trimestre anterior, marcado por incrementos nas operações de crédito em atraso, bem como a transferência de responsabilidade através de assunção de dívida de ativo problemático de saldo relevante, ocorrida no 2T2026, com consequente reclassificação de estágio do ativo para menor risco e reversão de provisão para perdas. No âmbito administrativo e operacional, as despesas com provisões fiscais, trabalhistas e cíveis reduziram R\$200,3 milhões quando comparadas ao 1T2026, compensando o incremento de R\$78,1 milhões nas despesas administrativas, e o resultado desfavorável de R\$77,5 milhões nas outras receitas/despesas operacionais no mesmo período comparativo.

A **margem financeira** do 1S2026 totalizou **R\$3.357,9 milhões**, com aumento de 5,5% ou R\$175,0 milhões frente ao 1S2025, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo do que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada do 1S2026, 4,43%, apresentou redução de 0,17 p.p. em relação ao 1S2025.

As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$807,5 milhões no 1S2026 e apresentaram aumento de 55,6% ou R\$288,4 milhões na comparação com o 1S2025, refletindo, especialmente, o crescimento dos créditos em atraso, em um contexto de relativa estabilidade das operações de crédito.

Frente ao 1T2026, as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 2T2026 demonstraram redução de 51,2% ou R\$277,5 milhões, influenciada, em parte, pelo menor volume de créditos em atraso e pela transferência de responsabilidade através de assunção de dívida de ativo problemático de saldo relevante, com concessão de desconto na operação, gerando reclassificação de estágio do ativo para menor risco e consequente reversão de provisão, de acordo com as diretrizes da Resolução 4.966/21.

As **receitas de prestação de serviços** do 1S2026 que totalizaram R\$1.049,1 milhões, apresentaram relativa estabilidade em relação às receitas do 1S2025, com crescimento de R\$2,2 milhões. No comparativo com o 1T2026, as receitas de prestação de serviços do 2T2026, que somaram R\$524,0 milhões, também demonstraram relativa estabilidade, com redução de R\$1,2 milhão.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Administração de Fundos	76,0	63,7	37,8	38,2	33,4	19,4%	13,2%	-1,2%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	247,1	266,6	123,2	123,9	131,8	-7,3%	-6,5%	-0,6%
Cartão de Crédito	124,6	120,5	61,4	63,2	61,5	3,4%	-0,2%	-2,9%
Cobrança e Serviços de Custódia	26,3	27,5	13,0	13,3	13,8	-4,5%	-5,6%	-2,5%
Comissões de Corretagem de Seguros	150,3	149,4	74,7	75,6	75,0	0,6%	-0,4%	-1,2%
Serviços de Conta Corrente	312,0	303,7	154,6	157,4	151,5	2,7%	2,1%	-1,8%
Administração de Consórcio	60,4	62,4	32,9	27,6	31,4	-3,1%	4,5%	19,0%
Demais Receitas ⁽¹⁾	52,3	53,0	26,5	25,9	27,2	-1,4%	-2,6%	2,3%
Total	1.049,1	1.046,9	524,0	525,2	525,5	0,2%	-0,3%	-0,2%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, apresentaram crescimento de 7,9% ou R\$186,4 milhões em relação ao 1S2025, e de 6,3% ou R\$78,1 milhões na comparação entre o 2T2026 e o 1T2026, refletindo especialmente o aumento nas despesas de pessoal.

As despesas de pessoal do 1S2026 apresentaram incremento de 9,4% ou R\$122,9 milhões frente ao 1S2025 e de 8,3% ou R\$57,1 milhões na comparação entre o 2T2026 e o 1T2026, refletindo principalmente os acordos coletivos da categoria, a reestruturação de funções, os encargos sociais, o aumento no quadro de funcionários e a sazonalidade de férias no 1T2026. As outras despesas administrativas do 1S2026 apresentaram incremento de 6,1% ou R\$63,5 milhões frente ao 1S2025, refletindo em especial o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados, com aluguéis e condomínios e despesas com amortização e depreciação. Frente ao 1T2026, as outras despesas administrativas do 2T2026 apresentaram incremento de 3,8% ou R\$20,9 milhões, com destaque para as despesas com serviços técnicos especializados.

Composição das Despesas Administrativas – R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Despesas de Pessoal	1.437,0	1.314,1	747,1	689,9	674,6	9,4%	10,7%	8,3%
Outras Despesas Administrativas	1.108,8	1.045,4	564,9	543,9	525,5	6,1%	7,5%	3,8%
Amortização e Depreciação	211,9	199,6	110,3	101,6	99,6	6,2%	10,7%	8,5%
Água, Energia e Gás	16,4	16,7	7,3	9,1	6,9	-1,7%	6,0%	-20,2%
Aluguéis e Condomínios	40,1	27,6	19,5	20,6	11,3	45,2%	72,0%	-5,2%
Comunicações	31,0	37,2	14,1	16,9	19,6	-16,7%	-28,2%	-16,9%
Manutenção e Conservação de Bens	67,1	57,0	35,8	31,3	26,8	17,7%	33,4%	14,3%
Processamento de Dados	119,6	128,4	60,1	59,5	65,3	-6,9%	-8,1%	1,0%
Propaganda, Promoções e Publicidade	74,7	79,0	33,7	41,1	38,3	-5,4%	-12,0%	-18,0%
Serviços de Terceiros	251,5	241,5	126,2	125,4	124,8	4,2%	1,1%	0,6%
Serviços Técnicos Especializados	139,6	105,8	78,2	61,4	58,7	32,0%	33,2%	27,4%
Serviço de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	68,1	69,1	32,7	35,3	36,1	-1,5%	-9,3%	-7,4%
Serviços do Sistema Financeiro	21,8	21,0	12,2	9,5	10,8	3,4%	13,5%	28,3%
Demais Despesas	67,1	62,4	34,8	32,2	27,3	7,4%	27,7%	8,0%
Total	2.545,9	2.359,5	1.312,0	1.233,9	1.200,1	7,9%	9,3%	6,3%

O **índice de eficiência** dos doze meses acumulados até junho de 2026 alcançou 57,6%, frente a 63,4% dos doze meses acumulados até junho de 2025, refletindo, principalmente, o aumento de 6,5% na margem financeira, crescimento de 0,8% nas receitas de prestação de serviços, resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais e redução de 40,6% nas despesas com provisões fiscais, trabalhistas e cíveis; frente ao aumento de 6,8% nas despesas administrativas.

As **despesas com provisões fiscais, trabalhistas e cíveis** apresentaram redução de 101,0% ou R\$257,1 milhões na comparação entre o 1S2026 e o 1S2025, de 177,1% ou R\$233,1 milhões entre o 2T2026 e o 2T2025 e de 202,6% ou R\$200,3 milhões frente ao 1T2026, face à diminuição da despesa de provisão para contingência trabalhista. No 2T2026, ocorreu a negociação nos acordos individuais das ações coletivas de 7ª e 8ª horas, de adesão voluntária, onde foram firmados 526 acordos assinados. No período também houve a melhoria no processo de apuração da atualização monetária da provisão trabalhista, visando refletir de forma mais adequada a estimativa de desembolso ao final dos processos de contingência trabalhista provável, eventos responsáveis pela reversão da referida provisão.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$172.297,3 milhões em junho de 2026, com incremento de 10,4% frente ao mês de junho de 2025, de 5,4% frente ao mês de dezembro de 2025 e março de 2026. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$82.304,1 milhões em junho de 2026. Deduzidas as obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$55.933,3 milhões em junho de 2026, apresentando crescimento de 19,5% ou R\$9.122,1 milhões na comparação com junho de 2025, de 7,9% ou R\$4.085,1 milhões frente a dezembro de 2025 e de 7,7% ou R\$3.979,2 milhões em relação a março de 2026 refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, e aumento dos recursos em letras, em um contexto de relativa estabilidade da carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Em junho de 2026, o Banrisul firmou contrato com o Estado do Rio Grande do Sul e com o Instituto de Previdência do Estado – IPERGS, por meio do qual foi recontratada a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, originariamente contratada em 2016. Em razão dos termos ajustados no referido contrato, o Banrisul efetuou o pagamento do preço em parcela única, no montante de R\$ 1.234,0 milhões. O novo contrato foi firmado pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado por igual período mediante novo acordo de preço.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544,7 milhões corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando em saldo de R\$499,3 milhões ao final do período de reporte.

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.444,4 milhões em junho de 2026, registrando relativa estabilidade com aumento de R\$426,2 milhões frente a junho de 2025, trajetória influenciada pelo crescimento da carteira de câmbio e do crédito comercial, minimizado pela redução do crédito rural, imobiliário e financiamento de longo prazo. Na comparação com dezembro de 2025, apresentou redução de 0,9% ou R\$584,3 milhões face, em especial, à diminuição do crédito rural e comercial, compensada parcialmente pelo aumento na carteira de câmbio. Em relação a março de 2026, a carteira de crédito de junho de 2026 apresentou relativa estabilidade, com aumento de R\$135,4 milhões, impactada pelo incremento na carteira de câmbio, crédito comercial e imobiliário, minimizado pela redução no crédito rural e financiamento de longo prazo.

Demonstrativo da Carteira de Crédito – R\$ milhões

	Jun 2026	% Total Crédito	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Câmbio	3.197,0	5,0%	2.815,0	2.854,2	2.320,6	37,8%	12,0%	13,6%
Comercial ⁽¹⁾	39.493,4	61,3%	39.189,9	39.663,7	39.248,5	0,6%	-0,4%	0,8%
Pessoa Física	28.105,2	43,6%	28.332,9	28.730,3	29.246,8	-3,9%	-2,2%	-0,8%
Consignado	18.405,9	28,6%	18.837,2	19.461,3	20.630,7	-10,8%	-5,4%	-2,3%
Outros	9.699,3	15,1%	9.495,6	9.269,0	8.616,1	12,6%	4,6%	2,1%
Pessoa Jurídica	11.388,2	17,7%	10.857,0	10.933,4	10.001,7	13,9%	4,2%	4,9%
Capital de Giro	6.648,8	10,3%	6.261,1	6.564,1	6.136,0	8,4%	1,3%	6,2%
Outros	4.739,4	7,4%	4.595,9	4.369,3	3.865,7	22,6%	8,5%	3,1%
Financiamento de Longo Prazo	2.466,9	3,8%	2.566,7	2.531,8	2.524,9	-2,3%	-2,6%	-3,9%
Imobiliário	6.445,8	10,0%	6.355,3	6.453,7	6.552,1	-1,6%	-0,1%	1,4%
Rural	12.841,4	19,9%	13.382,2	13.525,3	13.372,2	-4,0%	-5,1%	-4,0%
Total	64.444,4	100,0%	64.309,1	65.028,8	64.018,3	0,7%	-0,9%	0,2%

(1) Inclui custo de origem por meio dos correspondentes bancários; inclui Arrendamento Mercantil; inclui Debêntures e Notas Comerciais.

O volume concedido em ativos de crédito no 1S2026, R\$26.778,8 milhões, apresentou relativa estabilidade frente ao mesmo período de 2025, com elevação de R\$195,7 milhões. Na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025, o volume concedido em crédito demonstrou elevação de 10,3% ou R\$1.389,7 milhões e de 24,2% ou

R\$2.887,8 milhões frente ao 1T2026, trajetórias influenciadas principalmente pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica e pessoa física.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Câmbio	2.114,0	1.673,1	1.163,2	950,7	938,4	26,4%	24,0%	22,4%
Comercial	22.158,4	21.361,6	12.344,0	9.814,4	10.966,8	3,7%	12,6%	25,8%
Pessoa Física	12.410,6	12.455,8	6.640,7	5.769,9	6.124,5	-0,4%	8,4%	15,1%
Pessoa Jurídica	9.747,8	8.905,9	5.703,3	4.044,4	4.842,3	9,5%	17,8%	41,0%
Financiamento de Longo Prazo	195,9	380,7	93,9	102,0	116,8	-48,5%	-19,6%	-8,0%
Imobiliário	459,7	385,8	336,2	123,5	168,5	19,2%	99,6%	172,2%
Rural	1.850,7	2.781,9	895,9	954,8	1.253,1	-33,5%	-28,5%	-6,2%
Total	26.778,8	26.583,0	14.833,3	11.945,5	13.443,6	0,7%	10,3%	24,2%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21, que substitui o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de junho de 2026, 4,62% das operações de crédito, apresentou elevação de 1,67 p.p. em doze meses, de 0,44 p.p. em seis meses e redução de 0,19 p.p. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias alcançou R\$2.976,9 milhões em junho de 2026, com crescimento de 57,4% ou R\$1.085,7 milhões na comparação com junho de 2025, de 9,5% ou R\$258,9 milhões em relação a dezembro de 2025 e redução de 3,7% ou R\$113,5 milhões frente a março de 2026.

A **provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** alcançou R\$4.449,0 milhões em junho de 2026, com crescimento de 25,8% ou R\$911,8 milhões em relação a junho de 2025, refletindo o aumento das operações em atraso e pelo caráter atípico do mês de dezembro de 2025, impactado pela constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando o saldo de provisão naquele mês.

Na comparação com dezembro de 2025, o saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de junho de 2026 apresentou elevação de 5,0% ou R\$213,6 milhões, impactada pelo crescimento das operações em atraso, em um contexto de redução da carteira de crédito. Frente a março de 2026, o saldo de provisão demonstrou redução de 1,0% ou R\$43,9 milhões, influenciada pela diminuição das operações em atraso e relativa estabilidade da carteira de crédito.

Indicadores de Qualidade do Crédito - %

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	4,62%	4,81%	4,18%	2,95%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	149,5%	145,4%	155,8%	187,0%
Índice de Provisão ⁽³⁾	6,9%	7,0%	6,5%	5,5%

(1) Operações com atraso > 90 dias ÷ Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ operações com atrasos > 90 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito ÷ Operações de Crédito. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito ÷ Operações de Crédito.

Os **recursos captados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, letras financeiras subordinadas e dívida externa subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$139.417,9 milhões em junho de 2026, com crescimento de 12,5% ou R\$15.435,9 milhões em doze meses, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, dos recursos administrados e aumento das letras financeiras subordinadas, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026.

Frente a dezembro de 2025, os recursos captados e administrados de junho de 2026 demonstraram incremento de 4,4% ou R\$5.922,8 milhões, impactado especialmente pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, dos recursos administrados e dos recursos em letras, principalmente letras financeiras, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026. Em relação a março de 2026, os recursos captados e administrados de junho de 2026 apresentaram elevação de 5,0% ou R\$6.659,4 milhões, refletindo, em especial, o aumento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo e interfinanceiros, dos recursos administrados e dos recursos em letras, principalmente nas letras financeiras.

O Banrisul realizou novas emissões de Letras Financeiras Subordinadas Nível II- LFSN, autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência do Banrisul, com prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão, no montante de R\$1.850,0 milhões em 2025.

Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.689,4 milhões ou US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Recursos Captados e Administrados – R\$ milhões

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Depósitos	105.474,8	101.071,3	100.557,9	92.711,9	13,8%	4,9%	4,4%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	8.738,9	7.696,4	10.152,4	9.742,8	-10,3%	-13,9%	13,5%
Letras Financeiras Subordinadas	2.603,5	2.507,5	2.413,0	456,4	470,5%	7,9%	3,8%
Dívida Externa Subordinada ⁽²⁾	-	-	1.689,4	1.663,3	-100,0%	-100,0%	N/A*
Total Recursos Captados	116.817,2	111.275,2	112.399,7	104.118,0	12,2%	3,9%	5,0%
Recursos Administrados	22.600,7	21.483,3	21.095,3	19.864,0	13,8%	7,1%	5,2%
Total Recursos Captados e Administrados	139.417,9	132.758,5	133.495,1	123.982,0	12,5%	4,4%	5,0%

(1) Letras Financeiras, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas.

* Não se aplica.

O **patrimônio líquido** do Banrisul totalizou R\$11.554,8 milhões ao final de junho de 2026, com crescimento de 8,5% ou R\$905,9 milhões em relação a junho de 2025, de 3,4% ou R\$376,4 milhões frente a dezembro de 2025 e de 2,0% ou R\$227,9 milhões na comparação com março de 2026, trajetórias influenciadas, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$638,2 milhões no 1S2026. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$901,0 milhões no período.

Guidance

O Banrisul apresenta a seguir a revisão do *Guidance* para o ano de 2026. Na Carteira de Crédito Total, o intervalo projetado foi revisado para patamar levemente inferior ao divulgado anteriormente, refletindo o crescimento abaixo do esperado no primeiro semestre do ano, mas com melhor expectativa de originação para o restante do ano, principalmente em linhas de crédito empresariais, vinculadas a programas governamentais e mercado de capitais, bem como linhas de crédito pessoal.

Em relação à Margem Financeira, a revisão incorpora a evolução da Carteira de Crédito em ritmo inferior ao previsto, num contexto de aumento do custo de captação projetado, em função da manutenção da Taxa Selic em patamares elevados. Soma-se a isso a alteração no mix de produtos, destacando-se o aumento da participação de operações vinculadas a programas emergenciais do Governo, o que deverá resultar em rentabilidade inferior à inicialmente projetada.

Quanto ao Custo de Crédito, a elevação dos níveis de risco da Carteira motivou a revisão do intervalo projetado para faixa levemente superior.

Por outro lado, o intervalo divulgado no início do ano para crescimento das Despesas Administrativas deve ser mantido, refletindo o acompanhamento contínuo da execução orçamentária e do controle dos gastos da Instituição.

Perspectivas Banrisul

	Ano 2026	
	Publicado	Revisado
Carteira de Crédito Total	3% a 8%	2% a 7%
Margem Financeira	8% a 13%	5% a 10%
Custo de Crédito ⁽¹⁾	1,2% a 2,2%	1,5% a 2,5%
Despesas Administrativas ⁽²⁾	5% a 9%	5% a 9%

(1) Despesas de Provisão para Perdas da Carteira de Crédito líquidas da Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo em relação ao saldo desta Carteira.

(2) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

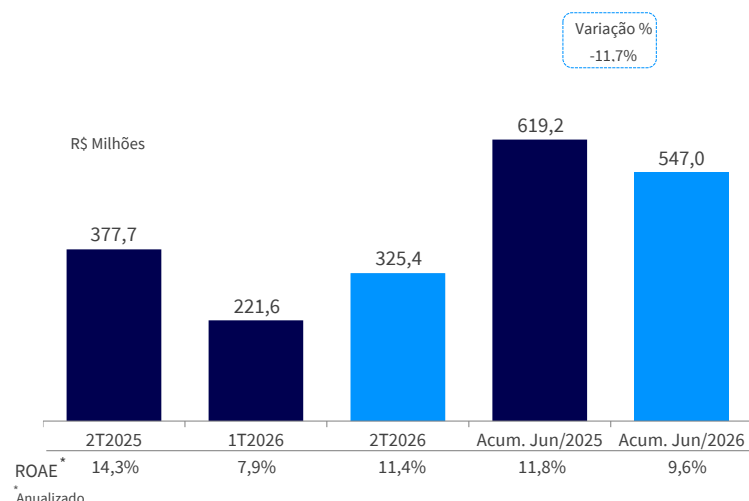
As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2026.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao primeiro semestre e segundo trimestre de 2026.

Lucro Líquido



O lucro líquido do 1S2026 totalizou R\$547,0 milhões e apresentou redução de 11,7% ou R\$72,2 milhões frente ao 1S2025, refletindo principalmente o (i) aumento da margem financeira em R\$175,0 milhões, (ii) elevação das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$288,4 milhões, (iii) moderado aumento das despesas administrativas em R\$186,4 milhões, (iv) resultado desfavorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$72,2 milhões, (v) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$257,1 milhões, e

(vi) consequente efeito tributário.

O lucro líquido do 2T2026 totalizou R\$325,4 milhões e apresentou diminuição de 13,9% ou R\$52,3 milhões frente ao 2T2025, refletindo especialmente (i) redução da margem financeira em R\$18,5 milhões, (ii) incremento das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$80,6 milhões, (iii) moderado aumento das despesas administrativas em R\$111,8 milhões, (iv) resultado desfavorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$93,8 milhões, (v) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$233,1 milhões, e (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 1T2026, o lucro líquido do 2T2026 demonstrou elevação de 46,8% ou R\$103,8 milhões, refletindo em especial a (i) diminuição da margem financeira em R\$113,7 milhões; (ii) redução das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$277,5 milhões; (iii) moderada elevação das despesas administrativas, em R\$78,1 milhões; (iv) resultado desfavorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$77,5 milhões, (v) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$200,3 milhões; e (vi) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem anualizada sobre ativos rentáveis reduziu 0,17 p.p. na comparação entre o 1S2026 e o 1S2025, alcançando 4,43% no 1S2026. Os ativos médios rentáveis aumentaram 9,7% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 10,4%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 50,1% desses ativos, com aumento de 2,3 p.p. entre o 1S2026 e o 1S2025; b) operações de crédito, representando 38,7% desses ativos, com redução de 4,3 p.p. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 52,7% desses passivos no 1S2026, com elevação de 2,2 p.p. frente ao 1S2025; b) captação no mercado aberto, representando 17,3% dos passivos onerosos, com diminuição de 2,0 p.p. no período; c) depósitos judiciais e administrativos, representando 7,8% desses passivos, com aumento de 0,8 p.p., d) depósitos de poupança, representando 7,7% dos passivos onerosos, com redução de 1,1 p.p. no período; e e) recursos em letras, representando 5,7% dos passivos onerosos, com diminuição de 0,8 p.p. no período.

A partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

Margem Financeira Analítica - R\$ milhões e %

	1S2026			1S2025		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	151.722,8	11.758,6	7,75%	138.244,6	10.047,7	7,27%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	58.738,6	5.797,1	9,87%	59.489,7	5.460,1	9,18%
Tesouraria ⁽²⁾	76.072,4	5.005,9	6,58%	66.074,7	4.064,5	6,15%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	20,6	(66,1)	-321,57%	199,1	(276,2)	-138,74%
Compulsórios	16.891,2	1.021,8	6,05%	12.481,1	799,3	6,40%
Ativos Não Rentáveis	14.247,0			14.046,0		
Ativos Totais	165.969,9	11.758,6	7,08%	152.290,6	10.047,7	6,60%
Passivos Onerosos	140.551,4	(8.400,7)	5,98%	127.332,8	(6.864,8)	5,39%
Depósitos Interfinanceiros	2.730,0	(123,2)	4,51%	1.893,2	(71,8)	3,79%
Depósitos de Poupança	10.768,5	(415,6)	3,86%	11.161,6	(421,0)	3,77%
Depósitos a Prazo	74.005,6	(4.444,5)	6,01%	64.311,3	(3.574,1)	5,56%
Depósitos Judiciais e Administrativos	11.020,2	(692,4)	6,28%	8.854,1	(511,8)	5,78%
Captações no Mercado Aberto	24.346,9	(1.632,6)	6,71%	24.589,4	(1.552,3)	6,31%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	7.949,1	(519,3)	6,53%	8.272,8	(483,8)	5,85%
Letras Financeiras Subordinadas	2.508,1	(190,4)	7,59%	441,5	(34,6)	7,83%
Dívida Externa Subordinada ⁽⁵⁾	241,3	51,5	-21,35%	1.726,5	160,5	-9,30%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	4.145,0	(131,7)	3,18%	3.669,6	(108,8)	2,97%
Obrigações por Empréstimos e Rep. em Moeda Estrangeira	2.836,5	(302,5)	10,67%	2.412,8	(267,1)	11,07%
Passivos Não Onerosos	14.054,6			14.459,5		
Patrimônio Líquido	11.363,8			10.498,4		
Passivos e PL	165.969,9	(8.400,7)	5,06%	152.290,6	(6.864,8)	4,51%
Spread			2,02%			2,09%
Margem Financeira		3.357,9	2,21%		3.182,9	2,30%
Margem Financeira Anualizada			4,43%			4,60%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento, sendo alocadas as variações cambiais nos devidos produtos.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(4) Inclui letras financeiras, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

(5) Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.689,4 milhões ou US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do 1S2026, R\$3.357,9 milhões, apresentou crescimento de 5,5% ou R\$175,0 milhões em relação ao 1S2025, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado à elevação nas taxas médias, principalmente nos instrumentos financeiros derivativos e nas operações de crédito; e à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas aplicações em tesouraria. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento nas taxas médias dos passivos onerosos, principalmente na dívida subordinada, depósitos a prazo e captações no mercado aberto, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva, e ao crescimento no volume médio, em especial dos depósitos a prazo.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos nos períodos anteriores. A variação de volume foi computada como a diferença entre o saldo médio multiplicado pela taxa do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: 1S2026 vs 1S2025.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ milhões

	1S2026/1S2025		
	Aumento / Redução		
	Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis	392,9	1.318,1	1.710,9
Operações de Crédito ⁽¹⁾	(67,9)	404,9	337,0
Tesouraria ⁽²⁾	644,4	297,0	941,4
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	(447,5)	657,6	210,1
Compulsórios	263,9	(41,4)	222,4
Passivos Onerosos	(689,5)	(846,4)	(1.535,9)
Depósitos Interfinanceiros	(35,9)	(15,4)	(51,3)
Depósitos de Poupança	15,0	(9,6)	5,5
Depósitos a Prazo	(567,1)	(303,3)	(870,3)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(133,2)	(47,4)	(180,6)
Captações no Mercado Aberto	15,1	(95,5)	(80,4)
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	17,8	(53,3)	(35,5)
Letras Financeiras Subordinadas	(156,9)	1,0	(155,9)
Dívida Externa Subordinada ⁽⁵⁾	215,1	(324,1)	(109,0)
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(14,8)	(8,1)	(22,9)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(44,7)	9,3	(35,4)
Margem Financeira	(296,7)	471,7	175,0

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

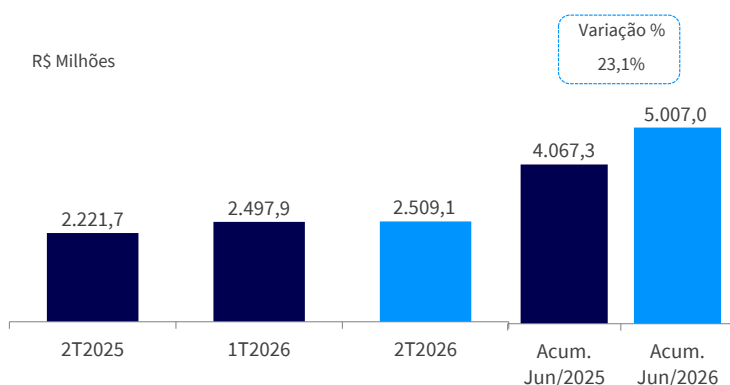
(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(4) Inclui letras financeiras, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

(5) Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.689,4 milhões ou US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Resultado de Tesouraria



O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários – TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) do 1S2026 apresentou crescimento de 23,1% ou R\$939,7 milhões frente ao 1S2025, refletindo o aumento no saldo e nas respectivas rendas de TVM, em um cenário de elevação da Taxa Selic efetiva do período.

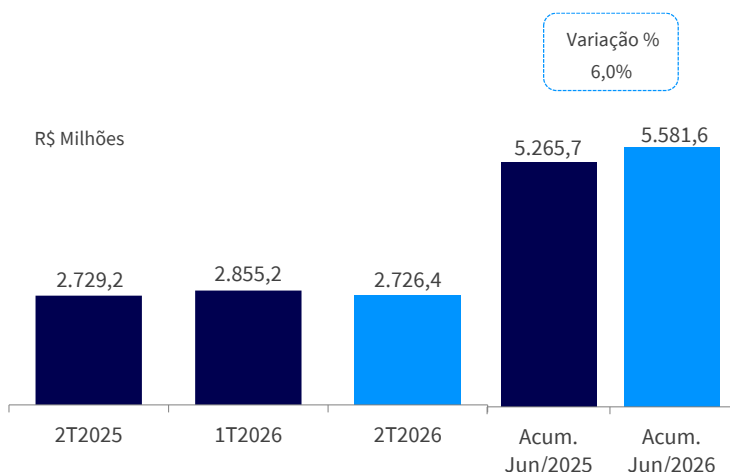
Em relação ao 2T2025, o resultado de tesouraria do 2T2026 demonstrou elevação de 12,9% ou R\$287,4 milhões face, em especial, ao incremento no saldo e respectivas rendas de TVM, em um cenário de diminuição na Taxa Selic efetiva do período. Na comparação com o 1T2026, apresentou relativa estabilidade.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do 1S2026 somou R\$1.020,6 milhões, apresentando elevação de 28,1% ou R\$224,1 milhões frente ao 1S2025, refletindo em especial o incremento nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, face à elevação de saldo e da Taxa Selic efetiva.

No 2T2026, totalizou R\$513,1 milhões, demonstrando crescimento de 19,8% ou R\$84,8 milhões na comparação com o 2T2025 e de 1,1% ou R\$5,6 milhões em relação ao 1T2026, influenciado principalmente pelo aumento nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, à elevação de saldo, em um contexto de redução da Taxa Selic efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do 1S2026, que incluem também as receitas de arrendamento mercantil, os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e as receitas de debêntures com característica de crédito, totalizaram R\$5.581,6 milhões e apresentaram crescimento de 6,0% ou R\$315,9 milhões frente ao 1S2025, trajetória influenciada, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial e do crédito rural.

No 2T2026, as receitas de operações de crédito somaram R\$2.726,4 milhões, demonstrando relativa estabilidade em relação ao 2T2025 e redução de 4,5% ou R\$128,8 milhões no comparativo com o último trimestre, refletindo em especial a redução nas receitas do crédito comercial.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física - PF representam 70,7% do total de receitas do crédito comercial no 1S2026, demonstrando relativa estabilidade na comparação com o 1S2025, com aumento de R\$10,0 milhões. Frente ao 2T2025, as receitas do crédito comercial PF do 2T2026 apresentaram redução de 3,0% ou R\$45,7 milhões, impactada em especial pela diminuição nas rendas com o crédito consignado e cartão de crédito rotativo/parcelado, compensado, em parte, pela elevação nas receitas do crédito pessoal e

renegociação de dívidas. Em relação ao 1T2026, as receitas do crédito comercial PF do 2T2026 demonstraram redução de 2,7% ou R\$40,6 milhões, refletindo principalmente a diminuição nas rendas com renegociação de dívidas.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica - PJ representam 29,3% do total de receitas do crédito comercial no 1S2026, e aumentaram 23,4% ou R\$231,3 milhões frente ao 1S2025, trajetória influenciada, especialmente, pela elevação nas receitas com renegociação de dívidas, das operações de conta única e rendas do capital de giro. No comparativo entre o 2T2026 e o 2T2025, as receitas do crédito comercial PJ demonstraram incremento de 6,7% ou R\$35,7 milhões face, em especial, ao aumento das rendas da conta única e renegociação de dívidas. Em relação ao 1T2026, apresentaram redução de 11,7% ou R\$75,6 milhões, refletindo principalmente a diminuição nas receitas com renegociação de dívidas.

As receitas do crédito comercial do 1S2026 apresentaram aumento de 6,1% ou R\$241,2 milhões frente ao 1S2025, relativa estabilidade na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025 e redução de 5,4% ou R\$116,2 milhões em relação ao 1T2026.

Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Pessoa Física	2.948,7	2.938,7	1.454,1	1.494,7	1.499,8	0,3%	-3,0%	-2,7%
Aquisição de Bens	25,9	27,0	12,8	13,1	13,6	-3,9%	-5,7%	-1,7%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	213,1	257,9	100,6	112,5	138,9	-17,3%	-27,5%	-10,6%
Cheque Especial	299,8	303,6	146,2	153,6	155,9	-1,3%	-6,2%	-4,9%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	52,0	34,0	25,9	26,1	19,6	52,6%	32,1%	-1,0%
Crédito Pessoal	479,4	438,3	250,9	228,5	230,3	9,4%	8,9%	9,8%
Crédito Consignado	1.649,6	1.754,6	819,5	830,2	858,2	-6,0%	-4,5%	-1,3%
Outros ⁽³⁾	228,9	123,4	98,2	130,7	83,4	85,5%	17,8%	-24,8%
Pessoa Jurídica	1.220,1	988,9	572,3	647,8	536,5	23,4%	6,7%	-11,7%
Aquisição de Bens	16,5	23,0	7,7	8,8	11,5	-28,5%	-33,1%	-12,6%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	9,8	13,7	4,6	5,2	7,7	-28,8%	-40,2%	-10,6%
Capital de Giro	520,5	488,4	260,9	259,6	252,2	6,6%	3,5%	0,5%
Conta Empresarial	192,2	185,6	95,0	97,2	99,1	3,6%	-4,2%	-2,2%
Conta Única ⁽²⁾	283,9	213,2	141,1	142,9	119,9	33,2%	17,7%	-1,3%
Desconto de Recebíveis	14,5	18,6	7,0	7,5	10,2	-22,0%	-31,3%	-6,0%
Outros ⁽³⁾	182,7	46,4	55,9	126,8	35,9	294,0%	55,7%	-55,9%
Total	4.168,8	3.927,6	2.026,3	2.142,5	2.036,3	6,1%	-0,5%	-5,4%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (3) Inclui renegociação de dívidas no valor de R\$176,8 milhões na PF e R\$123,0 milhões na PJ no 1S2026.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado do 1S2026 apresentaram elevação de 22,8% ou R\$1.477,6 milhões frente às despesas do 1S2025, refletindo principalmente o aumento das despesas com depósitos e com letras financeiras subordinadas, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação.

Na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025, as despesas de captação no mercado demonstraram incremento de 14,0% ou R\$493,2 milhões, impactado especialmente pelo aumento nas despesas com depósitos, face a elevação no saldo.

Frente ao 1T2026, as despesas de captação no mercado do 2T2026 apresentaram crescimento de 1,6% ou R\$63,4 milhões, influenciada em especial pela liquidação da dívida subordinada e elevação nas despesas com depósitos, face ao aumento no saldo, minimizada pela diminuição das despesas com operações compromissadas.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Depósitos ⁽¹⁾	5.675,6	4.578,7	2.857,4	2.818,2	2.441,5	24,0%	17,0%	1,4%
Operações Compromissadas	1.632,6	1.552,3	797,7	834,9	848,8	5,2%	-6,0%	-4,5%
Recursos em Letras	519,3	483,8	263,9	255,5	273,2	7,3%	-3,4%	3,3%
Letras Financeiras Subordinadas	190,4	34,6	95,9	94,5	18,4	450,8%	422,7%	1,5%
Resultado da Dívida Externa Subordinada	(51,5)	(160,5)	-	(51,5)	(60,1)	-67,9%	-100,0%	-100,0%
Total	7.966,5	6.488,8	4.015,0	3.951,5	3.521,8	22,8%	14,0%	1,6%

(1) Inclui as despesas do FGC.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 2T2025, 2,82%, aumentou 0,10 p.p. em relação ao 2T2025 e redução de 0,04 p.p. frente ao 1T2026, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 84,88% no 2T2026, apresentou elevação de 3,28 p.p. frente ao 2T2025 e de 1,13 p.p. na comparação com o 1T2026.

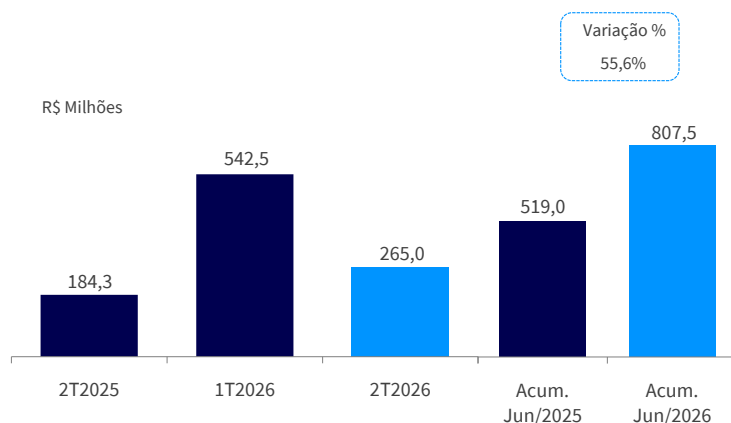
O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,8% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 88,27% no 2T2026, com elevação de 1,79 p.p. em relação ao 2T2025 e de 0,68 p.p. frente ao 1T2026.

Custo de Captação - R\$ milhões e %

	2T2026			1T2026			2T2025		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	75.158,7	(2.201,9)	2,93%	73.065,2	(2.187,2)	2,99%	65.536,8	(1.886,1)	2,88%
Depósitos de Poupança	10.711,8	(204,9)	1,91%	10.765,2	(210,6)	1,96%	11.132,3	(214,0)	1,92%
Depósitos à Vista	3.128,5	-	0,00%	3.159,3	-	0,00%	3.122,8	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	3.058,9	(78,6)	2,57%	2.269,1	(44,5)	1,96%	2.025,3	(39,1)	1,93%
Depósitos Judiciais e Administrativos	11.111,5	(343,9)	3,09%	10.960,4	(348,5)	3,18%	9.226,9	(276,1)	2,99%
Outros Depósitos	338,4	(0,0)	0,01%	305,4	(0,0)	0,01%	251,1	(0,0)	0,01%
Letras Financeiras	5.943,6	(195,8)	3,29%	5.333,3	(178,8)	3,35%	2.489,1	(80,9)	3,25%
Letras de Crédito Imobiliário	1.715,8	(52,7)	3,07%	1.844,1	(60,9)	3,30%	2.984,9	(88,6)	2,97%
Letras de Crédito do Agronegócio	472,7	(15,3)	3,23%	513,5	(15,8)	3,07%	3.424,8	(103,8)	3,03%
Letras Financeiras Subordinadas	2.555,5	(95,9)	3,75%	2.476,3	(94,5)	3,82%	450,3	(18,4)	4,08%
Despesas de Contribuição FGC	-	(28,1)	-	-	(27,3)	-	-	(26,2)	-
Saldo Médio Total / Desp. Total	114.195,3	(3.217,2)	2,82%	110.691,7	(3.168,2)	2,86%	100.644,2	(2.733,1)	2,72%
Selic			3,32%			3,42%			3,33%
Custo Médio / Selic			84,88%			83,75%			81,60%
Custo Depósito a Prazo / Selic			88,27%			87,59%			86,48%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito



As despesas relativas a perdas esperadas associadas ao risco de crédito, apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$807,5 milhões no 1S2026 e apresentaram aumento de 55,6% ou R\$288,4 milhões na comparação com o 1S2025, refletindo, especialmente, o crescimento dos créditos em atraso, em um contexto de relativa estabilidade das operações de crédito.

No 2T2026, as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito totalizaram R\$265,0 milhões e demonstraram elevação de 43,7% ou R\$80,6 milhões em relação ao 2T2025, também impactada pelo incremento dos créditos em atraso.

Frente ao 1T2026, as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 2T2026 demonstraram redução de 51,2% ou R\$277,5 milhões, influenciada, em parte, pelo menor volume de créditos em atraso e pela transferência de responsabilidade através de assunção de dívida de ativo problemático de saldo relevante, com concessão de desconto na operação, gerando reclassificação de estágio do ativo para menor risco e consequente reversão de provisão, de acordo com as diretrizes da Resolução 4.966/21.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do 1S2026, que totalizaram R\$1.049,1 milhões, apresentaram relativa estabilidade em relação às receitas do 1S2025, com crescimento de R\$2,2 milhões. No comparativo com o 2T2025 e o 1T2026, as receitas de prestação de serviços do 2T2026, que somaram R\$524,0 milhões, também demonstraram relativa estabilidade, com redução de R\$1,5 milhão e R\$1,2 milhão respectivamente.

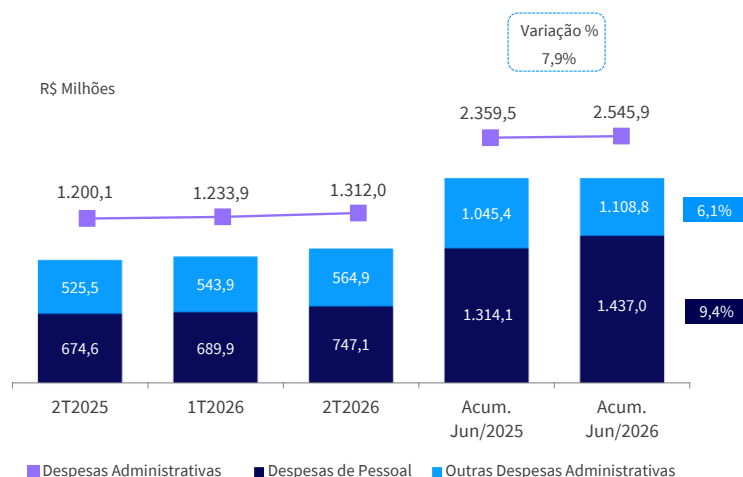
Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Administração de Fundos	76,0	63,7	37,8	38,2	33,4	19,4%	13,2%	-1,2%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	247,1	266,6	123,2	123,9	131,8	-7,3%	-6,5%	-0,6%
Cartão de Crédito	124,6	120,5	61,4	63,2	61,5	3,4%	-0,2%	-2,9%
Cobrança e Serviços de Custódia	26,3	27,5	13,0	13,3	13,8	-4,5%	-5,6%	-2,5%
Comissões de Corretagem de Seguros	150,3	149,4	74,7	75,6	75,0	0,6%	-0,4%	-1,2%
Serviços de Conta Corrente	312,0	303,7	154,6	157,4	151,5	2,7%	2,1%	-1,8%
Administração de Consórcio	60,4	62,4	32,9	27,6	31,4	-3,1%	4,5%	19,0%
Demais Receitas ⁽¹⁾	52,3	53,0	26,5	25,9	27,2	-1,4%	-2,6%	2,3%
Total	1.049,1	1.046,9	524,0	525,2	525,5	0,2%	-0,3%	-0,2%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do 1S2026 apresentaram crescimento de 7,9% ou R\$186,4 milhões em relação ao 1S2025, de 9,3% ou R\$111,8 milhões na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025 e incremento de 6,3% ou R\$78,1 milhões frente ao 1T2026, refletindo especialmente o aumento nas despesas de pessoal.



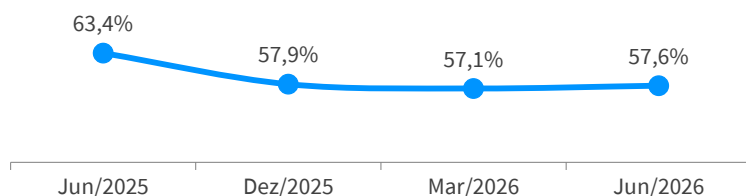
As despesas de pessoal do 1S2026 apresentaram incremento de 9,4% ou R\$122,9 milhões frente ao 1S2025, de 10,7% ou R\$72,5 milhões na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025 e de 8,3% ou R\$57,1 milhões em relação ao 1T2026, refletindo principalmente os acordos coletivos da categoria, a reestruturação de funções, os encargos sociais, o aumento no quadro de funcionários e a sazonalidade de férias no 1T2026.

As outras despesas administrativas do 1S2026 apresentaram incremento de 6,1% ou R\$63,5 milhões frente ao 1S2025, refletindo em especial o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados, com aluguéis e condomínios e despesas com amortização e depreciação. Em relação ao 2T2025, as outras despesas administrativas do 2T2026 demonstraram elevação de 7,5% ou R\$39,4 milhões impactada, principalmente, pelo aumento nas despesas com serviços técnicos especializados, com amortização e depreciação e despesas com manutenção e conservação de bens. Frente ao 1T2026, as outras despesas administrativas do 2T2026 apresentaram incremento de 3,8% ou R\$20,9 milhões, com destaque para as despesas com serviços técnicos especializados.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ milhões

	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Despesas de Pessoal	1.437,0	1.314,1	747,1	689,9	674,6	9,4%	10,7%	8,3%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	1.317,9	1.175,9	679,3	638,5	596,4	12,1%	13,9%	6,4%
Treinamentos	4,0	2,6	2,6	1,3	2,2	50,3%	19,9%	100,5%
Participação nos Lucros	115,2	135,6	65,1	50,1	76,0	-15,1%	-14,3%	30,0%
Outras Despesas Administrativas	1.108,8	1.045,4	564,9	543,9	525,5	6,1%	7,5%	3,8%
Amortização e Depreciação	211,9	199,6	110,3	101,6	99,6	6,2%	10,7%	8,5%
Água, Energia e Gás	16,4	16,7	7,3	9,1	6,9	-1,7%	6,0%	-20,2%
Aluguéis e Condomínios	40,1	27,6	19,5	20,6	11,3	45,2%	72,0%	-5,2%
Comunicações	31,0	37,2	14,1	16,9	19,6	-16,7%	-28,2%	-16,9%
Manutenção e Conservação de Bens	67,1	57,0	35,8	31,3	26,8	17,7%	33,4%	14,3%
Processamento de Dados	119,6	128,4	60,1	59,5	65,3	-6,9%	-8,1%	1,0%
Propaganda, Promoções e Publicidade	74,7	79,0	33,7	41,1	38,3	-5,4%	-12,0%	-18,0%
Serviços de Terceiros	251,5	241,5	126,2	125,4	124,8	4,2%	1,1%	0,6%
Serviços Técnicos Especializados	139,6	105,8	78,2	61,4	58,7	32,0%	33,2%	27,4%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	68,1	69,1	32,7	35,3	36,1	-1,5%	-9,3%	-7,4%
Serviços do Sistema Financeiro	21,8	21,0	12,2	9,5	10,8	3,4%	13,5%	28,3%
Demais Despesas	67,1	62,4	34,8	32,2	27,3	7,4%	27,7%	8,0%
Total	2.545,9	2.359,5	1.312,0	1.233,9	1.200,1	7,9%	9,3%	6,3%

Índice de Eficiência



O **índice de eficiência** dos doze meses acumulados até junho de 2026 alcançou 57,6%, frente a 63,4% dos doze meses acumulados até junho de 2025, refletindo, principalmente, o aumento de 6,5% na margem financeira, crescimento de 0,8% nas

receitas de prestação de serviços, resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais e redução de 40,6% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; frente ao aumento de 6,8% nas despesas administrativas.

Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas

As despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas apresentaram redução de 101,0% ou R\$257,1 milhões na comparação entre o 1S2026 e o 1S2025, de 177,1% ou R\$233,1 milhões entre o 2T2026 e o 2T2025 e de 202,6% ou R\$200,3 milhões frente ao 1T2026; face à diminuição da despesa de provisão para contingência trabalhista.

No 2T2026, ocorreu a negociação nos acordos individuais das ações coletivas de 7ª e 8ª horas, de adesão voluntária, onde foram firmados 526 acordos assinados. No período também houve a melhoria no processo de apuração da atualização monetária da provisão trabalhista, visando refletir de forma mais adequada a estimativa de desembolso ao final dos processos de contingência trabalhista provável; eventos responsáveis pela reversão da referida provisão.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

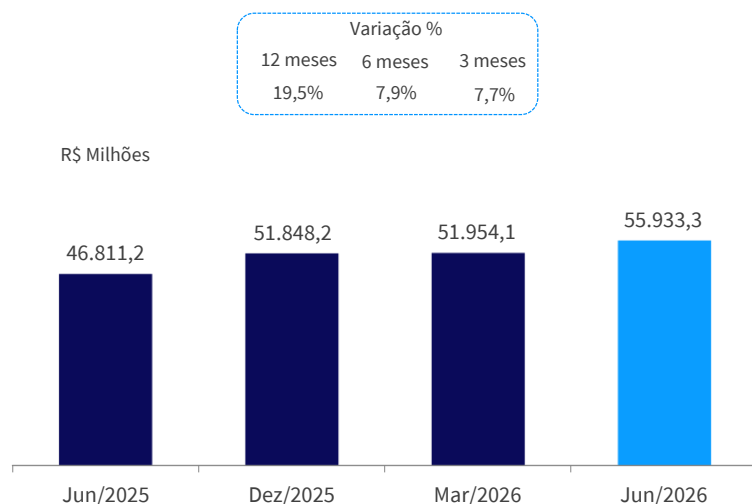
As outras receitas operacionais, R\$348,1 milhões no 1S2026, apresentaram elevação de 3,2% ou R\$10,7 milhões frente ao 1S2025, com destaque para o incremento nas receitas com atualização de depósitos judiciais.

Na comparação com o 2T2025, as outras receitas operacionais do 2T2026, que somaram R\$166,0 milhões, demonstraram redução de 17,5% ou R\$35,3 milhões refletindo, em especial, a diminuição das receitas de aquisição/antecipação de operações performadas e rendas com recuperação de encargos e despesas. Frente ao 1T2026, as outras receitas operacionais do 2T2026 apresentaram redução de 8,8% ou R\$16,1 milhões, com destaque para a diminuição das rendas com recuperação de encargos e despesas, rendas de portabilidade de operações de crédito, reversão de provisões para pagamentos a efetuar, compensada pelas receitas de atualização das obrigações atuariais de benefícios pós-emprego (CPC 33).

As outras despesas operacionais, R\$454,7 milhões no 1S2026, apresentaram elevação de 22,3% ou R\$82,9 milhões em relação ao 1S2025. No 2T2026, totalizou R\$258,1 milhões e demonstrou incremento de 29,3% ou R\$58,5 milhões frente ao 2T2025 e de 31,2% ou R\$61,4 milhões na comparação com o 1T2026. Em todos os períodos comparativos o aumento nas outras despesas operacionais foi especialmente impactado pelo crescimento das despesas com descontos concedidos em renegociações.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$82.304,1 milhões em junho de 2026. A partir de janeiro de 2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria, deduzidas as obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$55.933,3 milhões em junho de 2026, apresentando crescimento de 19,5% ou R\$9.122,1 milhões na comparação com junho de 2025, de 7,9% ou R\$4.085,1 milhões frente a dezembro de 2025 e de

7,7% ou R\$3.979,2 milhões em relação a março de 2026; refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, e aumento dos recursos em letras, em um contexto de relativa estabilidade da carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Em junho de 2026, o Banrisul firmou contrato com o Estado do Rio Grande do Sul e com o Instituto de Previdência do Estado – IPERGS, por meio do qual foi recontratada a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, originariamente contratada em 2016. Em razão dos termos ajustados no referido contrato, o Banrisul efetuou o pagamento do preço em parcela única, no montante de R\$ 1.234,0 milhões. O novo contrato foi firmado pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado por igual período mediante novo acordo de preço.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$16.178,6 milhões em junho de 2026, apresentou crescimento de 29,7% ou R\$3.705,6 milhões frente a junho de 2025, trajetória influenciada principalmente pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e pela retomada do recolhimento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, a partir de junho de 2025, após o período de liberação pela Resolução Bacen nº 379/2024; minimizado em parte pela redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista. Na comparação com dezembro de 2025 e março de 2026, o saldo dos depósitos compulsórios de junho de 2026 demonstrou elevação de 2,0% ou R\$317,6 milhões e de 5,3% ou R\$809,6 milhões respectivamente, refletindo em especial o crescimento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e dos depósitos voluntários no Bacen, minimizado em parte pela redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista e na conta de pagamento instantâneo.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544,7 milhões corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027

e 2028, restando em saldo de R\$499,3 milhões ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas. Para mitigar os efeitos sobre a liquidez, o Banco Central do Brasil autorizou que os valores antecipados ao FGC sejam compensados com a exigibilidade dos depósitos compulsórios mantidos pela Instituição, não havendo impactos relevantes sobre a liquidez, o capital regulatório ou a continuidade operacional.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.444,4 milhões em junho de 2026, registrando relativa estabilidade com aumento de R\$426,2 milhões frente a junho de 2025, trajetória influenciada pelo crescimento da carteira de câmbio e do crédito comercial, minimizado pela redução do crédito rural, imobiliário e financiamento de longo prazo. Na comparação com dezembro de 2025, apresentou redução de 0,9% ou R\$584,3 milhões face, em especial, à diminuição do crédito rural e comercial, compensada parcialmente pelo aumento na carteira de câmbio. Em relação a março de 2026, a carteira de crédito de junho de 2026 apresentou relativa estabilidade, com aumento de R\$135,4 milhões, impactada pelo incremento na carteira de câmbio, crédito comercial e imobiliário, minimizado pela redução no crédito rural e financiamento de longo prazo.

Composição das Operações de Crédito - R\$ milhões

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Comercial ⁽¹⁾	39.493,4	39.189,9	39.663,7	39.248,5	0,6%	-0,4%	0,8%
Imobiliário	6.445,8	6.355,3	6.453,7	6.552,1	-1,6%	-0,1%	1,4%
Rural	12.841,4	13.382,2	13.525,3	13.372,2	-4,0%	-5,1%	-4,0%
Financiamento de Longo Prazo	2.466,9	2.566,7	2.531,8	2.524,9	-2,3%	-2,6%	-3,9%
Câmbio	3.197,0	2.815,0	2.854,2	2.320,6	37,8%	12,0%	13,6%
Total	64.444,4	64.309,1	65.028,8	64.018,3	0,7%	-0,9%	0,2%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originação por meio dos correspondentes bancários.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$39.493,4 milhões em junho de 2026, compondo 61,3% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 71,2% e a pessoa jurídica - PJ representou 28,8% do saldo em junho de 2026.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ milhões

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Pessoa Física	28.105,2	28.332,9	28.730,3	29.246,8	-3,9%	-2,2%	-0,8%
Aquisição de Bens	256,5	273,9	271,5	279,7	-8,3%	-5,5%	-6,3%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.625,7	2.583,1	2.729,1	2.541,6	3,3%	-3,8%	1,7%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	808,8	859,6	866,4	763,0	6,0%	-6,6%	-5,9%
Cheque Especial	714,2	754,1	682,3	671,6	6,3%	4,7%	-5,3%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	302,1	299,6	275,4	235,4	28,4%	9,7%	0,8%
Crédito Pessoal	3.329,3	3.184,8	3.031,5	3.033,0	9,8%	9,8%	4,5%
Crédito Consignado ⁽²⁾	18.405,9	18.837,2	19.461,3	20.630,7	-10,8%	-5,4%	-2,3%
Outros ⁽⁴⁾	1.662,6	1.540,5	1.412,8	1.091,9	52,3%	17,7%	7,9%
Pessoa Jurídica	11.388,2	10.857,0	10.933,4	10.001,7	13,9%	4,2%	4,9%
Aquisição de Bens	161,8	179,2	199,6	239,1	-32,3%	-18,9%	-9,7%
Cartão de Crédito à vista e Débito	222,5	221,6	224,8	215,1	3,4%	-1,0%	0,4%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	34,0	35,4	40,9	36,4	-6,8%	-17,1%	-4,1%
Capital de Giro	6.648,8	6.261,1	6.564,1	6.136,0	8,4%	1,3%	6,2%
Conta Empresarial	337,9	347,9	301,3	353,4	-4,4%	12,2%	-2,9%
Conta Única ⁽³⁾	2.420,5	2.408,9	2.269,5	2.065,0	17,2%	6,7%	0,5%
Desconto de Recebíveis	137,2	143,7	152,4	171,6	-20,0%	-10,0%	-4,5%
Outros ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.425,4	1.259,2	1.180,7	785,0	81,6%	20,7%	13,2%
Total	39.493,4	39.189,9	39.663,7	39.248,5	0,6%	-0,4%	0,8%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, o custo de originação das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (4) Inclui Renegociação de dívidas, no valor de R\$1.567,6 milhões na pessoa física e R\$861,3 milhões na pessoa jurídica em junho de 2026. (5) Inclui Debêntures e Notas Comerciais, no valor de R\$194,1 milhões e R\$333,0 milhões, respectivamente, em junho de 2026.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$28.105,2 milhões em junho de 2026, apresentando redução de 3,9% ou R\$1.141,6 milhões na comparação com junho de 2025, trajetória impactada especialmente pela diminuição do crédito consignado, compensada parcialmente pelo aumento na renegociação de dívidas, crédito pessoal, cartão de crédito à vista e débito, conta única rural, cartão de crédito rotativo/parcelado e cheque especial. Frente a dezembro de 2025, o crédito comercial PF de junho de 2026 demonstrou redução de 2,2% ou R\$625,1 milhões, refletindo em especial a diminuição do crédito consignado, compensada em parte pelo crescimento do crédito pessoal e renegociação de dívidas. Em relação a março de 2026, apresentou relativa estabilidade, com retração de R\$227,7 milhões.

Composição do Crédito Consignado - R\$ milhões

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Rede de Agências	12.782,6	12.988,8	13.287,1	14.092,5	-9,3%	-3,8%	-1,6%
Correspondentes	5.623,3	5.848,5	6.174,2	6.538,2	-14,0%	-8,9%	-3,9%
Total	18.405,9	18.837,2	19.461,3	20.630,7	-10,8%	-5,4%	-2,3%

O crédito comercial PJ totalizou R\$11.388,2 milhões em junho de 2026, apresentando elevação de 13,9% ou R\$1.386,5 milhões em relação a junho de 2025, refletindo principalmente o aumento nas linhas de capital de giro, operações de conta única e renegociação de dívidas. Na comparação com dezembro de 2025, o crédito comercial PJ demonstrou incremento de 4,2% ou R\$454,7 milhões, impactado especialmente pelo crescimento das operações de conta única, renegociação de dívidas, capital de giro e conta empresarial. Frente a março de 2026, o crédito comercial PJ apresentou aumento de 4,9% ou R\$531,2 milhões face, em especial, à elevação nas linhas de capital de giro, renegociação de dívidas e operações de conta única.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, que totalizou R\$12.841,4 milhões em junho de 2026 e representa 19,9% do total de ativos de crédito, apresentou redução de 4,0% ou R\$530,8 milhões na comparação com junho de 2025, de 5,1% ou R\$683,9 milhões em relação a dezembro de 2025 e de 4,0% ou R\$540,7 milhões frente a março de 2026.

O crédito imobiliário, R\$6.445,8 milhões em junho de 2026, apresentou diminuição de 1,6% ou R\$106,3 milhões em relação a junho de 2025, relativa estabilidade frente a dezembro de 2025 e elevação de 1,4% ou R\$90,5 milhões na comparação com março de 2026. A carteira de crédito imobiliário representava 10,0% do total de operações de crédito em junho de 2026.

A carteira de câmbio alcançou R\$3.197,0 milhões em junho de 2026, com elevação de 37,8% ou R\$876,4 milhões na comparação com junho de 2025, de 12,0% ou R\$342,8 milhões frente a dezembro de 2025 e de 13,6% ou R\$382,0 milhões em relação a março de 2026.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.466,9 milhões em junho de 2026, com redução de 2,3% ou R\$58,0 milhões na comparação com junho de 2025, de 2,6% ou R\$64,9 milhões frente a dezembro de 2025 e de 3,9% ou R\$99,8 milhões em relação a março de 2026.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$17.497,1 milhões em junho de 2026, compondo 27,2% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 62,6% estão alocados em crédito às grandes empresas. As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 15,7% ou R\$2.375,8 milhões na comparação com junho de 2025, refletindo principalmente o aumento no crédito às grandes empresas, minimizado pela redução no crédito às médias empresas, decorrente especialmente de reclassificação metodológica, e diminuição das microempresas e pequenas empresas. Frente a março de 2026, as operações de crédito aplicadas na PJ demonstraram crescimento de 6,1% ou R\$1.007,9 milhões, impactado pelo incremento no crédito às grandes e pequenas empresas, minimizado pela diminuição no crédito às médias empresas e microempresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ milhões

	Jun 2026			Mar 2026			Jun 2025			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Mar2026
Grandes Empresas ⁽¹⁾	10.945,4	62,6%	17,0%	8.346,5	50,6%	13,0%	5.997,8	39,7%	9,4%	82,5%	31,1%
Médias/Pequena/Micro	6.551,6	37,4%	10,2%	8.142,7	49,4%	12,7%	9.123,5	60,3%	14,3%	-28,2%	-19,5%
Médias Empresas ⁽¹⁾	3.640,8	20,8%	5,6%	5.156,4	31,3%	8,0%	5.711,1	37,8%	8,9%	-36,3%	-29,4%
Pequenas Empresas	2.619,2	15,0%	4,1%	2.439,1	14,8%	3,8%	2.849,4	18,8%	4,5%	-8,1%	7,4%
Microempresas	291,6	1,7%	0,5%	547,2	3,3%	0,9%	562,9	3,7%	0,9%	-48,2%	-46,7%
Total	17.497,1	100,0%	27,2%	16.489,2	100,0%	25,6%	15.121,2	100,0%	23,6%	15,7%	6,1%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil; Pequenas empresas até R\$400 mil; Médias empresas até R\$25 milhões. Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

(1) A partir de junho de 2026 ocorreu reclassificação metodológica: aproximadamente R\$ 1,9 bilhão migraram de Médias para Grandes Empresas devido à nova regra de enquadramento.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no 1S2026, R\$26.778,8 milhões, apresentou relativa estabilidade frente ao mesmo período de 2025, com elevação de R\$195,7 milhões.

Na comparação entre o 2T2026 e o 2T2025, o volume concedido em crédito demonstrou elevação de 10,3% ou R\$1.389,7 milhões e de 24,2% ou R\$2.887,8 milhões frente ao 1T2026, trajetórias influenciadas principalmente pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica e pessoa física.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ milhões

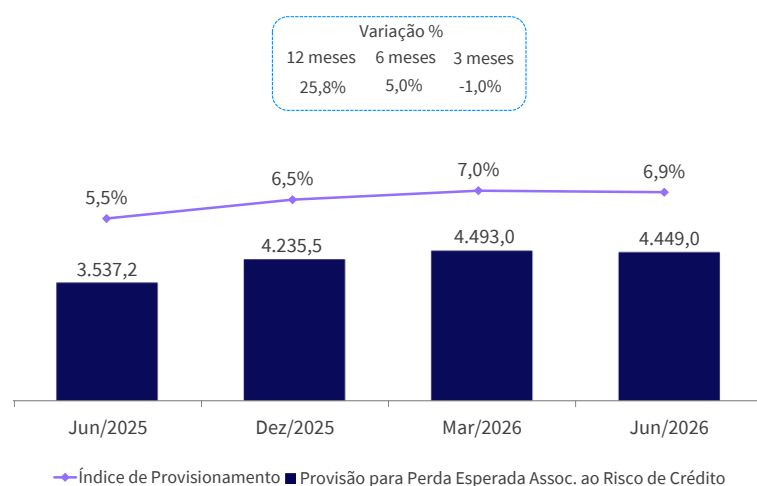
	1S2026	1S2025	2T2026	1T2026	2T2025	1S2026/ 1S2025	2T2026/ 2T2025	2T2026/ 1T2026
Câmbio	2.114,0	1.673,1	1.163,2	950,7	938,4	26,4%	24,0%	22,4%
Comercial ⁽¹⁾	22.158,4	21.361,6	12.344,0	9.814,4	10.966,8	3,7%	12,6%	25,8%
Pessoa Física	12.410,6	12.455,8	6.640,7	5.769,9	6.124,5	-0,4%	8,4%	15,1%
Pessoa Jurídica	9.747,8	8.905,9	5.703,3	4.044,4	4.842,3	9,5%	17,8%	41,0%
Financiamento de Longo Prazo	195,9	380,7	93,9	102,0	116,8	-48,5%	-19,6%	-8,0%
Imobiliário	459,7	385,8	336,2	123,5	168,5	19,2%	99,6%	172,2%
Rural	1.850,7	2.781,9	895,9	954,8	1.253,1	-33,5%	-28,5%	-6,2%
Total	26.778,8	26.583,0	14.833,3	11.945,5	13.443,6	0,7%	10,3%	24,2%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

A partir de 2025, com a adoção dos critérios da Resolução CMN n.º 4.966/21, que implementa o modelo para Estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), a baixa a prejuízo ocorre quando não houver expectativas razoáveis de recuperação do ativo financeiro, que no Banrisul ocorre após 18 ou 24 meses de atraso, conforme tipo de operação, afetando o aumento de saldo de provisão, o aumento de volume de operações em atraso e, consequente, menor índice de cobertura. Itens apresentados a seguir:

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito



O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$4.449,0 milhões em junho de 2026, com crescimento de 25,8% ou R\$911,8 milhões em relação a junho de 2025, refletindo o aumento das operações em atraso e pelo caráter atípico do mês de dezembro de 2025, impactado pela constituição de provisão para perda esperada referente à dação em pagamento recebido para quitação de empréstimo de empresas, como depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, vinculados à ação rescisória ajuizada pela União com

decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, provisão essa efetuada em virtude da elevação do risco de não liberação dos referidos depósitos, elevando o saldo de provisão naquele mês.

Na comparação com dezembro de 2025, o saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de junho de 2026 apresentou elevação de 5,0% ou R\$213,6 milhões, impactada pelo crescimento das operações em atraso, em um contexto de redução da carteira de crédito.

Frente a março de 2026, o saldo de provisão demonstrou redução de 1,0% ou R\$43,9 milhões, influenciada pela diminuição das operações em atraso e relativa estabilidade da carteira de crédito.

Composição da Carteira de Crédito por Estágios

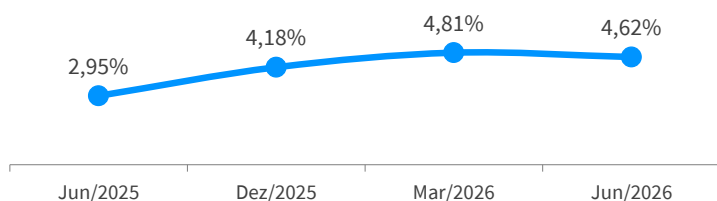
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	59.017,4	887,5
Estágio 2	986,3	178,0
Estágio 3	4.440,7	2.950,9
Total	64.444,4	4.016,4

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não possuem parcelas vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, representam 91,6% da carteira de crédito em junho de 2026.

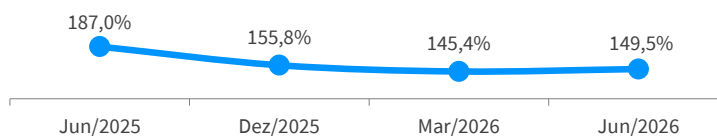
Índice de Inadimplência



O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de junho de 2026, 4,62% das operações de crédito, apresentou elevação de 1,67 p.p. em doze meses,

de 0,44 p.p. em seis meses e redução de 0,19 p.p. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas acima de 90 dias alcançou R\$2.976,9 milhões em junho de 2026, com crescimento de 57,4% ou R\$1.085,7 milhões na comparação com junho de 2025, de 9,5% ou R\$258,9 milhões em relação a dezembro de 2025 e redução de 3,7% ou R\$113,5 milhões frente a março de 2026.

Índice de Cobertura



O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo adotado pela Resolução CMN nº 4.966/21, e o saldo das operações

vencidas acima de 90 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de junho de 2026, 149,5%, apresentou redução de 37,5 p.p. em relação a junho de 2025 e de 6,3 p.p. frente a dezembro de 2025, em um movimento de crescimento do saldo de operações de crédito em atraso em maior proporção que o aumento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito. Na comparação com março de 2026, demonstrou elevação de 4,1 p.p., refletindo, principalmente, a redução de operações de crédito em atraso em maior proporção que a diminuição do saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras, letras financeiras subordinadas e dívida externa subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$139.417,9 milhões em junho de 2026, com

crescimento de 12,5% ou R\$15.435,9 milhões em doze meses, trajetória influenciada, principalmente, pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, dos recursos administrados e aumento das letras financeiras subordinadas, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026.

Frente a dezembro de 2025, os recursos captados e administrados de junho de 2026 demonstraram incremento de 4,4% ou R\$5.922,8 milhões, impactado especialmente pelo incremento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo, dos recursos administrados e dos recursos em letras, principalmente letras financeiras, minimizado pela liquidação da dívida subordinada, ocorrida em janeiro de 2026.

Em relação a março de 2026, os recursos captados e administrados de junho de 2026 apresentaram elevação de 5,0% ou R\$6.659,4 milhões, refletindo, em especial, o aumento dos depósitos, com destaque para os depósitos a prazo e interfinanceiros, dos recursos administrados e dos recursos em letras, principalmente nas letras financeiras.

O Banco oferece produtos prefixados e pós-fixados para os clientes, dentro dessas modalidades de produtos, 70,3% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ milhões

	Jun 2026	Mar 2026	Dez 2025	Jun 2025	Jun2026/ Jun2025	Jun2026/ Dez2025	Jun2026/ Mar2026
Depósitos	105.474,8	101.071,3	100.557,9	92.711,9	13,8%	4,9%	4,4%
Depósitos à Vista	2.904,2	3.084,6	4.296,5	2.812,0	3,3%	-32,4%	-5,8%
Depósitos de Poupança	10.768,0	10.690,7	10.927,2	11.201,6	-3,9%	-1,5%	0,7%
Depósitos Interfinanceiros	3.334,8	2.293,9	2.361,0	2.062,5	61,7%	41,2%	45,4%
Depósitos a Prazo	76.768,6	73.673,7	71.826,9	66.546,4	15,4%	6,9%	4,2%
Depósitos Judiciais e Administrativos	11.321,2	11.038,9	10.853,4	9.852,5	14,9%	4,3%	2,6%
Outros Depósitos ⁽¹⁾	377,9	289,6	292,8	236,9	59,5%	29,1%	30,5%
Recursos em Letras	8.738,9	7.696,4	7.739,4	9.286,5	-5,9%	12,9%	13,5%
Letras Financeiras	6.802,4	5.426,0	4.801,1	2.658,2	155,9%	41,7%	25,4%
Letras de Crédito Imobiliário	1.718,4	1.718,9	2.475,8	3.021,1	-43,1%	-30,6%	0,0%
Letras de Crédito do Agronegócio	218,1	551,5	462,5	3.607,1	-94,0%	-52,8%	-60,4%
Letras Financeiras Subordinadas	2.603,5	2.507,5	2.413,0	456,4	470,5%	7,9%	3,8%
Dívida Externa Subordinada ⁽²⁾	-	-	1.689,4	1.663,3	-100,0%	-100,0%	N/A*
Total Recursos Captados	116.817,2	111.275,2	112.399,7	104.118,0	12,2%	3,9%	5,0%
Recursos Administrados	22.600,7	21.483,3	21.095,3	19.864,0	13,8%	7,1%	5,2%
Total Recursos Captados e Administrados	139.417,9	132.758,5	133.495,1	123.982,0	12,5%	4,4%	5,0%

(1) Inclui valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré-pagos, da controlada Banrisul Pagamentos. (2) Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas.

*Não se aplica

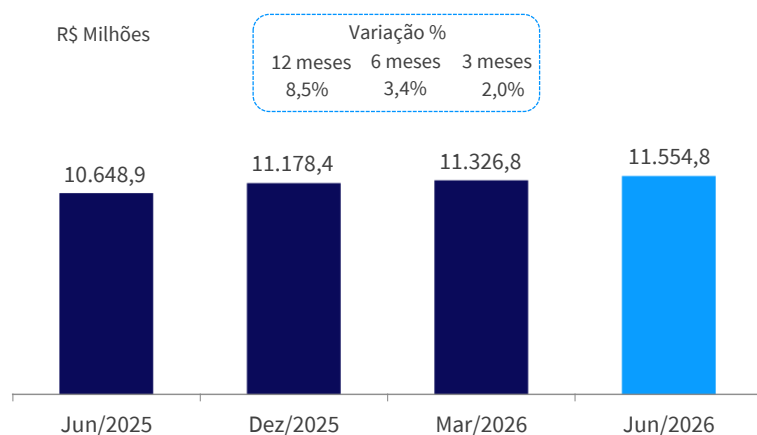
Depósitos – os depósitos de junho de 2026 apresentaram crescimento de 13,8% ou R\$12.762,9 milhões frente a junho de 2025 e de 4,9% ou R\$4.916,9 milhões na comparação com dezembro de 2025, influenciados principalmente pela ampliação dos depósitos a prazo. Em relação a março de 2026, demonstraram elevação de 4,4% ou R\$4.403,5 milhões, refletindo, em especial, o aumento dos depósitos a prazo e interfinanceiros. Os depósitos a prazo, R\$76.768,6 milhões em junho de 2026, representam 65,7% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras – os recursos em letras de junho de 2026 apresentaram redução de 5,9% ou R\$547,5 milhões em doze meses, trajetória influenciada pela diminuição do saldo das letras de crédito do agronegócio e crédito imobiliário, compensado parcialmente pelo incremento nas letras financeiras. Na comparação com dezembro de 2025, demonstraram elevação de 12,9% ou R\$999,6 milhões, impactada pelo crescimento do saldo das letras financeiras, minimizado pela diminuição nas letras de crédito imobiliário e do agronegócio. Frente a março de 2026, apresentaram aumento de 13,5% ou R\$1.042,6 milhões, refletindo o incremento das letras financeiras, impactado pela redução nas letras de crédito do agronegócio.

Letras Financeiras Subordinadas – O Banrisul realizou novas emissões de Letras Financeiras Subordinadas Nível II- LFSN, autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência do Banrisul, com prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão, no montante de R\$1.850,0 milhões em 2025.

Dívida Subordinada – Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (Tier 2) emitidas em 28 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.689,4 milhões ou US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$11.554,8 milhões ao final de junho de 2026, com crescimento de 8,5% ou R\$905,9 milhões em relação a junho de 2025, de 3,4% ou R\$376,4 milhões frente a dezembro de 2025 e de 2,0% ou R\$227,9 milhões na comparação com março de 2026, trajetórias influenciadas, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como a remensuração do passivo

atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou junho de 2026 em R\$11.779,7 milhões, contra R\$11.759,4 milhões em junho de 2025 e R\$12.946,3 milhões em março de 2026. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$9.176,2 milhões, e do Capital de Nível II, R\$2.603,5 milhões. A variação do PR foi de aumento de R\$20,2 milhões e redução de R\$1.166,6 milhões, no comparativo com junho de 2025 e março de 2026, respectivamente.

Em 30 de junho de 2026, o Índice de Basileia atingiu 15,9%, 5,4 p.p. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 12,4%, sendo, respectivamente, 5,4 p.p. e 3,9 p.p. acima do mínimo regulatório. Em relação a junho de 2025, o IB reduziu 1,7 p.p. e 1,6 p.p. na comparação com março de 2026. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Jun2026 x Jun2025	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
20,2	911,9	16,2	(39,7)	(1.329,7)	483,8	(22,3)

Variação PR Jun2026 x Mar2026	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Res. nº 4.966	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
(1.166,6)	235,1	(8,8)	(0,0)	(1.490,5)	95,9	1,6

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em março de 2026 (última data base divulgada pelo Bacen) a 14ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 17ª posição em patrimônio líquido, 12ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.

A tabela a seguir apresenta indicadores percentuais de participação de mercado, a nível nacional, para depósitos, operações de crédito e número de agências, entre os bancos que compõem o SFN:

Mercado Competitivo

	Brasil	
	Jun 2026	Jun 2025
Depósitos à Vista	0,8897%	0,8545%
Depósitos de Poupança	1,0504%	1,0938%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,1009%	2,1449%
Operações de Crédito	0,8761%	0,9550%
Nº de Agências	3,8200%	3,2262%

(1) Data base: março 2026 e março 2025; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao primeiro semestre e segundo trimestre de 2026, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Informações Seleccionadas – Junho 2026

R\$547,0 mi

Lucro Líquido

-11,7% a/a

9,6%

ROAE

6M26

R\$ 64,4 bi

Carteira de Crédito

-0,9% em 6M

R\$3.357,9 mi

Margem Financeira

+5,5% a/a

R\$ 11,6 bi

Patrimônio

Líquido

+3,4% em 6M

R\$ 209,0 mi

JCP e dividendos

distribuídos

R\$ 172,3 bi

Ativos Totais

+5,4% em 6M

Índice de Basileia

15,91%

(mínimo regulatório 10,5%)

Ratings

	Escala Nacional	Escala Global	Brasil-Risco Soberano (Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	AA-.br	Ba3	Ba1

Em 30 de abril de 2026 a Moody's Local BR alterou a perspectiva de estável para **positiva**.

A afirmação do rating reflete a forte franquia regional, com posição competitiva relevante no Rio Grande do Sul.

Rumo a

+100

Cenário Econômico

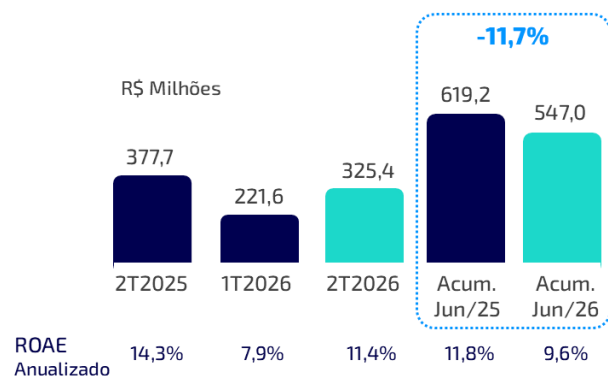
O cenário econômico global no primeiro semestre de 2026 permaneceu marcado por elevados níveis de incerteza decorrentes, principalmente, das tensões geopolíticas no Oriente Médio, da volatilidade dos preços de energia e dos impactos sobre as cadeias globais de suprimentos e o comércio internacional. Nesse contexto, o crescimento global seguiu moderado.

No Brasil, a atividade econômica mostrou resiliência. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1,1% no primeiro trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior, impulsionado principalmente pelo desempenho da agropecuária, pela expansão dos investimentos e pelo consumo das famílias. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, embora os juros elevados tenham limitado um crescimento mais intenso. Nesse ambiente, a política monetária seguiu orientada pela busca do controle da inflação, com a taxa básica de juros do país (Selic) encerrando o mês de junho em 14,25% ao ano.

No Rio Grande do Sul (RS), porém, o PIB do 1T2026 manteve-se em patamar semelhante ao observado no trimestre imediatamente anterior. Entre os setores, o principal destaque negativo foi a agropecuária, que registrou retração de 9,9% em relação ao trimestre anterior, parcialmente compensado pela indústria, que avançou 0,9%, e pelo setor de serviços, que registrou crescimento de 0,2%. As exportações gaúchas exerceram papel relevante para a economia e totalizaram US\$4,4 bilhões no 1T2026 e, ainda que 7,5% inferiores ao 1T2025, mantiveram o Estado na sétima posição entre os principais exportadores do país no período.

Por fim, no mercado de crédito, o saldo das operações manteve trajetória de crescimento, ainda que em ritmo mais moderado do que o observado nos anos anteriores. Entre junho de 2025 e junho de 2026, o saldo total das operações de crédito cresceu 8,3%, atingindo aproximadamente R\$513,0 bilhões. No mesmo período, o crédito às famílias avançou 8,6%, enquanto o crédito às empresas registrou crescimento de 7,6%. Em contrapartida, a taxa de inadimplência total alcançou 4,7% em junho de 2026, ante 3,7% em junho de 2025, refletindo os efeitos acumulados do ambiente de juros elevados sobre a capacidade financeira de famílias e empresas.

Desempenho Consolidado



O **lucro líquido** do 1S2026 alcançou R\$547,0 milhões, 11,7% ou R\$72,2 milhões inferior ao registrado no 1S2025. A margem financeira apresentou crescimento, sustentada principalmente pelo reposicionamento do mix de produtos com maior *spread*, embora o risco tenha se elevado com o aumento da inadimplência observada no cenário econômico regional. Neste sentido, as despesas relativas a perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito também aumentaram, contribuindo para o efeito negativo do resultado.

No âmbito administrativo, houve redução das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado da intensificação das ações voltadas ao tratamento de contingências já constituídas decorrentes de ações trabalhistas coletivas – vide seção **Pessoas**, que compensaram o moderado aumento das despesas administrativas.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.554,8 milhões ao final de junho de 2026, 3,4% superior a dezembro de 2025, refletindo especialmente a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio, o provisionamento de dividendos e a remensuração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Ativos Totais **R\$172,3 bi**



Os **ativos totais** somaram R\$ 172.297,3 milhões em junho de 2026, 5,4% ou R\$8.827,3 superiores a dezembro de 2025, impulsionados especialmente pela expansão do saldo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e de ativos intangíveis, este último

decorrente da compra da cessão dos serviços de folha de pagamento do Estado do RS, conforme detalhado na seção **Produtos e Serviços**. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$82.304,1 milhões, com incremento de 10,2% no período.

Para outras informações sobre o desempenho, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Produtos e Serviços

O 1S2026 foi marcado por iniciativas direcionadas à preservação e à ampliação de receitas e negócios no longo prazo. No período, iniciamos e concluímos a negociação do contrato com o Governo do RS para cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento de aproximadamente 294 mil servidores públicos estaduais, incluindo ativos, inativos e pensionistas vinculados à Administração Direta, à Secretaria da Fazenda, ao Tesouro do Estado e ao Instituto de Previdência do Estado (IPERGS), bem como às autarquias e fundações do RS. O acordo estabeleceu o pagamento em parcela única de R\$1.234,0 milhões com vigência de cinco anos. A operação preserva o relacionamento com os servidores estaduais, importante segmento de clientes da Instituição, criando oportunidades para a expansão do relacionamento comercial com esta ampla base.

Carteira de Crédito

Carteira de Crédito **R\$64,4 bi**



Nossa carteira de crédito alcançou o saldo de R\$64.444,4 milhões em junho de 2026, estável em relação a dezembro de 2025. O crédito comercial, a maior carteira, totalizou R\$39.493,4 milhões e corresponde a 61,3% do total de operações de crédito. No semestre, o portfólio comercial registrou aumento no crédito pessoal não consignado

(+9,8%), conta única PJ (+6,7%) e capital de giro (+1,3%), bem como incrementos em linhas de renegociação PF e PJ.

No 1S2026 avançamos simultaneamente em competitividade comercial, digitalização e controle de riscos. Fortalecemos a inteligência comercial com a implementação de novas ferramentas internas, como painéis analíticos e relatórios de potenciais, com o objetivo de ampliar a assertividade da atuação da rede de atendimento e qualificar o direcionamento das ofertas de crédito.

No **segmento PF**, o 2T2026 foi marcado por importantes adaptações regulatórias e comerciais nos consignados, incluindo campanhas com taxas mais competitivas. Também executamos adequações nos critérios de impedimentos não críticos para linhas de crédito pessoal não consignado, ampliando a base elegível sem comprometer a gestão de risco.

No **segmento PJ**, aprimoramos mecanismos de segurança na antecipação de recebíveis, como os processos de recomposição de garantias e exigência de protesto ou negativação do título, elevando a segurança das operações. A evolução desses mecanismos permitiu, inclusive, a flexibilização de impedimentos não críticos, ampliando o acesso ao crédito sem comprometer a qualidade da carteira.

O Banrisul Giro Digital, linha de crédito 100% online para micro e pequenas empresas lançada no 1T2026, destacou-se entre as linhas de capital de giro PJ com ampla aceitação entre os clientes. Adicionalmente, expandimos produtos de capital de giro ao varejo empresarial de médio porte, com critérios de risco e garantias bem definidos, abrindo novas frentes de negócios de maior valor agregado.

No âmbito de crédito para desenvolvimento PJ, no 2T2026 reabrimos as linhas de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com foco em investimento e giro, com respaldo e segurança do Fundo Garantidor de Operações (FGO). O resultado superou R\$608,0 milhões em crédito concedido até junho/2026, dos quais cerca de 22,0% foram contratados na linha “Pronampe Mulheres”, voltada às empresas sob liderança feminina. Parte das operações também contribuiu para a amortização de pendências e liquidação de outras dívidas, possibilitando o reenquadramento da capacidade de pagamento das empresas.



No **agronegócio**, a partir do 2T2026 ampliamos as alternativas de financiamento com a comercialização de Cédula de Produto Rural (CPR), que passou a integrar o portfólio comercial PF e PJ como uma importante solução de financiamento para o setor. A CPR não utiliza recursos controlados e tem livre pactuação de taxas de juros e condições, tornando-se um produto estratégico na rentabilidade da carteira.



No âmbito da **qualidade dos ativos de crédito**, mantivemos a atuação voltada à ampliação das soluções de recuperação e à evolução dos canais digitais de negociação. Investimos na remodelagem da atuação em cobrança em diversas frentes, dentre elas a contratação de consultoria especializada da empresa McKinsey & Company.

No segundo trimestre, concluímos o processo de contratação de seis novas cobradoras terceirizadas que terão atuação dedicada em cobrança de operações ativas e de créditos baixados a prejuízo, com o objetivo de ganho de eficiência na cobrança massificada. Adicionalmente, viabilizamos as renegociações de operações elegíveis ao Programa Desenrola Brasil.

A plataforma digital **Finanças em Dia** permaneceu em evolução durante o período, incorporando novas funcionalidades e melhorias que ampliam a resolutividade das jornadas digitais, fortalecendo o autosserviço e proporcionando maior conveniência aos clientes na negociação de suas pendências financeiras.

Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados composta por depósitos, recursos em letras, letras financeiras subordinadas, dívida subordinada e fundos de investimento, alcançou o saldo de R\$139.417,9 milhões ao final de junho de 2026, um crescimento de 4,4% em seis meses. O desempenho foi impulsionado principalmente pela evolução dos depósitos, especialmente a prazo, que cresceram 6,9% ou R\$4.941,7 milhões no período. Destes, R\$1.420,0 milhões correspondem a CDBs pré-fixados que tiveram aumento de 10,5% na mesma base comparativa.

Além dos depósitos, cabe destacar também os recursos captados por meio de Letras Financeiras (LF) que apresentaram crescimento expressivo no semestre, chegando ao saldo de R\$6.802,4 milhões ao final de junho

de 2026, 41,7% ou R\$2.001,3 milhões superior a dezembro de 2025. O saldo total em captação foi parcialmente minimizado pela liquidação antecipada de instrumento de dívida subordinada no montante de R\$1.689,4 milhões, ocorrida em janeiro/2026, sem efeito no nível adequado de capital regulatório pela captação de LFs subordinadas ainda no 2S2025, em montante equivalente.

Soluções em Câmbio

Investimos constantemente na gestão prudente e adequada dos riscos inerentes às operações, baseada em critérios rigorosos de concessão, acompanhamento permanente das operações e profundo conhecimento do perfil e da atividade econômica dos clientes, mantendo, simultaneamente, níveis reduzidos de inadimplência.

Ao final do 1S2026, nossa carteira de câmbio totalizava R\$3.197,0 milhões, com crescimento de 12,0% no semestre, desempenho que reflete a intensificação da atuação comercial e a ampliação das operações vinculadas ao financiamento do comércio exterior. A **Banri Global Account** registrou, no acumulado do semestre, 9.938 contas, com volume transacionado de R\$16,9 milhões.



Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,4 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de junho de 2026, com incrementos de 1,6% no total de transações e 1,8% no faturamento em relação ao 1S2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e cartões BNDES somaram R\$401,4 milhões no 1S2026.

Cartões de Crédito		Banricompras		Banricard	
54,9 milhões de transações	R\$5,6 bilhões faturamento	67,0 milhões de transações	R\$7,1 bilhões faturamento	4.906 convênios ativos	R\$1,3 bi faturamento

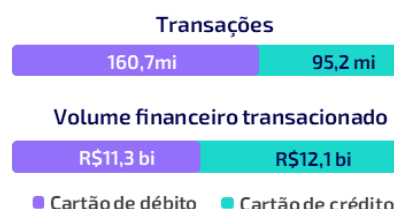
No segmento cartões de crédito, no 2T2026 trabalhamos na ampliação do valor percebido pelos clientes por meio de benefícios, promoções e melhorias operacionais em contratação de cartões e liberação de limites de forma online e imediata, com o objetivo de ampliar a competitividade do portfólio e incentivar a aquisição e fidelização pelos clientes. As regras de negócios envolvendo conta empresarial e cartão de crédito foram aprimoradas, potencializando a oferta para o segmento PJ e alinhando o produto às necessidades desse público.

No âmbito da fidelização de clientes, a plataforma Banrishopping recebeu campanhas atrativas de incentivo ao uso de pontos, incluindo parcerias estratégicas com companhias aéreas, operadoras de celular e postos de combustível. Também foram criadas novas faixas de valores para a funcionalidade de crédito em fatura, e renovadas parcerias com cinemas na concessão de descontos para compra de ingressos com cartões de crédito e débito Banrisul, ampliando a flexibilidade e a atratividade na utilização dos benefícios.

No Banricompras, evoluímos nas funcionalidades digitais através da disponibilização da antecipação total de transações futuras diretamente pelo aplicativo Banrisul, proporcionando recomposição imediata do limite para compras a prazo, além da autonomia e gestão financeira pelo cliente.

Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou o 1S2026 com 152,0 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 255,9 milhões de transações.



A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$4,4 bilhões no 1S2026, equivalente a 36,5% do volume passível de antecipação.



Neste 1S2026 seguimos atuando na estratégia de inovação, crescimento, melhoria da experiência do cliente e estruturação para a automação de processos, combinando tecnologia, conveniência e eficiência operacional na busca pela expansão sustentável dos negócios e geração de valor de longo prazo. Ampliamos os canais de comercialização com a disponibilização da solução Vero Smart em ambiente digital, bem como da nova jornada através do site sejavero.com.br, que simplifica a contratação especialmente para clientes MEI e pequenas empresas, permitindo ofertas adequadas ao potencial de faturamento de cada negócio.

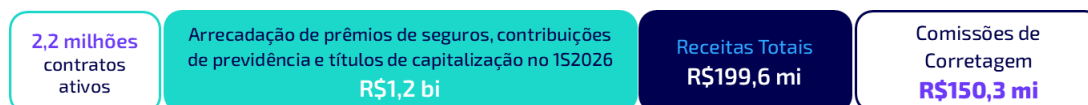
A plataforma **Vero Gestão** recebeu melhorias em consultas, acompanhamento e filtro de vendas, pensadas para dar mais praticidade, autonomia e controle na gestão do negócio.

Consórcio

A Banrisul Consórcio disponibiliza soluções completas para a aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, máquinas e equipamentos agrícolas e veículos pesados, por meio de uma jornada integrada de atendimento presencial e digital. No 1S2026, foram contempladas 5 mil cotas nas modalidades de veículos e imóveis, disponibilizando mais de R\$415,0 milhões em crédito para aquisição de bens.

No período, foram intensificadas ações comerciais com foco na captação de novos clientes, apoiada por campanhas direcionadas, diversificação de canais de atendimento e oferta de soluções aderentes a diferentes perfis de consumo e investimento.

Seguridade



Durante o semestre foram realizados lançamentos estratégicos voltados à ampliação do portfólio: Seguro Proteção Financeira Conta Empresarial MEI, Seguro Proteção Financeira Crédito Digital, Seguro Prestamista para Operações de Crédito Rural Prorrogadas, fundo previdenciário Rio Grande Adam (gerido pela Adam Capital) e Penhor Simplificado. No eixo comercial, foram implementadas ações de captação em previdência e campanhas de vendas, voltadas ao aumento da produção em seguros de vida e capitalização. Em relação à proposta de valor para clientes, destacam-se a redução do valor de entrada em previdência, a redução do prêmio do Seguro Prestamista para contratações via aplicativo e a ampliação de prazos do Seguro Prestamista em operações de crédito Pronampe.

Relacionamento com o Cliente

Tipo	Quantidades
Total Pontos de Atendimento no País⁽¹⁾	592
Rio Grande do Sul	573
Demais Estados	19
PAEs - Pontos de Atendimento Eletrônico	359
Banripontos	909
Abrangência de Atendimento com Banrisul	92,35%

(1) Agências e postos de atendimento

Em linha com a estratégia de modernização da rede de atendimento e as transformações do setor financeiro, o 2T2026 marcou o início da implementação de um novo modelo de atendimento nas agências, resultado de estudos voltados à evolução do modelo de atendimento do Banco. A iniciativa tem como objetivo modernizar a experiência dos clientes, ampliar a eficiência operacional e fortalecer o papel consultivo e comercial das unidades de atendimento. A partir da iniciativa, agências vêm sendo transformadas em ambientes voltados à prospecção de negócios, com foco no fortalecimento do relacionamento com os clientes, na oferta de soluções financeiras e na ampliação da geração de valor. Neste modelo, as atividades de retaguarda gradativamente são migradas para um *backoffice* e o atendimento de serviços é direcionado aos canais digitais, enquanto as demandas com numerário são atendidas pelos Banripontos e autoatendimentos (ATMs).



No âmbito corporativo, concluímos a migração das plataformas de atendimento PJ do RS para a **Agência Corporate**, consolidando o atendimento de *backoffice*. Associada a esse movimento, está prevista a implementação de uma nova segmentação Middle Corporate (faturamento igual ou superior a R\$5,0 milhões e inferior a R\$15,0 milhões), visando alinhar o perfil dos clientes às estruturas mais adequadas de atendimento.

A rede de **Banripontos** segue desempenhando papel relevante na ampliação da presença e no fortalecimento do relacionamento com clientes em todo o Estado, estando presentes em 70% dos municípios do RS. No 1S2026, foram intensificadas as ações voltadas à qualificação da rede, com foco na centralização e otimização dos processos, fortalecimento da comunicação com os correspondentes e ampliação da oferta de negócios.

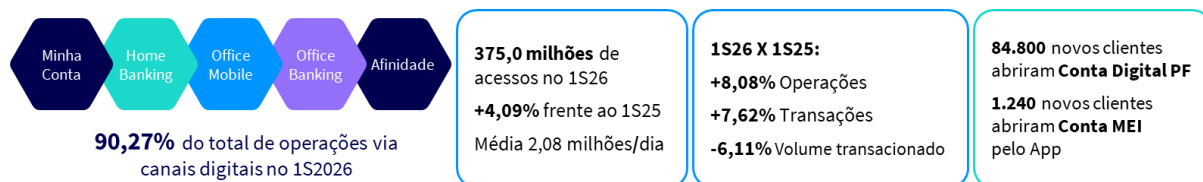


Os **ATMs Recicladores**, equipamentos que reutilizam as cédulas depositadas e possibilitam transações para clientes de mais de 150 bancos conectados com a rede Banco24Horas, consolidaram-se como um importante canal de atendimento. Desde o início das operações em 2025, foram registrados mais de 2,5 milhões de transações realizadas por **clientes de outros bancos**, movimentando

mais de R\$1,0 bilhão em saques e depósitos de não correntistas. A abertura da rede dialoga com a agenda de modernização do sistema financeiro brasileiro, que inclui iniciativas de Open Finance. O Banrisul foi o primeiro banco do país a abrir a rede de autoatendimento para correntistas de outras instituições financeiras.

Canais Digitais

Os canais digitais consolidam-se como o principal meio de relacionamento com o cliente, combinando escala, segurança e evolução contínua da experiência do cliente.



No segundo trimestre de 2026, foi disponibilizado o **Novo Consignado Digital** no aplicativo Banrisul (App), uma nova experiência na simulação e contratação de empréstimos consignados online, mais intuitiva e fluida, exibindo propostas prontas para contratação e permitindo a inclusão de seguro prestamista. Também no App, foi criada a nova **Central de Segurança** – um espaço em constante evolução que centraliza os serviços de proteção, prevenção a fraudes e orientações sobre uso seguro dos canais digitais. Evoluímos também no aprimoramento da jornada Pix e da visualização de extratos, mais intuitivos e ágeis com layouts mais aderentes ao usuário.

A **Banriway**, conta digital voltada a crianças e adolescentes de 0 a 16 anos, vem se fortalecendo através de ações em agências e patrocínios, com adesão positiva pelos clientes pela sua praticidade, controle parental e engajamento dos jovens. Desde o seu lançamento em dezembro/2025 até o final de junho/2026, foram abertas 2.494 contas. O produto engloba serviços transacionais, cartão de débito e possibilidade de utilização de cartão de crédito adicional a partir dos 8 anos com pulseira Banrifast. Adicionalmente, está prevista a implementação da opção de guardar dinheiro por meio de um “cofrinho digital”. A Banriway faz parte da estratégia institucional de inovação e digitalização, além da renovação da base de clientes para relacionamentos de longo prazo.

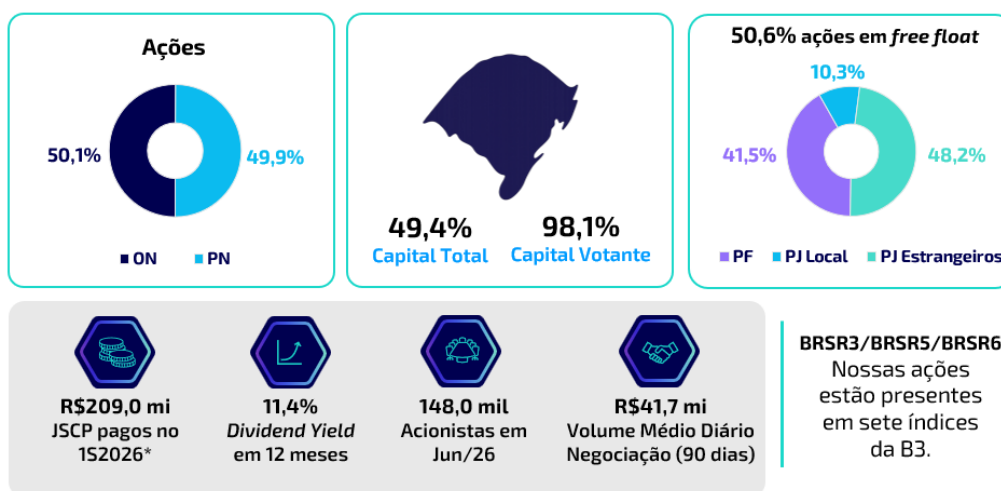


Governança Corporativa

Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de métodos, políticas e processos decisórios, alinhada às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas.

Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.banrisul.com.br – **Seção Governança Corporativa**.

Estrutura Acionária



*Antes da retenção do imposto de renda.

Nosso programa de **Relações com Investidores** conecta o Banrisul com o mercado, interagindo e atuando de forma aberta e transparente no compartilhamento de informações com acionistas e investidores. Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) para esclarecer dúvidas e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação da Companhia.

Gestão de Capital e de Risco

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito:

- **Risco de Crédito:** melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWA_{CPAD} .
- **Risco de Mercado:** no 2T2026 os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Appetite por Riscos – RAS.
- **Risco de Liquidez:** no 2T2026 os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
- **Risco Operacional:** A mensuração da parcela RWA_{OPAD} , já consolidada nos modelos e processos internos, apresentou comportamento estável no período, em conformidade com as normas vigentes.
- **Riscos ESG (Ambientais, Sociais e Climáticos):** Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

Investimento e Inovação

Investimos permanentemente em capacitação contínua e acompanhamento de tendências estratégicas do ecossistema de inovações, para proporcionar produtos e serviços que combinem qualidade, confiança e tecnologia, centrados na experiência do cliente e na eficiência operacional.

No 1S2026, os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$209,3 milhões, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI (hardware e software),

autoatendimento, reformas e ampliações, serviços de TI e segurança patrimonial. Destacamos os investimentos estratégicos em virtualização e preparação para o ambiente de nuvem, reforçando a colaboração, padronização e governança do ambiente de tecnologia.

Ações e iniciativas

No âmbito da **concessão de crédito**, viabilizamos o Novo Consignado Digital no App, possibilitando a simulação e contratação online de empréstimos consignados – vide **Canais Digitais**. Além disso, novas esteiras de contratação de crédito foram criadas para a operacionalização de CPR pela rede de agências, o que representou um marco na modernização das soluções de crédito para o agronegócio. Também foram conduzidas iniciativas estruturantes com foco na portabilidade de crédito consignado via Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), responsável pela gestão cadastral e folha de pagamento dos servidores públicos federais, viabilizando a portabilidade no contexto do Open Finance.

Em relação ao **Open Finance**, por sua vez, avançamos no desenvolvimento dos serviços de iniciação de transações de pagamento através da Jornada Sem Redirecionamento (JSR), permitindo que clientes vinculem suas contas a carteiras digitais e plataformas habilitadas por iniciadores de pagamento para efetuar transações Pix de forma segura e integrada.

No contexto da **experiência do cliente**, disponibilizamos uma nova Central de Segurança no App (vide **Canais Digitais**), e evoluímos na interação com o cliente através da implementação de recursos de captura de voz e transcrição para texto, na infraestrutura tecnológica dos aplicativos Android e iOS, além de estudos para utilização de assistentes virtuais e comandos por aplicativos de mensagens.

Complementando a agenda de **inovação**, avançamos em iniciativas estruturantes voltadas à economia digital e à tokenização de ativos, com o objetivo de testar a emissão, gestão e liquidação de fundos de investimento e debêntures em ambiente de tecnologia de registros distribuídos (DLT, na sigla em inglês), que permite o compartilhamento seguro e sincronizado de informações, permitindo ao Banco atuar de forma ativa na construção de padrões de mercado e gerar aprendizados estratégicos. Ainda, trabalhamos na continuidade das ações oriundas do programa **Banritech Fly**, que contemplaram a evolução das Provas de Conceito (PoCs) e validação técnica e de negócio das soluções, entre outras frentes, a agregação financeira para empresas, programas de fidelidade, inteligência de mercado e gestão de ativos.

No ecossistema de **serviços**, implementamos melhorias na plataforma Vero Gestão, como a inclusão de alertas de irregularidade junto à Receita Federal e adequações ao CNPJ alfanumérico. No segmento **Banking as a Service (BaaS)** a disponibilização e consumo de soluções, através da nossa **plataforma de serviços financeiros**, demonstrou evolução consistente, com incremento de 58% das empresas integradas e 14% no montante movimentado em relação ao semestre anterior. São mais de 4.700 empresas integradas que movimentaram R\$10,4 bilhões no semestre, destacando-se o uso das APIs de Pix, pagamentos e cobrança, gerando oportunidades de receita tanto no mercado de serviços para empresas (B2B) quanto no mercado de serviços para o cliente final através de parceiros (B2B2C).

No contexto da **resiliência operacional e segurança cibernética**, atuamos no aprimoramento da monitoração e resposta a incidentes. Adicionalmente, implementamos a iniciativa Clean Room, estruturada como um ambiente segregado para a recuperação de sistemas críticos em cenários de indisponibilidade severa, com o objetivo de garantir maior continuidade operacional e proteção aos serviços essenciais.

Sustentabilidade

- Recebemos pelo quinto ano consecutivo o Selo Ouro, em reconhecimento à elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG Protocol, completo e verificado por terceira parte, referente ao ano de 2025.
- A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) foi revisada e aprovada pela Alta Administração.
- O Impacta RS, parceria entre o Banrisul, o Governo do Estado e outras iniciativas, selecionou 30 negócios com soluções voltadas à reconstrução e ao desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul. Em junho, teve início a jornada formativa de seis meses, focada na qualificação da gestão e na preparação para acesso a capital.

- Foi disponibilizado na plataforma BanriEduca o Curso Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, focado na capacitação de prestadores de serviço terceirizados.

Pessoas



Nossa política de recursos humanos é pautada na valorização do capital humano, na diversidade e no desenvolvimento profissional através de iniciativas diversas, voltadas a impulsionar a transformação cultural em direção a um ambiente mais seguro e inclusivo, e apoiar mudanças institucionais mais amplas, integrando educação, governança e gestão de pessoas.

No 1S2026 foram admitidos 407 novos funcionários, lotados da rede de agências e em áreas de TI. Também foram formados 289 novos Gerentes de Relacionamento PF e PJ, e outros 171 novos Gerentes de Relacionamento Afinidade, qualificados com competências técnicas e comerciais para a geração de resultados e aproximação com o público de alta renda.

Em continuidade às medidas implementadas em 2025 com a Reestruturação de Funções na rede de agências e nas áreas administrativas, no 1S2026 promovemos ações adicionais com o objetivo de sanear contingências já constituídas, decorrentes de ações trabalhistas coletivas em andamento. No 1T2026 iniciamos, de forma pontual, a oferta de propostas de acordos individuais de adesão voluntária para empregados elegíveis, iniciativa que resultou em 526 acordos firmados. O montante desembolsado pelo Banco, já devidamente provisionado, foi de R\$116.794,0 milhões e foi depositado aos beneficiários no 2T2026. Está prevista para o próximo trimestre a reabertura da janela de adesões aos acordos, conforme detalhamento na Nota Explicativa 37 – Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras.

Política de Equidade Salarial e Igualdade de Oportunidades

Nossa política de remuneração é pautada na igualdade de oportunidades, equidade salarial, valorização do mérito e não discriminação, assegurando que todos tenham acesso às mesmas condições de ingresso, desenvolvimento profissional e remuneração, sem distinção de gênero. Nossos colaboradores ingressam exclusivamente por meio de concurso público, processo que garante condições isonômicas a todos os candidatos. Da mesma forma, a evolução na carreira se baseia em critérios como competências profissionais, experiência e aderência aos requisitos de cada função.

Razão Mulher/Homem – Remuneração Média Semestral*		
Funções	2S2025	1S2026
Diretoria	100,52%	103,47%
Lideranças	87,42%	86,37%
Técnicos e Especialistas	94,18%	99,66%
Administrativo, TI e Serviços	102,96%	103,23%
Remuneração Média M/H	96,27%	98,18%

*Fixa + variável + eventual

A estrutura remuneratória do Banrisul está vinculada aos cargos e funções efetivamente exercidos pelos empregados. Eventuais diferenças salariais observadas decorrem de fatores legítimos relacionados à trajetória profissional de cada colaborador, bem como características inerentes à posição ocupada, tais como tempo de vínculo com a instituição, tempo de exercício na função, nível de responsabilidade associado e, no caso de funções gerenciais na rede de atendimento, o porte da unidade sob gestão.

DESCRITIVO DE FUNÇÕES	
LIDERANÇAS (Comissionados com Função de Liderança)	Superintendente executivo, superintendente regional, chefe de auditoria interna, ouvidor, secretário geral, gerente executivo, secretário adjunto, gerente comercial, gerente geral, gerente adjunto.
TÉCNICOS E ESPECIALISTAS (Comissionados e Designados sem Função de Liderança)	Gerente equipe de cobrança, gerente de cobrança, gerente administrativo, supervisor, conferente, gerente de agronegócio, gerente de contas, gerente de mercado, gerente de negócios, gerente de negócios corporativo, gerente de negócios governos, gerente de relacionamento agro, gerente de relacionamento, assessor jurídico, auditor, enfermeiro do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, analista, assistente, gerente de câmbio, especialista de TI, técnico bancário, técnico em serviços de manutenção, técnico em informática.
ADMINISTRATIVO, TI E SERVIÇOS (não comissionados)	Escriturário, extraquadro, TI I, TI II.

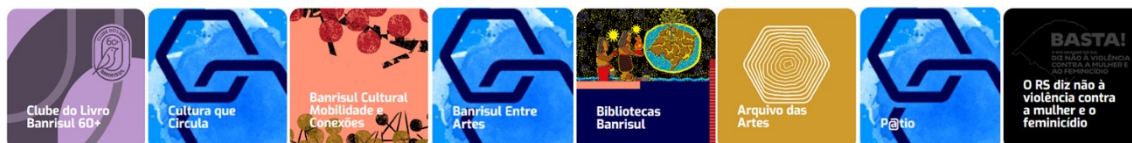
Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais que fomentam a transformação social e o desenvolvimento do Estado.



Através da plataforma **BanriEduca** capacitamos e aperfeiçoamos os conhecimentos dos nossos colaboradores e da comunidade oferecendo cursos gratuitos online e presenciais, com ações em escolas, universidades e empresas através dos nossos multiplicadores. No escopo da acessibilidade, investimos permanentemente em cursos de capacitação em Libras e atualmente contamos com 1.375 colaboradores capacitados na linguagem universal de sinais.

Em abril de 2026 ocorreu o lançamento oficial do Instituto Banrisul Cultural, iniciativa criada com o objetivo de ampliar nossa relação com o desenvolvimento social regional e promover cultura, educação e inclusão ao contemplar pessoas que não fazem parte do circuito tradicional de políticas públicas, buscando gerar um impacto duradouro na sociedade. O Banrisul Cultural ocupará espaços já existentes, como escolas, teatros e bibliotecas. Para garantir sua sustentabilidade, foi criado um fundo patrimonial que garante continuidade, tendo seu capital principal investido e preservado, e apenas os rendimentos utilizados para o financiamento das atividades.



Inicialmente, foram criados cinco programas estruturantes, que terão longa duração, além de projetos pontuais, com iniciativas voltadas a: incentivo à leitura na terceira idade; atividades artísticas para estudantes da rede pública em áreas de vulnerabilidade social; cultura itinerante; bolsas de mobilidade estudantil e cultural no Brasil e no exterior; preservação e divulgação da produção artística do RS e revitalização de bibliotecas, além de apoio à campanhas sobre direitos das mulheres, combate à violência, protagonismo feminino, autocuidado e saúde reprodutiva.

Para conhecer as iniciativas do Banrisul Cultural, acesse www.banrisulcultural.com.br.

Reconhecimentos

Março/2026. Banrisul é destaque na principal categoria da pesquisa Marcas de Quem Decide.

O Banrisul recebeu as distinções Marca Líder na categoria Empresa Pública Gaúcha e Marca Líder na categoria Banco e foi uma das empresas vencedoras na categoria Grande Marca Gaúcha do Ano, principal premiação da 28ª edição da pesquisa Marcas de Quem Decide, promovida pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO).

Abril/2026. Ouvidoria do Banrisul é reconhecida pela sexta vez no Prêmio Ouvidorias Brasil.

A Ouvidoria do Banrisul foi novamente reconhecida no Prêmio Ouvidorias Brasil, que agraciou o Banco na categoria Melhores Cases, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente, que agraciou o Banco na categoria Melhores Cases.

Abril/2026. Banrisul está no coração e na lembrança do povo gaúcho.

O Banrisul conquistou posição de destaque na premiação do Top of Mind 2026, promovido pelo Grupo Amanhã, de Porto Alegre, e ficou em terceiro lugar na categoria Grande Empresa e em primeiro lugar na categoria Banco, o que reafirma sua liderança no mercado financeiro gaúcho.

Maio/2026. Banco britânico premia Banrisul como melhor parceiro mundial em operações de câmbio.

O Banrisul recebeu reconhecimento como melhor banco parceiro do mundo na área de câmbio pelo Standard Chartered Bank, banco multinacional com sede em Londres, em premiação que destacou o desempenho operacional e a qualidade dos processos adotados pelo Banco, pois 97,8% das ordens de pagamento em moedas estrangeiras originadas no Banrisul foram processadas e enviadas ao exterior de forma totalmente automática.

Maio/2026. Premiação destaca desempenho da parceria entre Banrisul e empresa Azul.

O Banrisul foi reconhecido com o Prêmio Parceiro Unique, que destaca o desempenho e a relevância da parceria entre as instituições no desenvolvimento de soluções e benefícios aos clientes ao longo do último ciclo, concedido pela companhia aérea Azul em premiação.

Agradecimentos

Os resultados alcançados neste período refletem a consistência de nossa estratégia, a solidez de nossa atuação e o compromisso permanente com a geração de valor sustentável. Nada disso seria possível sem o empenho de nossos funcionários, a confiança de nossos clientes, a parceria de investidores e fornecedores e a credibilidade construída com todos os públicos que fazem parte da trajetória do Banrisul. A todos, nosso agradecimento.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo					
Disponibilidades	6	1.344.764	1.298.123	1.344.774	1.298.124
Ativos Financeiros		160.296.475	152.736.876	163.598.619	156.169.101
Ao Custo Amortizado		136.779.390	129.699.209	139.343.870	132.572.033
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	16.178.614	15.861.036	16.178.614	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.705.434	4.024.499	4.705.434	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	9	51.998.335	45.839.386	52.007.997	45.848.429
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.430.935	65.016.852	64.444.450	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	11	3.802.769	3.081.055	6.351.646	5.936.592
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(4.336.697)	(4.123.619)	(4.344.271)	(4.127.304)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(4.016.259)	(3.813.989)	(4.016.399)	(3.814.159)
(Outros Ativos Financeiros)		(320.438)	(309.630)	(327.872)	(313.145)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes		23.508.217	21.937.981	23.508.217	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	12	23.508.217	21.937.981	23.508.217	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		8.868	1.099.686	746.532	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	13	-	999.446	737.664	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	8.868	100.240	8.868	100.240
Ativos Fiscais		3.908.274	3.877.895	4.112.193	3.967.976
Correntes		235.401	195.760	366.738	199.421
Diferidos	15a	3.672.873	3.682.135	3.745.455	3.768.555
Outros Ativos	14	678.377	589.050	758.319	672.897
Investimentos		4.470.283	4.176.701	149.306	135.428
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	4.470.283	4.176.701	149.306	135.428
Imobilizado de Uso	17	710.067	707.733	914.387	926.844
Imobilizações de Uso		1.627.777	1.636.792	1.995.195	1.995.256
(Depreciação Acumulada)		(917.710)	(929.059)	(1.080.808)	(1.068.412)
Intangível	18	1.419.719	299.682	1.419.719	299.682
Ativos Intangíveis		3.183.529	1.943.671	3.184.875	1.945.017
(Amortização Acumulada)		(1.763.810)	(1.643.989)	(1.765.156)	(1.645.335)
Total do Ativo		172.827.959	163.686.060	172.297.317	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo					
Passivos Financeiros		157.167.241	148.013.741	156.332.239	147.521.081
Ao Custo Amortizado		157.059.896	146.215.128	156.224.894	145.722.468
Depósitos	19	106.690.425	101.741.922	105.474.765	100.557.914
Captações no Mercado Aberto	19	26.460.769	22.959.070	26.370.776	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	9.789.773	8.711.917	8.738.933	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.603.464	2.413.040	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	19	2.933.139	2.803.298	2.936.050	2.806.928
Obrigações por Repasses	19	4.522.088	3.802.826	4.522.088	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	20	4.060.238	3.783.055	5.578.818	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado		2.569	1.690.432	2.569	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	2.569	1.027	2.569	1.027
Dívidas Subordinadas	21	-	1.689.405	-	1.689.405
Provisão para Perda Esperada		104.776	108.181	104.776	108.181
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		94.602	96.100	94.602	96.100
Garantias Financeiras Prestadas		10.174	12.081	10.174	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	2.248.921	2.510.964	2.254.052	2.518.055
Passivos Fiscais		305.445	328.419	490.164	455.084
Correntes		130.705	174.500	298.513	284.128
Diferidos	15b	174.740	153.919	191.651	170.956
Outros Passivos	24	1.555.328	1.657.964	1.666.084	1.797.423
Total do Passivo		161.276.935	152.511.088	160.742.539	152.291.643
Patrimônio Líquido	25				
Capital Social		8.700.000	8.300.000	8.700.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098	5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.977.782	3.008.334	2.977.782	3.008.334
Outros Resultados Abrangentes		(131.856)	(138.460)	(131.856)	(138.460)
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	3.754	3.437
Total do Patrimônio Líquido		11.551.024	11.174.972	11.554.778	11.178.409
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		172.827.959	163.686.060	172.297.317	163.470.052

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Intermediação Financeira		11.625.598	10.046.254	11.664.564	10.084.664
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		5.581.582	5.265.717	5.581.582	5.265.717
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.968.030	4.028.934	5.006.996	4.067.344
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(66.098)	(276.248)	(66.098)	(276.248)
Resultado de Operações de Câmbio		121.442	231.300	121.442	231.300
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.020.642	796.551	1.020.642	796.551
Despesas de Intermediação Financeira		(8.498.253)	(7.021.774)	(8.306.652)	(6.901.675)
Operações de Captação no Mercado		(8.158.226)	(6.609.131)	(7.966.491)	(6.488.850)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(340.027)	(412.643)	(340.161)	(412.825)
Resultado de Intermediação Financeira		3.127.345	3.024.480	3.357.912	3.182.989
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(803.429)	(518.281)	(807.454)	(519.083)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(795.935)	(603.343)	(795.987)	(603.399)
Outros Instrumentos Financeiros		(7.494)	85.062	(11.467)	84.316
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(1.753.920)	(1.858.981)	(1.834.539)	(1.836.689)
Receitas de Prestação de Serviços	26	523.360	504.446	1.049.113	1.046.943
Despesas de Pessoal	27	(1.423.422)	(1.303.833)	(1.437.030)	(1.314.131)
Outras Despesas Administrativas	28	(1.041.313)	(986.405)	(1.108.830)	(1.045.362)
Despesas Tributárias		(210.597)	(202.146)	(286.576)	(281.273)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	506.335	397.089	52.822	46.127
Outras Receitas Operacionais	29	270.855	284.315	348.071	337.336
Outras Despesas Operacionais	30	(379.795)	(297.841)	(454.697)	(371.787)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	657	(254.606)	2.588	(254.542)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		569.996	647.218	715.919	827.217
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro					
Líquido	31	(23.450)	(28.339)	(168.955)	(208.034)
Corrente		-	(26.010)	(144.015)	(217.813)
Diferido		(23.450)	(2.329)	(24.940)	9.779
Lucro Líquido do Período		546.546	618.879	546.964	619.183
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		546.546	618.879	546.546	618.879
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	418	304
Lucro por Ação	32				
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$					
Ação Ordinária		1,33	1,51	1,33	1,51
Ação Preferencial A		1,34	1,54	1,34	1,54
Ação Preferencial B		1,33	1,51	1,33	1,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do Período	546.546	618.879	546.964	619.183
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	14.282	11.235	14.282	11.235
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados				
Abrangentes	14.282	11.235	14.282	11.235
Variação de Valor Justo	25.774	20.429	25.774	20.429
Efeito Fiscal	(11.492)	(9.194)	(11.492)	(9.194)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	(7.678)	(53.175)	(7.678)	(53.175)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(7.678)	(53.175)	(7.678)	(53.175)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(14.145)	(96.559)	(14.145)	(96.559)
Efeito Fiscal	6.467	43.384	6.467	43.384
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	6.604	(41.940)	6.604	(41.940)
Resultado Abrangente Líquido do Período	553.150	576.939	553.568	577.243
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	553.150	576.939	553.150	576.939
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	418	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

Acionistas Controladores												
Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Especial de Lucros	ORA	Lucros Acumulados	Individual	Acionistas Não Controladores	Consolidado
			Legal	Estatutária	Para Expansão							
Saldo em 31/12/2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. CMN nº 4.975/21 e Res. BCB nº 352/23)	2b	-	-	-	-	-	-	-	(164.160)	(164.160)	-	(164.160)
Saldo de Abertura 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	(164.160)	10.245.842	3.706	10.249.548
Aumento de Capital		300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	11.235	-	11.235	-	11.235
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	618.879	618.879	304	619.183
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	25.551	-	-	(211.215)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos Adicionais Provisionados/Pagos		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025		8.300.000	5.098	836.051	1.560.731	25.551	66.405	(148.154)	-	10.645.682	3.182	10.648.864
Saldo em 01/01/2026		8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	315.934	-	(138.460)	-	11.174.972	3.437	11.178.409
Aumento de Capital		400.000	-	-	(84.066)	(315.934)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	14.282	-	14.282	-	14.282
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(7.678)	-	(7.678)	-	(7.678)
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101)	(101)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.902	2.902	-	2.902
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	546.546	546.546	418	546.964
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	27.327	136.637	164.687	-	-	(328.651)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos Adicionais Provisionados/Pagos		-	-	-	-	-	40.797	-	(40.797)	-	-	-
Saldo em 30/06/2026		8.700.000	5.098	912.648	1.859.650	164.687	40.797	(131.856)	-	11.551.024	3.754	11.554.778

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	569.996	647.218	715.919	827.217
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	730.463	396.785	1.210.576	770.889
Depreciação e Amortização	187.422	177.173	211.928	199.577
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	(506.335)	(397.089)	(52.822)	(46.127)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	138.893	(125.973)	138.893	(125.973)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	803.429	518.281	807.454	519.083
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	107.711	(30.213)	107.711	(30.213)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(657)	254.606	(2.588)	254.542
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos	(459.745)	1.592.956	(325.933)	1.637.530
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(880.921)	763.835	(880.921)	763.835
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	332.422	(756.118)	332.422	(756.118)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	999.446	1.369.502	809.987	1.516.238
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	92.914	233.401	92.914	233.401
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(7.749)	(1.795.109)	(9.416)	(1.795.395)
Outros Ativos Financeiros	(852.101)	1.980.707	(415.875)	2.015.582
Ativos Fiscais	(53.829)	(122.453)	(169.157)	(245.948)
Outros Ativos	(88.530)	(81.022)	(84.624)	(93.656)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.397)	213	(1.263)	(409)
Aumento/(Redução) em Passivos	10.363.592	8.231.988	9.906.918	7.823.838
Depósitos	4.948.503	4.829.763	4.916.851	4.517.012
Captações no Mercado Aberto	3.501.699	1.479.796	3.551.120	1.459.960
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.077.856	2.421.730	999.557	2.349.989
Obrigações por Empréstimos e Repasses	906.844	1.017.374	906.905	770.824
Outros Passivos Financeiros	277.182	(1.701.934)	(3.911)	(905.759)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(261.386)	(156.946)	(261.415)	(156.967)
Passivos Fiscais	10.222	152.509	258.298	429.101
Outros Passivos	(87.582)	315.731	(262.209)	(309.423)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(9.746)	(126.035)	(198.278)	(330.899)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades Operacionais	11.204.306	10.868.947	11.507.480	11.059.475
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Dividendos e JSCP Recebidos de Controladas e Coligadas	344.537	214.885	40.973	64.614
(Aumento)/Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(1.570.236)	(1.209.223)	(1.570.236)	(1.207.339)
(Aumento)/Redução Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(6.159.052)	(7.898.908)	(6.159.671)	(7.899.416)
Alienação de Imobilizado de Uso	16.867	9.037	22.197	14.677
Alienação de Intangível	-	186	-	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	-	(416)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(87.599)	(53.944)	(102.644)	(73.816)
Aquisição de Intangível	(1.239.858)	(18.315)	(1.239.858)	(18.315)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Investimento	(8.695.341)	(8.956.698)	(9.009.239)	(9.119.409)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de Juros/Resgate da Dívida Subordinada	(1.637.874)	(56.891)	(1.637.874)	(56.891)
Dividendos Pagos	(28.998)	(35.978)	(28.998)	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(180.000)	(180.000)	(180.000)	(180.000)
Liquidação de Arrendamentos	(57.741)	(53.401)	(58.521)	(54.145)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	317	(524)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado nas) Atividades de Financiamento	(1.904.613)	(326.270)	(1.905.076)	(327.538)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	604.352	1.585.979	593.165	1.612.527
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	3.198.123	1.734.417	3.375.262	1.792.278
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(107.711)	30.213	(107.711)	30.213
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.694.764	3.350.609	3.860.716	3.435.018

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas (a)	11.616.384	10.316.734	12.254.294	10.949.860
Receitas de Intermediação Financeira	11.625.598	10.046.254	11.664.564	10.084.664
Receitas de Prestação de Serviços	523.360	504.446	1.049.113	1.046.943
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(803.429)	(518.281)	(807.454)	(519.083)
Outras Receitas Operacionais	270.855	284.315	348.071	337.336
Despesas (b)	(8.498.253)	(7.021.774)	(8.306.652)	(6.901.675)
Despesas de Intermediação Financeira	(8.498.253)	(7.021.774)	(8.306.652)	(6.901.675)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(1.199.056)	(1.342.895)	(1.315.975)	(1.454.231)
Materiais, Energia e Outros	(828.679)	(1.017.122)	(924.882)	(1.107.002)
Serviços de Terceiros e Técnicos Especializados	(370.377)	(325.773)	(391.093)	(347.229)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	1.919.075	1.952.065	2.631.667	2.593.954
Depreciação e Amortização (e)	(187.422)	(177.173)	(211.928)	(199.577)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	1.731.653	1.774.892	2.419.739	2.394.377
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	506.335	397.089	52.822	46.127
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	506.335	397.089	52.822	46.127
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	2.237.988	2.171.981	2.472.561	2.440.504
Distribuição do Valor Adicionado	2.237.988	2.171.981	2.472.561	2.440.504
Pessoal	1.241.400	1.139.536	1.254.353	1.149.242
Remuneração Direta	858.416	792.751	869.175	800.208
Benefícios	326.012	296.296	327.380	297.761
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	56.972	50.489	57.798	51.273
Impostos, Taxas e Contribuições	416.069	394.782	638.209	654.196
Federais	388.971	368.485	598.977	613.173
Estaduais	17	9	95	196
Municipais	27.081	26.288	39.137	40.827
Remuneração de Capitais de Terceiros	33.973	18.784	33.035	17.883
Aluguéis	33.973	18.784	33.035	17.883
Remuneração de Capitais Próprios	546.546	618.879	546.964	619.183
Juros sobre o Capital Próprio	180.000	180.000	180.000	180.000
Dividendos	40.797	66.405	40.797	66.405
Lucros Retidos do Período	325.749	372.474	325.749	372.474
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	418	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários,

sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativos financeiros como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 07 de agosto de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 30/06/2026
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 30/06/2026
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregada no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações da Adoção Inicial

A tabela a seguir apresenta a Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 e Resolução BCB nº 352/23.

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(60)	(60)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.459)	(116.991)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(740)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.842	10.249.548

(c) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2025 ocorreu reclassificação entre grupos da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 30 de junho de 2025 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

Valores Reclassificados entre Grupos				Individual
De	Para	Publicado em 30/06/2025	Reclassificação	Reapresentação de 30/06/2025
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas		4.302	(4.302)	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	213	213
	Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(4.505)	4.089	(416)

Valores Reclassificados entre Grupos				Consolidado
De	Para	Publicado em 30/06/2025	Reclassificação	Reapresentação de 30/06/2025
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas		2.946	(2.946)	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(409)	(409)
	Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(3.355)	3.355	-

(d) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei Complementar nº 214, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026: em decorrência da Reforma Tributária do Consumo instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, da Lei Complementar nº 214/2025, bem como da Resolução CGIBS nº 6/2026 e Decreto nº 12.955/2026, o Banrisul vem acompanhando a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), incluindo as disposições aplicáveis ao período de teste operacional iniciado em 2026. As referidas normas criaram e regulamentaram a CBS e o IBS, tributos estes que substituirão gradualmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), entre outros.

A implementação definitiva do novo modelo depende da publicação de normas complementares, incluindo diretrizes do Comitê Gestor do IBS, regulamentações setoriais e atos normativos da Receita Federal do Brasil. Tais normas definirão aspectos essenciais, como alíquotas finais dos tributos, regras de creditamento, mecanismos de governança e procedimentos de apuração, controle e fiscalização.

Diante da ausência de regulamentação integral, ainda não é possível determinar de forma definitiva os impactos da Reforma Tributária sobre a apuração dos tributos mencionados. De todo modo, a Administração do Banrisul permanece acompanhando o tema e atuará de forma diligente para assegurar plena conformidade, priorizando a continuidade operacional e a segurança tributária. Vale ainda destacar que, para viabilizar sua implementação, o Banrisul contratou consultoria especializada e criou um Comitê de Implementação da Reforma Tributária, com grupos de trabalho responsáveis por analisar os impactos legais, operacionais, sistêmicos, contábeis e tributários.

Além disso, a Administração avaliou os requisitos da Orientação Técnica CFC nº 1/2026 para a definição do tratamento contábil aplicável aos eventos relacionados à CBS e ao IBS, os quais serão tratados como impostos não cumulativos incidentes sobre operações de consumo, e continuará acompanhando os desdobramentos acerca dos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1) ou no Segmento 2 (S2).

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do ano de 2026 com a primeira divulgação em 2027.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme faculta o normativo, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e

- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. Para fins de divulgação do valor justo, os instrumentos financeiros são classificados em uma hierarquia de três níveis, com base no grau de observabilidade dos *inputs* utilizados nas técnicas de mensuração.

O Grupo Banrisul pode deter, eventualmente, instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais não cotados cuja mensuração envolva técnicas de avaliação com utilização de *inputs* não observáveis, os quais são classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Quando aplicável, a natureza desses instrumentos, os montantes envolvidos e as técnicas de avaliação utilizadas são divulgados de forma agregada nas Notas Explicativas específicas.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não dependem apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da origem, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Os custos de transação e valores recebidos considerados materiais são apropriados mediante aplicação da TJE ao longo da vigência dos instrumentos financeiros. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizada a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na origem do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo, dos compromissos de crédito a liberar e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a origem conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Stop Accrual

O procedimento de *stop accrual* consiste em interromper o reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou quaisquer outras atividades financeiras relacionadas ao ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito. No Banrisul, esse processo é adotado de forma sistemática, impedindo que sejam reconhecidas no resultado do período receitas ainda não recebidas referentes a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos relativos a instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. Contudo, o reconhecimento de receitas ainda não recebidas é suspenso caso o ativo financeiro seja classificado com problema de recuperação de crédito. Uma vez que o instrumento financeiro deixe de ser classificado como tal, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas correspondentes, incluindo a integralidade da renda anteriormente represada.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme a Instrução Normativa BCB nº 560/24, não se enquadram como reestruturação as renegociações que impliquem concessões à contraparte em decorrência de decisões do CMN ou por força de outras medidas legais. A Resolução CMN nº 4.966/21 faculta até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um

ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026. No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, consequentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses

instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas, abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Mantidos para Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%. Especificamente para a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A., a alíquota da CSLL foi de 9% até março de 2026, passando para 12% a partir de abril de 2026, em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Para o ano de 2025, ficou vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda foi adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído são semelhantes.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de aquisição, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os

principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa, de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book* – IRRBB), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Composição da Carteira por Setor de Atividade	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Setor Público	173.892	180.540	183.382	188.890
Administração Pública – Direta e Indireta	173.892	180.540	183.382	188.890
Setor Privado	64.257.043	64.836.312	64.261.068	64.839.891
Pessoa Física	46.947.353	48.479.146	46.947.388	48.479.189
Pessoa Jurídica	17.309.690	16.357.166	17.313.680	16.360.702
Agropecuário	285.772	274.799	285.825	274.850
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.881.018	2.861.909	2.881.200	2.862.085
Automotivo	755.873	733.442	755.972	733.550
Celulose, Madeira e Móveis	375.936	400.553	375.957	400.574
Comércio Atacadista – Alimentício	1.064.749	1.039.330	1.064.893	1.039.512
Comércio Atacadista – não Alimentício	873.760	860.435	873.932	860.525
Comércio Varejista – Outros	1.632.575	1.519.538	1.632.898	1.519.863
Construção e Imobiliário	1.530.065	1.342.861	1.530.547	1.343.210
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.605.842	1.694.691	1.606.403	1.695.218
Eletroeletrônico e Informática	496.742	507.631	496.837	507.714
Financeiro e Seguro	346.717	289.963	346.717	289.963
Máquinas e Equipamentos	377.859	326.675	377.901	326.717
Metalurgia	476.791	459.455	476.845	459.502
Obras de Infraestrutura	37.170	29.448	37.491	29.633
Petróleo e Gás Natural	572.579	616.893	572.592	616.935
Químico e Petroquímico	1.048.617	1.022.562	1.048.855	1.022.766
Serviços Privados	843.316	582.301	843.696	582.692
Têxtil, Confecções e Couro	474.301	413.334	474.304	413.338
Transportes	505.206	470.523	505.448	470.715
Outros	1.124.802	910.823	1.125.367	911.340
Total	64.430.935	65.016.852	64.444.450	65.028.781

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito das Agências podem deferir ou indeferir operações de crédito até

os limites de suas alçadas, estabelecidas de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências, as operações e Limite de Exposição (LE) são deferidos pelos comitês de crédito da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e operações com LE acima de R\$12 e R\$8 milhões, respectivamente, até os limites de concentração por cliente e grupo econômico estipulados pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	141.116.224	133.822.876	143.688.278	136.699.385
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.178.614	15.861.036	16.178.614	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.705.451	4.024.531	4.705.451	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	51.998.455	45.839.402	52.008.117	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.430.935	65.016.852	64.444.450	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	3.802.769	3.081.055	6.351.646	5.936.592
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	23.508.217	21.937.981	23.508.217	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	23.508.217	21.937.981	23.508.217	21.937.981
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	8.868	1.099.686	746.532	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	-	999.446	737.664	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.868	100.240	8.868	100.240
Off Balance	26.684.976	21.513.417	26.758.338	21.513.417
Garantias Financeiras	663.903	648.413	663.903	648.413
Crédito Imobiliário	296.651	359.516	296.651	359.516
Cheque Especial	6.591.931	4.745.864	6.591.931	4.745.864
Cartão de Crédito	5.043.886	4.569.958	5.043.886	4.569.958
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	6.205.039	5.869.970	6.205.039	5.869.970
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	7.136.477	4.981.121	7.136.477	4.981.121
Outros Limites Pré-Aprovados	747.089	338.575	820.451	338.575
Total	191.318.285	178.373.960	194.701.365	181.809.870

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Individual							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	42.836.811	638.006	818.852	137.153	3.291.690	2.212.432	46.947.353	2.987.591
Cartão de Crédito	2.334.244	120.586	47.488	10.553	364.265	284.466	2.745.997	415.605
Crédito Consignado	16.998.393	97.598	179.685	24.411	1.226.613	755.677	18.404.691	877.686
Crédito Pessoal	2.813.511	41.792	85.378	18.691	430.453	297.593	3.329.342	358.076
Crédito Imobiliário	5.396.550	26.636	54.758	22.250	84.664	48.104	5.535.972	96.990
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.497.114	205.174	324.038	25.202	501.508	305.364	13.322.660	535.740
Outros	2.796.999	146.220	127.505	36.046	684.187	521.228	3.608.691	703.494
Pessoa Jurídica	16.168.930	249.446	167.449	40.884	1.147.203	738.338	17.483.582	1.028.668
Operações de Câmbio	3.129.955	10.629	64	2	66.972	5.579	3.196.991	16.210
Capital de Giro	6.136.658	60.668	58.620	15.832	343.468	226.981	6.538.746	303.481
Conta Empresarial/Garantida	2.478.384	92.951	52.588	10.865	227.505	160.889	2.758.477	264.705
Crédito Imobiliário	907.160	10.813	1.869	300	773	440	909.802	11.553
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.000.718	37.016	7.845	1.538	103.620	73.642	2.112.183	112.196
Outros	1.516.055	37.369	46.463	12.347	404.865	270.807	1.967.383	320.523
Total em 30/06/2026	59.005.741	887.452	986.301	178.037	4.438.893	2.950.770	64.430.935	4.016.259
Total em 31/12/2025	60.406.238	901.519	635.025	137.591	3.975.589	2.774.879	65.016.852	3.813.989

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Consolidado	
	Total		Total		Total		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	42.836.846	638.006	818.852	137.153	3.291.690	2.212.433	46.947.388	2.987.592
Cartão de Crédito	2.334.244	120.586	47.488	10.553	364.265	284.467	2.745.997	415.606
Crédito Consignado	16.998.393	97.598	179.685	24.411	1.226.613	755.677	18.404.691	877.686
Crédito Pessoal	2.813.511	41.792	85.378	18.691	430.453	297.593	3.329.342	358.076
Crédito Imobiliário	5.396.550	26.636	54.758	22.250	84.664	48.104	5.535.972	96.990
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.497.114	205.174	324.038	25.202	501.508	305.364	13.322.660	535.740
Outros	2.797.034	146.220	127.505	36.046	684.187	521.228	3.608.726	703.494
Pessoa Jurídica	16.180.565	249.489	167.478	40.888	1.149.019	738.430	17.497.062	1.028.807
Operações de Câmbio	3.129.955	10.629	64	2	66.972	5.579	3.196.991	16.210
Capital de Giro	6.136.658	60.668	58.620	15.832	343.468	226.981	6.538.746	303.481
Conta Empresarial/ Garantida	2.478.384	92.951	52.588	10.865	227.505	160.889	2.758.477	264.705
Crédito Imobiliário	907.160	10.813	1.869	300	773	440	909.802	11.553
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.000.718	37.016	7.845	1.538	103.620	73.642	2.112.183	112.196
Outros	1.527.690	37.412	46.492	12.351	406.681	270.899	1.980.863	320.662
Total em 30/06/2026	59.017.411	887.495	986.330	178.041	4.440.709	2.950.863	64.444.450	4.016.399
Total em 31/12/2025	60.415.662	901.558	636.713	137.593	3.976.406	2.775.008	65.028.781	3.814.159

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Não vencidos	57.492.821	58.989.168	57.504.409	58.998.523
Vencidos em até 30 dias	1.512.920	1.417.070	1.513.002	1.417.139
Total	59.005.741	60.406.238	59.017.411	60.415.662

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	58.906.834	60.381.846	58.918.504	60.391.270
Avaliação Individual	98.907	24.392	98.907	24.392
Total	59.005.741	60.406.238	59.017.411	60.415.662

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Não Vencidos	420.241	201.232	420.241	201.934
Vencidos em até 30 dias	12.632	15.539	12.637	16.124
Vencidos de 31 a 60 dias	338.861	273.788	338.872	274.189
Vencidos de 61 a 90 dias	214.567	144.466	214.580	144.466
Total	986.301	635.025	986.330	636.713

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	986.294	633.529	986.323	635.217
Avaliação Individual	7	1.496	7	1.496
Total	986.301	635.025	986.330	636.713

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Não Vencidos	1.117.418	939.683	1.118.281	940.201
Vencidos em até 30 dias	124.602	116.628	125.088	116.713
Vencidos de 31 a 60 dias	101.763	83.218	102.121	83.310
Vencidos de 61 a 90 dias	118.320	118.215	118.358	118.222
Vencidos a mais de 90 dias	2.976.790	2.717.845	2.976.861	2.717.960
Total	4.438.893	3.975.589	4.440.709	3.976.406

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	4.098.442	3.536.204	4.100.258	3.537.021
Avaliação Individual	340.451	439.385	340.451	439.385
Total	4.438.893	3.975.589	4.440.709	3.976.406

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significativos no valor de R\$439.365 (31/12/2025 – R\$465.273) no Individual e no Consolidado, excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

Cientes Individualmente Significativos (%)	30/06/2026	31/12/2025
Maior Devedor	16,03	22,84
Cinco Maiores Devedores	51,81	54,90
Dez Maiores Devedores	75,62	78,45
Vinte Maiores Devedores	100,00	98,98

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

A tabela a seguir apresenta o valor total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte, juntamente dos instrumentos baixados a prejuízo (*write-off*). Conforme faculta o artigo 71º-A da Resolução CMN nº 4.966/21, até dezembro de 2026 o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apurar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

	01/01 a 30/06/2026 ⁽¹⁾	01/01 a 30/06/2025 ⁽¹⁾
Operações Renegociadas	861.095	699.419
Operações Renegociadas Ativas	731.365	547.125
Operações Recuperadas da Baixa a Prejuízo	129.730	152.294
Write-Off	723.395	80.539

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens mantidos para venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis,

imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$88.979 (01/01 a 30/06/2025 – R\$17.458) no Individual e no Consolidado.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado (*Trading*) e o Relatório de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (*Banking*), ao Comitê de Gestão de Risco, relatórios produzidos para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e a Política de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária, são propostas ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado (*Trading*) e a Estrutura de Gestão de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (*Banking*) além do Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco		Total em 30/06/2026
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	
1	1%	201	8.926	9.127
2	25%	160	115.760	115.920
3	50%	112	227.045	227.157

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação; e
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,1766 de 30/06/2026 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 97,8% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 99,9% e 99,9%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$227.157.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	17
Total		17

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	1.117.176
Cupom Índice	Taxa de Longo Prazo (TLP)	(100)
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	9.381
	Euro	1.313
	Libra Esterlina	12
Cupom de Taxas	Taxa de Referência (TR)	88.278
	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(43)
DI	Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	2.852.104
Selic	Selic	(3.691.065)
Total		377.056

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada na data de reporte foi de R\$151.860 (31/12/2025 – R\$433.245). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$27.042 (31/12/2025 – R\$99.224).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado na data de reporte o valor de R\$338.324 (31/12/2025 – R\$1.233.060).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

					Individual	
	Circulante		Não Circulante		Total em	Total em
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros	34.615.999	22.086.801	83.070.945	24.855.586	164.629.331	156.302.912
Ao Custo Amortizado	34.527.386	22.086.801	60.604.615	23.893.444	141.112.246	133.265.245
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.174.636	-	-	-	16.174.636	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.680.493	411.580	613.378	-	4.705.451	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	4.251.748	5.855.621	27.738.701	14.152.385	51.998.455	45.839.402
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.420.509	14.267.271	30.002.096	9.741.059	64.430.935	65.016.852
Outros Ativos Financeiros	-	1.552.329	2.250.440	-	3.802.769	3.081.055
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados						
Abrangentes	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	8.868	-	-	-	8.868	1.099.686
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	999.446
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.868	-	-	-	8.868	100.240
Passivos Financeiros	55.706.298	18.421.002	61.017.906	18.985.038	154.130.244	143.602.776
Ao Custo Amortizado	55.703.729	18.421.002	61.017.906	18.985.038	154.127.675	141.912.344
Depósitos	27.562.152	8.404.549	52.200.485	15.591.018	103.758.204	97.439.138
Captações no Mercado Aberto	26.460.769	-	-	-	26.460.769	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	827.744	3.420.504	5.540.927	598	9.789.773	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	575.404	1.663.502	685.200	9.033	2.933.139	2.803.298
Obrigações por Repasses	277.660	874.094	2.589.409	780.925	4.522.088	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	4.058.353	1.885	-	4.060.238	3.783.055
Ao Valor Justo por meio do Resultado	2.569	-	-	-	2.569	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.569	-	-	-	2.569	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(21.090.299)	3.665.799	22.053.039	5.870.548	10.499.087	12.700.136

					Consolidado	
	Circulante		Não Circulante		Total em	Total em
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros	34.816.593	25.003.234	83.257.854	24.861.368	167.939.049	159.738.822
Ao Custo Amortizado	34.539.836	24.639.946	60.611.074	23.893.444	143.684.300	136.141.754
Depósitos Compulsórios no Banco Central	16.174.636	-	-	-	16.174.636	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.680.493	411.580	613.378	-	4.705.451	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	4.251.748	5.865.283	27.738.701	14.152.385	52.008.117	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.432.959	14.267.271	30.003.161	9.741.059	64.444.450	65.028.781
Outros Ativos Financeiros	-	4.095.812	2.255.834	-	6.351.646	5.936.592
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados						
Abrangentes	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	197.012	363.288	180.450	5.782	746.532	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	188.144	363.288	180.450	5.782	737.664	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.868	-	-	-	8.868	100.240
Passivos Financeiros	55.984.847	18.261.698	60.091.636	18.985.038	153.323.219	143.116.413
Ao Custo Amortizado	55.982.278	18.261.698	60.091.636	18.985.038	153.320.650	141.425.981
Depósitos	27.931.810	6.847.208	52.200.485	15.591.018	102.570.521	96.261.427
Captações no Mercado Aberto	26.370.776	-	-	-	26.370.776	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	826.294	3.298.907	4.613.134	598	8.738.933	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	575.738	1.664.556	686.723	9.033	2.936.050	2.806.928
Obrigações por Repasses	277.660	874.094	2.589.409	780.925	4.522.088	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	5.576.933	1.885	-	5.578.818	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado	2.569	-	-	-	2.569	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.569	-	-	-	2.569	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(21.168.254)	6.741.536	23.166.218	5.876.330	14.615.830	16.622.409

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante				Individual	
	Circulante		Não Circulante		Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	58.763.812	18.825.311	62.595.263	19.374.578	159.558.964	150.077.785
Ao Custo Amortizado	58.763.812	18.825.311	62.595.263	19.374.578	159.558.964	148.382.887
Depósitos	30.535.669	8.547.115	53.085.959	15.855.488	108.024.231	103.015.078
Captações no Mercado Aberto	26.477.231	-	-	-	26.477.231	22.972.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	866.785	3.581.832	5.802.264	626	10.251.507	9.047.356
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	576.212	1.673.611	747.203	19.698	3.016.724	2.878.678
Obrigações por Repasses	307.915	964.251	2.957.606	895.302	5.125.074	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	4.058.502	2.231	-	4.060.733	3.783.646
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	34.542.969	23.078.758	96.113.936	34.164.886	187.900.549	179.159.493
Disponibilidades	1.344.764	-	-	-	1.344.764	1.298.123
Ativos Financeiros	33.198.205	23.078.758	96.113.936	34.164.886	186.555.785	177.861.370
Ao Custo Amortizado	33.118.460	23.078.758	73.647.606	33.202.744	163.047.568	154.923.943
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	999.446

	Circulante				Consolidado	
	Circulante		Não Circulante		Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	59.019.743	18.655.036	61.669.503	19.379.947	158.724.229	149.585.389
Ao Custo Amortizado	59.019.743	18.655.036	61.669.503	19.379.947	158.724.229	147.890.491
Depósitos	30.878.083	6.965.713	53.103.922	15.860.853	106.808.571	101.831.070
Captações no Mercado Aberto	26.387.191	-	-	-	26.387.191	22.832.490
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	869.952	3.473.209	4.856.876	630	9.200.667	8.074.815
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	576.602	1.674.781	748.868	19.698	3.019.949	2.882.675
Obrigações por Repasses	307.915	964.251	2.957.606	895.302	5.125.074	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	5.577.082	2.231	-	5.579.313	5.583.319
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	34.731.123	25.995.191	96.299.780	34.170.668	191.196.762	182.583.475
Disponibilidades	1.344.774	-	-	-	1.344.774	1.298.124
Ativos Financeiros	33.386.349	25.995.191	96.299.780	34.170.668	189.851.988	181.285.351
Ao Custo Amortizado	33.118.460	25.631.903	73.653.000	33.202.744	165.606.107	157.788.523
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	79.745	-	22.466.330	962.142	23.508.217	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	188.144	363.288	180.450	5.782	737.664	1.558.847

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501), conforme descrito na Nota 34a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Total em				Individual	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	30/06/2026	Nível 1	31/12/2025
Ativos Financeiros	23.437.340	77.345	2.400	23.517.085	22.876.735	160.932
Ao Valor Justo por Meio de ORA	23.428.472	77.345	2.400	23.508.217	21.876.161	61.820
Títulos e Valores Mobiliários	23.428.472	77.345	2.400	23.508.217	21.876.161	61.820
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	23.428.472	-	-	23.428.472	21.876.161	-
Cotas de Fundo de Investimento	-	55.376	-	55.376	-	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	8.868	-	-	8.868	1.000.574	99.112
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	999.446	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.868	-	-	8.868	1.128	99.112
Passivo Financeiros	2.569	-	-	2.569	1.027	1.689.405
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.569	-	-	2.569	1.027	1.689.405
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.569	-	-	2.569	1.027	-
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405

	Total em				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	30/06/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2025
Ativos Financeiros	24.174.272	77.345	3.132	24.254.749	23.434.760	160.932	1.376	23.597.068
Ao Valor Justo por Meio de ORA	23.428.472	77.345	2.400	23.508.217	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	23.428.472	77.345	2.400	23.508.217	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	23.428.472	-	-	23.428.472	21.876.161	-	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	55.376	-	55.376	-	39.851	-	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	745.800	-	732	746.532	1.558.599	99.112	1.376	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	736.932	-	732	737.664	1.557.471	-	1.376	1.558.847
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	549.520	-	-	549.520	361.623	-	-	361.623
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-	-	999.446
Cotas de Fundo de Investimento	187.412	-	732	188.144	196.402	-	1.376	197.778
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.868	-	-	8.868	1.128	99.112	-	100.240
Passivo Financeiros	2.569	-	-	2.569	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.569	-	-	2.569	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.569	-	-	2.569	1.027	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405	-	1.689.405

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	30/06/2026		Individual	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	141.116.224	138.968.410	133.822.876	130.901.589
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.178.614	16.178.614	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.705.451	4.675.897	4.024.531	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	51.998.455	52.108.122	45.839.402	45.918.828
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.430.935	62.203.008	65.016.852	61.986.117
Outros Ativos Financeiros	3.802.769	3.802.769	3.081.055	3.081.055
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	157.059.896	157.024.793	146.215.128	146.225.118
Depósitos	106.690.425	106.590.595	101.741.922	101.695.729
Captações no Mercado Aberto	26.460.769	26.460.769	22.959.070	22.959.059
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.789.773	9.790.542	8.711.917	8.704.306
Letras Financeiras Subordinadas	2.603.464	2.667.422	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.933.139	2.933.139	2.803.298	2.803.298
Obrigações por Repasses	4.522.088	4.522.088	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	4.060.238	4.060.238	3.783.055	3.783.055

	30/06/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	143.688.278	141.540.462	136.732.163	133.778.096
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	16.178.614	16.178.614	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.705.451	4.675.897	4.024.531	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	52.008.117	52.117.783	45.848.445	45.927.869
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.444.450	62.216.522	65.028.781	61.998.046
Outros Ativos Financeiros	6.351.646	6.351.646	5.936.592	5.936.592
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	156.224.894	156.189.790	145.722.468	145.732.458
Depósitos	105.474.765	105.374.935	100.557.914	100.511.721
Captações no Mercado Aberto	26.370.776	26.370.776	22.819.656	22.819.645
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	8.738.933	8.739.701	7.739.376	7.731.765
Letras Financeiras Subordinadas	2.603.464	2.667.422	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.936.050	2.936.050	2.806.928	2.806.928
Obrigações por Repasses	4.522.088	4.522.088	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	5.578.818	5.578.818	5.582.728	5.582.728

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados, utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somadas à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e
- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 5,22%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e

- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir:

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo

regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	11.779.653	14.405.845
Nível 1	9.176.189	10.303.400
Capital Principal (CP)	9.176.189	10.303.400
Capital Social	8.701.859	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.984.822	3.015.055
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(131.902)	(138.414)
Ajustes Prudenciais	(2.457.923)	(994.100)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	79.333	119.000
Nível 2	2.603.464	4.102.445
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.603.464	4.102.445
RWA	74.040.257	73.706.989
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.661.100	60.974.294
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.030.950	1.078.089
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	338.540	1.240.814
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	216	1.015
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	338.324	1.233.060
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	-	6.739
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	12.009.667	10.413.792
Carteira Banking (IRRBB)	377.056	348.158
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	3.628.369	4.884.300
Índices de Capital		
Índice de Basileia	15,91%	19,54%
Índice de Nível 1	12,39%	13,98%
Índice de Capital Principal	12,39%	13,98%
Índice de Imobilização	12,97%	10,20%
Razão de Alavancagem	5,22%	6,08%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$11.779.653, apresentando uma redução de R\$2.626.192 frente a dezembro de 2025.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity* – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$377.056.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,50% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 15,91% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 12,39% na mesma data de reporte.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.344.764	1.298.123	1.344.774	1.298.124
Disponibilidades em Moeda Nacional	922.632	984.007	922.642	984.008
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	422.132	314.116	422.132	314.116
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.700.000	1.900.000	1.700.000	1.900.000
Aplicações no Mercado Aberto	1.700.000	1.900.000	1.700.000	1.900.000
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	165.942	177.138
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	165.942	177.138
Depósitos Voluntários	650.000	-	650.000	-
Depósitos Voluntários no Banco Central do Brasil	650.000	-	650.000	-
Total	3.694.764	3.198.123	3.860.716	3.375.262

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

		Individual e Consolidado	
Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	3.978	557.631
Depósitos de Poupança	Poupança	2.153.873	2.187.382
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	13.085.333	12.322.718
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	285.430	462.737
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	-	569
Outros Depósitos	Taxa Selic	650.000	329.999
Total		16.178.614	15.861.036

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Individual e Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	1.700.000	-	-	1.700.000	1.900.000
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	1.700.000	-	-	1.700.000	1.900.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.700.000	-	-	1.700.000	1.900.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.980.493	411.580	613.361	3.005.434	2.124.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.980.493	411.580	613.361	3.005.434	2.124.499
Total em 30/06/2026	3.680.493	411.580	613.361	4.705.434	
Total em 31/12/2025	2.517.526	882.955	624.018		4.024.499

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual
									30/06/2026
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.248.923	5.800.263	9.955.574	17.026.010	14.151.347	51.182.117	-	51.182.117	51.284.475
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.248.923	5.784.599	9.955.574	17.026.010	14.151.347	51.166.453	-	51.166.453	51.269.003
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	15.664	-	-	-	15.664	-	15.664	15.472
Letras Financeiras (LF)	2.825	45.266	376.051	-	-	424.142	(97)	424.045	428.370
Debêntures	-	10.092	174.700	206.366	-	391.158	(23)	391.135	394.328
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.038	1.038	-	1.038	949
Total	4.251.748	5.855.621	10.506.325	17.232.376	14.152.385	51.998.455	(120)	51.998.335	52.108.122

									Individual
									31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.022.350	15.385.622	7.549.881	44.944.195	-	44.944.195	45.026.759
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	13.993.619	15.385.622	7.549.881	44.915.464	-	44.915.464	45.000.018
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.383.658	15.535.769	7.757.876	45.839.402	(16)	45.839.386	45.918.828

Consolidado									
30/06/2026									
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.248.923	5.809.924	9.955.574	17.026.010	14.151.347	51.191.778	-	51.191.778	51.294.137
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.248.923	5.794.261	9.955.574	17.026.010	14.151.347	51.176.115	-	51.176.115	51.278.665
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	15.663	-	-	-	15.663	-	15.663	15.472
Letras Financeiras (LF)	2.825	45.266	376.051	-	-	424.142	(97)	424.045	428.369
Debêntures	-	10.093	174.700	206.366	-	391.159	(23)	391.136	394.328
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.038	1.038	-	1.038	949
Total	4.251.748	5.865.283	10.506.325	17.232.376	14.152.385	52.008.117	(120)	52.007.997	52.117.783

Consolidado									
31/12/2025									
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.392.701	15.535.769	7.757.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.927.869

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Individual			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2026 31/12/2025
Pessoa Física	42.836.811	818.852	3.291.690	46.947.353 48.479.146
Cartão de Crédito	2.334.244	47.488	364.265	2.745.997 2.850.369
Crédito Consignado	16.998.393	179.685	1.226.613	18.404.691 19.459.845
Crédito Pessoal	2.813.511	85.378	430.453	3.329.342 3.031.526
Crédito Imobiliário	5.396.550	54.758	84.664	5.535.972 5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.497.114	324.038	501.508	13.322.660 14.022.604
Outros	2.796.999	127.505	684.187	3.608.691 3.383.468
Pessoa Jurídica	16.168.930	167.449	1.147.203	17.483.582 16.537.706
Operações de Câmbio	3.129.955	64	66.972	3.196.991 2.854.208
Capital de Giro	6.136.658	58.620	343.468	6.538.746 5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.478.384	52.588	227.505	2.758.477 2.570.841
Crédito Imobiliário	907.160	1.869	773	909.802 722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.000.718	7.845	103.620	2.112.183 3.335.456
Outros	1.516.055	46.463	404.865	1.967.383 1.786.551
Total	59.005.741	986.301	4.438.893	64.430.935 65.016.852
(Provisão)	(887.452)	(178.037)	(2.950.770)	(4.016.259) (3.813.989)
Total Líquido da Provisão 30/06/2026	58.118.289	808.264	1.488.123	60.414.676
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.504.719	497.434	1.200.710	61.202.863

	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2026 31/12/2025
Pessoa Física	42.836.846	818.852	3.291.690	46.947.388 48.479.189
Cartão de Crédito	2.334.244	47.488	364.265	2.745.997 2.850.369
Crédito Consignado	16.998.393	179.685	1.226.613	18.404.691 19.459.845
Crédito Pessoal	2.813.511	85.378	430.453	3.329.342 3.031.526
Crédito Imobiliário	5.396.550	54.758	84.664	5.535.972 5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	12.497.114	324.038	501.508	13.322.660 14.022.604
Outros	2.797.034	127.505	684.187	3.608.726 3.383.511
Pessoa Jurídica	16.180.565	167.478	1.149.019	17.497.062 16.549.592
Operações de Câmbio	3.129.955	64	66.972	3.196.991 2.854.208
Capital de Giro	6.136.658	58.620	343.468	6.538.746 5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.478.384	52.588	227.505	2.758.477 2.570.841
Crédito Imobiliário	907.160	1.869	773	909.802 722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.000.718	7.845	103.620	2.112.183 3.335.456
Outros	1.527.690	46.492	406.681	1.980.863 1.798.437
Total	59.017.411	986.330	4.440.709	64.444.450 65.028.781
(Provisão)	(887.495)	(178.041)	(2.950.863)	(4.016.399) (3.814.159)
Total Líquido da Provisão 30/06/2026	58.129.916	808.289	1.489.846	60.428.051
Total Líquido da Provisão 31/12/2025	59.514.104	499.120	1.201.398	61.214.622

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

	Individual		Consolidado	
Prazo por Vencimento	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	2.106.305	1.816.937	2.107.369	1.818.290
A vencer até 3 meses	10.421.507	8.913.618	10.433.958	8.924.194
A vencer de 3 a 12 meses	14.267.007	16.681.095	14.267.007	16.681.095
A vencer de 1 a 5 anos	27.895.237	28.118.268	27.895.237	28.118.268
A vencer acima de 5 anos	9.740.879	9.486.934	9.740.879	9.486.934
Total	64.430.935	65.016.852	64.444.450	65.028.781

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	30/06/2026		31/12/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores ⁽¹⁾	Total	% da Carteira	Total	% da Carteira
Maior Devedor	297.732	0,46	305.941	0,47
10 Maiores Devedores	2.207.907	3,43	2.215.243	3,41
20 Maiores Devedores	3.415.313	5,30	3.373.835	5,19
50 Maiores Devedores	5.599.850	8,69	5.469.778	8,41
100 Maiores Devedores	7.458.171	11,58	7.358.885	11,32

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1								Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	654.931	(13.278)	(30.029)	23.673	62.593	-	(59.884)	638.006
Cartão de Crédito	127.475	(731)	(3.646)	495	3.720	-	(6.727)	120.586
Crédito Consignado	104.873	(1.170)	(2.282)	4.237	6.381	-	(14.441)	97.598
Crédito Pessoal	35.792	(802)	(3.445)	5.106	3.147	-	1.994	41.792
Crédito Imobiliário	29.680	(1.286)	(1.507)	1.753	4.415	-	(6.419)	26.636
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(5.820)	(4.908)	7.088	23.201	-	(20.951)	205.174
Outros	150.547	(3.469)	(14.241)	4.994	21.729	-	(13.340)	146.220
Pessoa Jurídica	246.588	(6.958)	(30.161)	2.245	30.419	-	7.313	249.446
Operações de Câmbio	12.179	-	(193)	179	58	-	(1.594)	10.629
Capital de Giro	37.183	(2.186)	(9.690)	714	21.536	-	13.111	60.668
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(3.053)	(10.898)	260	1.077	-	13.214	92.951
Crédito Imobiliário	10.047	(25)	(72)	348	-	-	515	10.813
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(501)	(1.573)	279	1.130	-	(14.827)	37.016
Outros	42.320	(1.193)	(7.735)	465	6.618	-	(3.106)	37.369
Total	901.519	(20.236)	(60.190)	25.918	93.012	-	(52.571)	887.452

Estágio 2								Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	107.574	(23.673)	(45.821)	13.278	5.678	-	80.117	137.153
Cartão de Crédito	8.646	(495)	(4.777)	731	1.682	-	4.766	10.553
Crédito Consignado	22.343	(4.237)	(7.366)	1.170	259	-	12.242	24.411
Crédito Pessoal	18.304	(5.106)	(7.518)	802	301	-	11.908	18.691
Crédito Imobiliário	3.593	(1.753)	(1.485)	1.286	502	-	20.107	22.250
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(7.088)	(5.504)	5.820	2.031	-	10.894	25.202
Outros	35.639	(4.994)	(19.171)	3.469	903	-	20.200	36.046
Pessoa Jurídica	30.017	(2.245)	(22.419)	6.958	2.382	-	26.191	40.884
Operações de Câmbio	241	(179)	-	-	-	-	(60)	2
Capital de Giro	5.234	(714)	(8.086)	2.186	735	-	16.477	15.832
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(260)	(3.415)	3.053	38	-	5.943	10.865
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	25	-	-	275	300
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(279)	(1.537)	501	656	-	(4.607)	1.538
Outros	11.884	(465)	(9.381)	1.193	953	-	8.163	12.347
Total	137.591	(25.918)	(68.240)	20.236	8.060	-	106.308	178.037

Estágio 3								Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	2.025.537	(62.593)	(5.678)	30.029	45.821	(513.715)	693.031	2.212.432
Cartão de Crédito	258.326	(3.720)	(1.682)	3.646	4.777	(87.831)	110.950	284.466
Crédito Consignado	757.167	(6.381)	(259)	2.282	7.366	(184.156)	179.658	755.677
Crédito Pessoal	255.829	(3.147)	(301)	3.445	7.518	(114.931)	149.180	297.593
Crédito Imobiliário	27.808	(4.415)	(502)	1.507	1.485	(1.391)	23.612	48.104
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	293.691	(23.201)	(2.031)	4.908	5.504	(80.013)	106.506	305.364
Outros	432.716	(21.729)	(903)	14.241	19.171	(45.393)	123.125	521.228
Pessoa Jurídica	749.342	(30.419)	(2.382)	30.161	22.419	(209.680)	178.897	738.338
Operações de Câmbio	6.856	(58)	-	193	-	-	(1.412)	5.579
Capital de Giro	149.854	(21.536)	(735)	9.690	8.086	(99.300)	180.922	226.981
Conta Empresarial/Garantida	120.110	(1.077)	(38)	10.898	3.415	(27.633)	55.214	160.889
Crédito Imobiliário	-	-	-	72	-	-	368	440
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	247.617	(1.130)	(656)	1.573	1.537	(39.183)	(136.116)	73.642
Outros	224.905	(6.618)	(953)	7.735	9.381	(43.564)	79.921	270.807
Total	2.774.879	(93.012)	(8.060)	60.190	68.240	(723.395)	871.928	2.950.770

Consolidado dos Três Estágios				Individual
	Saldo Inicial 31/12/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	2.788.042	(513.715)	713.264	2.987.591
Cartão de Crédito	394.447	(87.831)	108.989	415.605
Crédito Consignado	884.383	(184.156)	177.459	877.686
Crédito Pessoal	309.925	(114.931)	163.082	358.076
Crédito Imobiliário	61.081	(1.391)	37.300	96.990
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	519.304	(80.013)	96.449	535.740
Outros	618.902	(45.393)	129.985	703.494
Pessoa Jurídica	1.025.947	(209.680)	212.401	1.028.668
Operações de Câmbio	19.276	-	(3.066)	16.210
Capital de Giro	192.271	(99.300)	210.510	303.481
Conta Empresarial/Garantida	217.967	(27.633)	74.371	264.705
Crédito Imobiliário	10.395	-	1.158	11.553
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	306.929	(39.183)	(155.550)	112.196
Outros	279.109	(43.564)	84.978	320.523
Total	3.813.989	(723.395)	925.665	4.016.259

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$795.935 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$129.730.

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	708.288	(13.256)	(34.886)	17.355	88.863	-	26.194	792.558
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	274.240	(7.433)	(14.618)	2.201	70.292	-	(77.997)	246.685
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.291	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.874)	40.284
Total	982.528	(20.689)	(49.504)	19.556	159.155	-	(51.803)	1.039.243

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	75.036	(17.355)	(38.057)	13.256	3.141	-	89.942	125.963
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	15.914	(2.201)	(8.198)	7.433	1.772	-	18.107	32.827
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.411	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.801	8.967
Total	90.950	(19.556)	(46.255)	20.689	4.913	-	108.049	158.790

Estágio 3							Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	1.055.927	(88.863)	(3.141)	34.886	38.057	(71.890)	637.771	1.602.747
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	587.148	(70.292)	(1.772)	14.618	8.198	(8.649)	61.628	590.879
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.293	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.027	145.698
Total	1.643.075	(159.155)	(4.913)	49.504	46.255	(80.539)	699.399	2.193.626

Consolidado dos Três Estágios				Individual	
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/06/2025	
Pessoa Física	1.839.251	(71.890)	753.907	2.521.268	
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165	312.294	
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082	750.456	
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816	257.684	
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979	94.182	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935	618.259	
Outros	344.975	(7.512)	150.930	488.393	
Pessoa Jurídica	877.302	(8.649)	1.738	870.391	
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423	17.526	
Capital de Giro	141.801	-	4.148	145.949	
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)	176.940	
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784	10.270	
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796	324.757	
Outros	215.995	-	(21.046)	194.949	
Total	2.716.553	(80.539)	755.645	3.391.659	

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$603.343 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$152.294.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	654.932	(13.278)	(30.029)	23.673	62.593	-	(59.885)	638.006
Cartão de Crédito	127.475	(731)	(3.646)	495	3.720	-	(6.727)	120.586
Crédito Consignado	104.873	(1.170)	(2.282)	4.237	6.381	-	(14.441)	97.598
Crédito Pessoal	35.792	(802)	(3.445)	5.106	3.147	-	1.994	41.792
Crédito Imobiliário	29.680	(1.286)	(1.507)	1.753	4.415	-	(6.419)	26.636
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(5.820)	(4.908)	7.088	23.201	-	(20.951)	205.174
Outros	150.548	(3.469)	(14.241)	4.994	21.729	-	(13.341)	146.220
Pessoa Jurídica	246.626	(6.961)	(30.161)	2.245	30.424	-	7.316	249.489
Operações de Câmbio	12.179	-	(193)	179	58	-	(1.594)	10.629
Capital de Giro	37.183	(2.186)	(9.690)	714	21.536	-	13.111	60.668
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(3.053)	(10.898)	260	1.077	-	13.214	92.951
Crédito Imobiliário	10.047	(25)	(72)	348	-	-	515	10.813
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(501)	(1.573)	279	1.130	-	(14.827)	37.016
Outros	42.358	(1.196)	(7.735)	465	6.623	-	(3.103)	37.412
Total	901.558	(20.239)	(60.190)	25.918	93.017	-	(52.569)	887.495

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	107.574	(23.673)	(45.821)	13.278	5.678	-	80.117	137.153
Cartão de Crédito	8.646	(495)	(4.777)	731	1.682	-	4.766	10.553
Crédito Consignado	22.343	(4.237)	(7.366)	1.170	259	-	12.242	24.411
Crédito Pessoal	18.304	(5.106)	(7.518)	802	301	-	11.908	18.691
Crédito Imobiliário	3.593	(1.753)	(1.485)	1.286	502	-	20.107	22.250
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(7.088)	(5.504)	5.820	2.031	-	10.894	25.202
Outros	35.639	(4.994)	(19.171)	3.469	903	-	20.200	36.046
Pessoa Jurídica	30.019	(2.245)	(22.422)	6.961	2.405	-	26.170	40.888
Operações de Câmbio	241	(179)	-	-	-	-	(60)	2
Capital de Giro	5.234	(714)	(8.086)	2.186	735	-	16.477	15.832
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(260)	(3.415)	3.053	38	-	5.943	10.865
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	25	-	-	275	300
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(279)	(1.537)	501	656	-	(4.607)	1.538
Outros	11.886	(465)	(9.384)	1.196	976	-	8.142	12.351
Total	137.593	(25.918)	(68.243)	20.239	8.083	-	106.287	178.041

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	2.025.537	(62.593)	(5.678)	30.029	45.821	(513.715)	693.032	2.212.433
Cartão de Crédito	258.326	(3.720)	(1.682)	3.646	4.777	(87.831)	110.951	284.467
Crédito Consignado	757.167	(6.381)	(259)	2.282	7.366	(184.156)	179.658	755.677
Crédito Pessoal	255.829	(3.147)	(301)	3.445	7.518	(114.931)	149.180	297.593
Crédito Imobiliário	27.808	(4.415)	(502)	1.507	1.485	(1.391)	23.612	48.104
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	293.691	(23.201)	(2.031)	4.908	5.504	(80.013)	106.506	305.364
Outros	432.716	(21.729)	(903)	14.241	19.171	(45.393)	123.125	521.228
Pessoa Jurídica	749.471	(30.424)	(2.405)	30.161	22.422	(209.762)	178.967	738.430
Operações de Câmbio	6.856	(58)	-	193	-	-	(1.412)	5.579
Capital de Giro	149.854	(21.536)	(735)	9.690	8.086	(99.300)	180.922	226.981
Conta Empresarial/Garantida	120.110	(1.077)	(38)	10.898	3.415	(27.633)	55.214	160.889
Crédito Imobiliário	-	-	-	72	-	-	368	440
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	247.617	(1.130)	(656)	1.573	1.537	(39.183)	(136.116)	73.642
Outros	225.034	(6.623)	(976)	7.735	9.384	(43.646)	79.991	270.899
Total	2.775.008	(93.017)	(8.083)	60.190	68.243	(723.477)	871.999	2.950.863

				Consolidado
Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/06/2026
Pessoa Física	2.788.043	(513.715)	713.264	2.987.592
Cartão de Crédito	394.447	(87.831)	108.990	415.606
Crédito Consignado	884.383	(184.156)	177.459	877.686
Crédito Pessoal	309.925	(114.931)	163.082	358.076
Crédito Imobiliário	61.081	(1.391)	37.300	96.990
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	519.304	(80.013)	96.449	535.740
Outros	618.903	(45.393)	129.984	703.494
Pessoa Jurídica	1.026.116	(209.762)	212.453	1.028.807
Operações de Câmbio	19.276	-	(3.066)	16.210
Capital de Giro	192.271	(99.300)	210.510	303.481
Conta Empresarial/Garantida	217.967	(27.633)	74.371	264.705
Crédito Imobiliário	10.395	-	1.158	11.553
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	306.929	(39.183)	(155.550)	112.196
Outros	279.278	(43.646)	85.030	320.662
Total	3.814.159	(723.477)	925.717	4.016.399

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$795.987 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$129.730.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	708.288	(13.256)	(34.886)	17.355	88.863	-	26.194	792.558
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	274.280	(7.433)	(14.618)	2.201	70.292	-	(77.992)	246.730
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.331	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.869)	40.329
Total	982.568	(20.689)	(49.504)	19.556	159.155	-	(51.798)	1.039.288

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	75.036	(17.355)	(38.057)	13.256	3.141	-	89.942	125.963
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	15.917	(2.201)	(8.198)	7.433	1.772	-	18.108	32.831
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.414	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.802	8.971
Total	90.953	(19.556)	(46.255)	20.689	4.913	-	108.050	158.794

Estágio 3								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	1.055.927	(88.863)	(3.141)	34.886	38.057	(71.890)	637.771	1.602.747
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	587.432	(70.292)	(1.772)	14.618	8.198	(8.649)	61.678	591.213
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.577	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.077	146.032
Total	1.643.359	(159.155)	(4.913)	49.504	46.255	(80.539)	699.449	2.193.960

				Consolidado
Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	1.839.251	(71.890)	753.907	2.521.268
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165	312.294
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082	750.456
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816	257.684
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935	618.259
Outros	344.975	(7.512)	150.930	488.393
Pessoa Jurídica	877.629	(8.649)	1.794	870.774
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423	17.526
Capital de Giro	141.801	-	4.148	145.949
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)	176.940
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796	324.757
Outros	216.322	-	(20.990)	195.332
Total	2.716.880	(80.539)	755.701	3.392.042

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$603.399 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$152.294.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$409.588 (01/01 a 30/06/2025 – R\$186.904) refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Individual e Consolidado		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	1.511	(782)	1.400
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	2.921	(1.503)	2.108
Total em 30/06/2026	4.432	(2.285)	3.508
Total em 31/12/2025	6.739	(3.513)	5.285

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

		Individual e Consolidado		
		30/06/2026		
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	334.171	30
	Pronamp	Depósito à Vista	477.387	45
	Demais	Depósito à Vista	143.216	25
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	465.637	65
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	682.520	50

		Individual e Consolidado		
		31/12/2025		
Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Total da Exigibilidade	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	294.597	30
	Pronamp	Depósito à Vista	441.895	45
	Demais	Depósito à Vista	245.497	25
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	431.510	65
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.686.330	50

No que se refere a eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Individual					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	1.035.272	-	1.035.272	13.183	920.361	933.544
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	947.946	-	947.946	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	79.692	-	79.692	4.799	-	4.799
Outros	7.634	-	7.634	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	104.604	-	104.604	267.373	-	267.373
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito ⁽³⁾	99.857	399.428	499.285	-	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.559.590	1.559.590	-	1.285.113	1.285.113
Pagamentos a Ressarcir	40.950	-	40.950	41.344	-	41.344
Títulos e Créditos a Receber ⁽⁴⁾	228.144	291.422	519.566	212.452	281.026	493.478
Outros	43.502	-	43.502	60.203	-	60.203
Total	1.552.329	2.250.440	3.802.769	594.555	2.486.500	3.081.055

	Consolidado					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	3.553.628	-	3.553.628	3.007.178	920.361	3.927.539
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	947.946	-	947.946	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	2.598.048	-	2.598.048	2.998.794	-	2.998.794
Outros	7.634	-	7.634	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	129.612	-	129.612	127.821	-	127.821
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito ⁽³⁾	99.857	399.428	499.285	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	4.401	-	4.401	3.873	-	3.873
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.564.984	1.564.984	-	1.290.435	1.290.435
Pagamentos a Ressarcir	20.766	-	20.766	22.432	-	22.432
Títulos e Créditos a Receber ⁽⁴⁾	244.042	291.422	535.464	223.259	281.026	504.285
Outros	43.506	-	43.506	60.207	-	60.207
Total	4.095.812	2.255.834	6.351.646	3.444.770	2.491.822	5.936.592

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$13.628 (31/12/2025 – R\$24.588) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$931.718 (31/12/2025 – R\$893.268) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.600 (31/12/2025 – R\$2.505) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$945.346 (31/12/2025 – R\$ 917.856). O seu valor de face é de R\$945.706 (31/12/2025 – R\$918.994). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.518.356 (31/12/2025 – R\$2.993.995) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544.674 corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando saldo de R\$499.285 ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas.

(4) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de mudança de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$266.701 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$55.049 (31/12/2025 – R\$55.627) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$52.521 (31/12/2025 – R\$51.434); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$133.828 (31/12/2025 – R\$107.962).

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

	Individual e Consolidado					
	30/06/2026					
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	3.860.328	18.606.002	962.142	23.428.472	23.335.612
Cotas de Fundos de Investimento	55.376	-	-	-	55.376	43.204
Ações	2.400	-	-	-	2.400	2.400
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	79.745	3.860.328	18.606.002	962.142	23.508.217	23.403.185

	Individual e Consolidado					
	31/12/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	61.820	361.142	20.615.871	899.148	21.937.981	21.856.619

(1) Trata-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento do Individual, em 30/06/2026, apresentava saldo zero. Em 31/12/2025, apresentava Letras do Tesouro Nacional (LTN) com saldo com vencimento em até 3 meses de R\$999.446, valor justo de R\$999.446 e custo atualizado de R\$999.556.

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento do Consolidado é a seguinte:

							Consolidado
							30/06/2026
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	363.288	180.450	5.782	549.520	549.491
Cotas de Fundo de Investimento	188.144	-	-	-	-	188.144	188.144
Total	188.144	-	363.288	180.450	5.782	737.664	737.635

							Consolidado
							31/12/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	-	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	-	197.778	197.778
Total	197.778	999.446	340.014	-	21.609	1.558.847	1.559.021

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	52.918	21.271	53.165	21.669
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	180.532	180.828	181.246	181.544
Devedores Diversos	247.306	156.293	271.549	180.069
Bens Mantidos para Venda	115.186	125.474	115.752	126.040
Despesas Antecipadas	73.342	97.120	123.835	152.348
Outros	9.093	8.064	12.772	11.227
Total	678.377	589.050	758.319	672.897

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	Individual			30/06/2026
	31/12/2025	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.987.269	276.638	(311.603)	1.952.304
Provisão para Riscos Fiscais	18.923	2.558	(218)	21.263
Provisão para Riscos Trabalhistas	982.730	71.304	(182.940)	871.094
Provisão para Riscos Cíveis	121.068	18.598	(27.272)	112.394
Benefício Pós-Emprego	212.871	6.434	-	219.305
Outras Provisões Temporárias	224.244	65.207	(76.020)	213.431
Prejuízo Fiscal	135.056	148.052	-	283.108
Total dos Créditos Tributários	3.682.161	588.791	(598.053)	3.672.899
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.682.135	588.791	(598.053)	3.672.873
Obrigações Fiscais Diferidas	(153.919)	(26.218)	5.397	(174.740)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.528.216	562.573	(592.656)	3.498.133

	Consolidado			30/06/2026
	31/12/2025	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.988.748	279.851	(313.083)	1.955.516
Provisão para Riscos Fiscais	19.021	2.558	(309)	21.270
Provisão para Riscos Trabalhistas	983.539	71.475	(183.088)	871.926
Provisão para Riscos Cíveis	122.694	18.759	(27.896)	113.557
Benefício Pós-Emprego	213.699	6.659	(316)	220.042
Outras Provisões Temporárias	305.824	104.860	(130.622)	280.062
Prejuízo Fiscal	135.056	148.052	-	283.108
Total dos Créditos Tributários	3.768.581	632.214	(655.314)	3.745.481
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.768.555	632.214	(655.314)	3.745.455
Obrigações Fiscais Diferidas	(170.956)	(30.842)	10.147	(191.651)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.597.599	601.372	(645.167)	3.553.804

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual	Consolidado
				Total Registrados	Total Registrado
2026	243.882	195.106	438.988	438.988	451.747
2027	374.401	299.521	673.922	673.922	690.941
2028	359.899	287.920	647.819	647.819	660.183
2029	309.950	247.960	557.910	557.910	566.840
2030	205.090	164.072	369.162	369.162	379.331
2031 a 2033	372.411	297.929	670.340	670.340	681.533
2034 a 2036	174.851	139.881	314.732	314.732	314.880
2037	14	12	26	-	-
Total em 30/06/2026	2.040.498	1.632.401	3.672.899	3.672.873	3.745.455
Total em 31/12/2025	2.045.645	1.636.516	3.682.161	3.682.135	3.768.555

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.650.722 (31/12/2025 – R\$2.653.221) e no Consolidado R\$2.706.154 (31/12/2025 – R\$2.719.479), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Superveniência de Depreciação	2.016	2.793	2.016	2.793
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	47.264	36.613	47.275	36.615
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	377	195	792
Varição ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	-	1.558	-	1.558
Superávit Atuarial	125.460	112.578	125.746	112.821
Outros Débitos Temporários	-	-	16.419	16.377
Total	174.740	153.919	191.651	170.956

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Participações em Controladas	4.320.977	4.041.273	-	-
Participações em Coligadas	149.306	135.428	149.306	135.428
Total	4.470.283	4.176.701	149.306	135.428

	Individual					
	Patrimônio Líquido 30/06/2026	Participação do Capital Social (%) 30/06/2026	Valor do Invest. 30/06/2026	Resultado Líquido 01/01/ a 30/06/2026	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2026	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/06/2026 ⁽¹⁾
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	87.110	100,00	87.109	5.460	5.460	-
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	178.572	98,98	176.759	21.299	21.082	6.156
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	612.191	99,68	610.251	63.475	87.071	48.513
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.997.321	100,00	2.997.321	234.895	234.895	204.726
Banrisul Seguridade Participações S.A.	449.537	100,00	449.537	105.005	105.005	44.169
Total	4.324.731		4.320.977	430.134	453.513	303.564
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	55.345	49,90	27.617	6.976	3.481	4.650
Banrisul Icatu Participações S.A.	243.426	49,99	121.689	98.701	49.341	36.323
Total	298.771		149.306	105.677	52.822	40.973

	Individual					
	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2025	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/06/2025 ⁽¹⁾
Empresas Controladas						
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	85.563	100,00	85.563	6.267	6.246	-
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	164.812	98,98	163.138	15.612	15.453	-
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	556.017	99,68	554.255	45.742	45.597	-
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.893.785	100,00	2.893.785	195.815	195.815	-
Banrisul Seguridade Participações S.A.	344.532	100,00	344.532	87.851	87.851	150.271
Total	4.044.709		4.041.273	351.287	350.962	150.271
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	7.691	3.838	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	84.596	42.289	62.140
Total	271.010		135.428	92.287	46.127	64.614

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido 30/06/2026	Participação do Capital Social (%) 30/06/2026	Valor do Invest. 30/06/2026	Resultado Líquido 01/01 a 30/06/2026	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2026	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/06/2026 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	55.345	49,90	27.617	6.976	3.481	4.650
Banrisul Icatu Participações S.A.	243.426	49,99	121.689	98.701	49.341	36.323
Total	298.771		149.306	105.677	52.822	40.973

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01 a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01 a 30/06/2025	Dividendos e JSCP Recebidos 01/01 a 30/06/2025 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	7.691	3.838	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	214.860	49,99	107.409	84.596	42.289	62.140
Total	271.010		135.428	92.287	46.127	64.614

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Individual						Total
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	
Total em 31/12/2025							
Custo	597.362	3.538	344.121	190.389	472.724	28.658	1.636.792
Depreciação Acumulada	(319.652)	-	(161.566)	(101.911)	(323.498)	(22.432)	(929.059)
Valor Contábil Líquido	277.710	3.538	182.555	88.478	149.226	6.226	707.733
Aquisições	48.527	4.574	17.455	7.268	9.775	-	87.599
Alienações – Baixas Custo	(61.106)	-	-	(1.420)	(33.122)	(2)	(95.650)
Alienações – Baixas da Depreciação	54.003	-	-	1.312	23.466	2	78.783
Depreciação	(37.755)	-	(6.275)	(3.994)	(18.829)	(748)	(67.601)
Transferências Líquido Custo	(1.001)	(2.325)	-	345	2.020	(3)	(964)
Transferências Líquido Depreciação	167	-	-	120	(123)	3	167
Movimentação Líquida no Período	2.835	2.249	11.180	3.631	(16.813)	(748)	2.334
Total em 30/06/2026							
Custo	583.782	5.787	361.576	196.582	451.397	28.653	1.627.777
Depreciação Acumulada	(303.237)	-	(167.841)	(104.473)	(318.984)	(23.175)	(917.710)
Valor Contábil Líquido	280.545	5.787	193.735	92.109	132.413	5.478	710.067

	Consolidado						Total
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	
Total em 31/12/2025							
Custo	622.285	75.036	361.165	201.032	705.669	30.069	1.995.256
Depreciação Acumulada	(328.703)	-	(170.536)	(107.668)	(437.898)	(23.607)	(1.068.412)
Valor Contábil Líquido	293.582	75.036	190.629	93.364	267.771	6.462	926.844
Aquisições	51.168	14.547	19.849	7.297	9.775	8	102.644
Alienações – Baixas Custo	(64.011)	(2.274)	-	(1.421)	(34.033)	(2)	(101.741)
Alienações – Baixas da Depreciação	54.003	-	-	1.312	24.227	2	79.544
Depreciação	(38.430)	-	(6.907)	(4.384)	(41.607)	(779)	(92.107)
Transferências Líquido Custo	(1.001)	(52.841)	-	345	52.536	(3)	(964)
Transferências Líquido Depreciação	167	-	-	120	(123)	3	167
Movimentação Líquida no Período	1.896	(40.568)	12.942	3.269	10.775	(771)	(12.457)
Total em 30/06/2026							
Custo	608.441	34.468	381.014	207.253	733.947	30.072	1.995.195
Depreciação Acumulada	(312.963)	-	(177.443)	(110.620)	(455.401)	(24.381)	(1.080.808)
Valor Contábil Líquido	295.478	34.468	203.571	96.633	278.546	5.691	914.387

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Até 12 Meses	94.011	93.524	95.400	94.927
De 1 a 5 Anos	137.106	140.075	138.629	142.302
Acima de 5 Anos	9.033	6.264	9.033	6.264
Total ⁽¹⁾	240.150	239.863	243.062	243.493

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$64.890 (31/12/2025 – R\$80.548) (Nota 35a).

Nota 18 – Intangível

	Individual			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	324.432	1.618.581	658	1.943.671
Amortização Acumulada	(223.581)	(1.419.750)	(658)	(1.643.989)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682
Aquisições	2.818	1.237.040	-	1.239.858
Amortização do Período	(12.808)	(107.013)	-	(119.821)
Movimentação Líquida no Período	(9.990)	1.130.027	-	1.120.037
Total em 30/06/2026				
Custo	327.250	2.855.621	658	3.183.529
Amortização Acumulada	(236.389)	(1.526.763)	(658)	(1.763.810)
Valor Contábil Líquido	90.861	1.328.858	-	1.419.719

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(224.709)	(1.419.751)	(875)	(1.645.335)
Valor Contábil Líquido	100.851	198.831	-	299.682
Aquisições	2.818	1.237.040	-	1.239.858
Amortização do Período	(12.808)	(107.013)	-	(119.821)
Movimentação Líquida no Período	(9.990)	1.130.027	-	1.120.037
Total em 30/06/2026				
Custo	328.378	2.855.622	875	3.184.875
Amortização Acumulada	(237.517)	(1.526.764)	(875)	(1.765.156)
Valor Contábil Líquido	90.861	1.328.858	-	1.419.719

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

							Individual	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos	25.029.724	5.464.649	8.404.549	28.413.518	23.786.967	15.591.018	106.690.425	101.741.922
À Vista	2.932.221	-	-	-	-	-	2.932.221	4.302.784
Poupança	10.767.985	-	-	-	-	-	10.767.985	10.927.247
Interfinanceiros	-	3.334.782	-	-	-	-	3.334.782	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.129.867	8.404.549	28.413.518	23.786.967	15.591.018	78.325.919	73.288.355
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	11.321.654	-	-	-	-	-	11.321.654	10.853.799
Outros Depósitos	7.864	-	-	-	-	-	7.864	8.728
Captações no Mercado Aberto	-	26.460.769	-	-	-	-	26.460.769	22.959.070
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	827.744	3.420.504	5.431.036	109.891	598	9.789.773	8.711.917
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	575.404	1.663.502	657.387	27.813	9.033	2.933.139	2.803.298
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	277.660	874.094	1.646.584	942.825	780.925	4.522.088	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	4.058.353	1.885	-	-	4.060.238	3.783.055
Total em 30/06/2026	25.029.724	33.606.226	18.421.002	36.150.410	24.867.496	18.985.038	157.059.896	
Total em 31/12/2025	26.092.558	27.171.624	16.835.441	36.559.087	20.464.711	19.091.707		146.215.128

							Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos	25.371.405	5.464.649	6.847.208	28.413.518	23.786.967	15.591.018	105.474.765	100.557.914
À Vista	2.904.244	-	-	-	-	-	2.904.244	4.296.487
Poupança	10.767.985	-	-	-	-	-	10.767.985	10.927.247
Interfinanceiros	-	3.334.782	-	-	-	-	3.334.782	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.129.867	6.847.208	28.413.518	23.786.967	15.591.018	76.768.578	71.826.919
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	11.321.249	-	-	-	-	-	11.321.249	10.853.434
Outros Depósitos	377.927	-	-	-	-	-	377.927	292.818
Captações no Mercado Aberto	-	26.370.776	-	-	-	-	26.370.776	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	826.294	3.298.907	4.503.243	109.891	598	8.738.933	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.603.464	2.603.464	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	575.738	1.664.556	658.745	27.978	9.033	2.936.050	2.806.928
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	277.660	874.094	1.646.584	942.825	780.925	4.522.088	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.576.933	1.885	-	-	5.578.818	5.582.728
Total em 30/06/2026	25.371.405	33.515.117	18.261.698	35.223.975	24.867.661	18.985.038	156.224.894	
Total em 31/12/2025	26.369.986	27.031.705	16.849.087	35.914.817	20.465.166	19.091.707		145.722.468

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 80,96% e 19,04% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 67,89% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSN que totalizaram montante de R\$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

					Individual	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	996.683	-	996.683	913.198	-	913.198
Relações Interdependências	273.500	-	273.500	261.318	-	261.318
Operações de Câmbio	199.158	-	199.158	150.257	-	150.257
Credores por Recursos a Liberar	54.283	-	54.283	48.905	-	48.905
Transações com Cartões a Pagar	1.275.477	-	1.275.477	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	761.034	-	761.034	820.827	-	820.827
Recursos em Trânsito de Terceiros	275.291	-	275.291	18.657	-	18.657
Outros	222.927	1.885	224.812	318.788	2.263	321.051
Total	4.058.353	1.885	4.060.238	3.780.792	2.263	3.783.055

					Consolidado	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	807.702	-	807.702	713.893	-	713.893
Relações Interdependências	273.500	-	273.500	258.571	-	258.571
Operações de Câmbio	199.158	-	199.158	150.257	-	150.257
Negociação e Intermediação de Valores	1.130	-	1.130	4.551	-	4.551
Credores por Recursos a Liberar	54.422	-	54.422	49.042	-	49.042
Transações com Cartões a Pagar	1.275.477	-	1.275.477	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.351.004	-	2.351.004	2.672.524	-	2.672.524
Recursos em Trânsito de Terceiros	275.291	-	275.291	18.657	-	18.657
Outros	339.249	1.885	341.134	464.128	2.263	466.391
Total	5.576.933	1.885	5.578.818	5.580.465	2.263	5.582.728

Nota 21 – (Ativos)/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(6.299)	(99.213)
Operações de Swap	-	(99.112)
Operações de Câmbio	(6.299)	(101)
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	-	1.689.405
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado	-	1.684.915
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	4.490
Total	(6.299)	1.590.192

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300.000 (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. Em 28/01/2026 foi realizada a opção de resgate pelo Banrisul, assim liquidando a dívida subordinada.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (Tier 2), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de swap associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026 (31/12/2025 – R\$998.898). No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap e Contratos Futuros de DI1.

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Individual			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras
Saldo Inicial em 31/12/2025	50.400	2.183.845	269.040	7.679
Constituição	-	58.437	16.232	-
Atualização Monetária	5.658	100.016	25.098	114
Reversão da Provisão	(290)	(174.349)	(31.573)	-
Baixas por Pagamento	(167)	(232.186)	(29.033)	-
Saldo Final em 30/06/2026	55.601	1.935.763	249.764	7.793

	Individual			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455
Constituição e Atualização Monetária	18.897	218.427	28.950	103
Reversão da Provisão	-	-	(11.771)	-
Baixas por Pagamento	(1.431)	(125.706)	(29.809)	-
Saldo Final em 30/06/2025	866.841	1.845.469	272.959	7.558

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras
Saldo Inicial em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.463	7.679
Constituição	-	58.344	14.932	-
Atualização Monetária	5.658	100.016	25.098	114
Reversão da Provisão	(558)	(174.534)	(31.658)	-
Baixas por Pagamento	(167)	(232.190)	(29.058)	-
Saldo Final em 30/06/2026	55.623	1.937.859	252.777	7.793

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455
Constituição e Atualização Monetária	18.905	218.330	29.026	103
Reversão da Provisão	-	-	(11.822)	-
Baixas por Pagamento	(1.432)	(125.707)	(29.828)	-
Saldo Final em 30/06/2025	867.121	1.848.499	277.293	7.558

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As causas de natureza fiscal referem-se a outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável que somam o montante de R\$980 (31/12/2025 – R\$1.270) e a auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos. O auto de infração exige contribuição previdenciária, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$147.731 (31/12/2025 – R\$132.936), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$125.135 (31/12/2025 – R\$113.806) e como perda provável o montante de R\$22.596 (31/12/2025 – R\$19.130), devidamente provisionado. Além dessas, está provisionado R\$32.025 (31/12/2025 – R\$30.000) para encargos contratuais relacionados à processos judiciais de natureza fiscal.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$891.629 (31/12/2025 – R\$939.677) e no Consolidado R\$933.572 (31/12/2025 – R\$979.420). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foram registradas provisões para contingências.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. À luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do CPC 25, o Banrisul concluiu que não havia elementos que justificassem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade da provisão referente ao déficit atuarial da FBSS.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$999.215 (31/12/2025 – R\$966.227) e no Consolidado R\$1.006.464 (31/12/2025 – R\$973.512), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Existem ainda R\$179.748 (31/12/2025 – R\$128.859) no Individual e no Consolidado relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

(c) Devedores por Depósito em Garantia

Apresentamos na tabela a seguir os saldos dos depósitos em garantia referentes aos passivos contingentes do Individual e Consolidado:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fiscais	140.004	169.298	140.064	169.358
Trabalhistas	1.258.944	961.345	1.262.791	965.134
Cíveis	160.642	154.470	162.129	155.943
Total	1.559.590	1.285.113	1.564.984	1.290.435

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	164.692	10.369	164.692	10.369
Obrigações Sociais e Estatutárias	127.069	414.391	127.413	414.801
Provisão de Pessoal	242.491	169.527	243.248	170.648
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	132.421	154.963	132.729	164.374
Credores Diversos	143.112	108.542	227.381	192.987
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	525.841	540.504	527.683	542.939
Provisões para Pagamentos a Efetuar	116.941	151.582	138.090	189.729
Rendas Antecipadas	98.565	104.337	98.565	104.337
Outros	4.196	3.749	6.283	7.239
Total	1.555.328	1.657.964	1.666.084	1.797.423

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 28 de abril de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social de R\$8.300.000 para R\$8.700.000, mediante aproveitamento das reservas estatutária e para expansão, no valor de R\$400.000, sem emissão de novas ações. Com isso, o Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.700.000 (31/12/2025 – R\$8.300.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/06/2026	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/06/2026	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 30/06/2026	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/06/2026	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$180.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 30/06/2025 – R\$180.000), imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$81.000 (01/01 a 30/06/2025 – R\$81.000).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 28 de abril de 2026, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2026 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	546.546	618.879
Ajuste		
Reserva Legal	(27.327)	(30.944)
Base de Cálculo dos Dividendos	519.219	587.935
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	129.805	146.984
Dividendo Adicional 15%	77.883	88.190
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	207.688	235.174
Juros sobre Capital Próprio Pagos ⁽¹⁾	166.891	168.769
Ações Ordinárias – R\$440,12526 por lote de mil ações	90.254	90.254
Ações Preferenciais A – R\$440,12526 por lote de mil ações	604	604
Ações Preferenciais B – R\$440,12526 por lote de mil ações	89.142	89.142
Imposto de Renda na Fonte	(13.109)	(11.231)
Distribuição de Dividendos ⁽¹⁾	40.797	66.405
Ações Ordinárias – R\$99,69568 por lote de mil ações	20.444	33.296
Ações Preferenciais A – R\$117,00067 por lote de mil ações	161	223
Ações Preferenciais B – R\$99,69568 por lote de mil ações	20.192	32.886
Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	207.688	235.174

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Administração de Fundos	40.245	31.355	76.018	63.661
Cobrança e Custódia	26.310	27.532	26.313	27.548
Administração de Consórcios	-	-	60.446	62.410
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	-	247.087	266.640
Arrecadação	14.917	15.961	14.917	15.961
Comissões de Corretagem de Seguros	-	-	150.289	149.380
Cartão de Crédito	119.584	115.686	124.602	120.522
Serviços de Conta Corrente	302.689	294.938	312.047	303.749
Outras	19.615	18.974	37.394	37.072
Total	523.360	504.446	1.049.113	1.046.943

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração Direta	743.226	657.146	753.984	664.603
Benefícios	246.565	223.041	247.636	224.147
Encargos Sociais	314.508	285.483	316.256	287.139
Treinamento	3.932	2.558	3.963	2.637
Participações dos Empregados no Resultado	115.191	135.605	115.191	135.605
Total	1.423.422	1.303.833	1.437.030	1.314.131

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Comunicações	28.055	35.366	31.032	37.244
Processamento de Dados	115.564	124.864	119.555	128.402
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	67.993	69.131	68.071	69.131
Amortização e Depreciação	187.422	177.173	211.928	199.577
Aluguéis e Condomínios	40.681	28.224	40.094	27.609
Serviços de Terceiros	239.541	226.680	251.516	241.468
Serviços Técnicos Especializados	130.836	99.093	139.577	105.761
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	66.190	71.544	74.721	78.990
Manutenção e Conservação de Bens	66.985	56.832	67.116	57.024
Água, Energia e Gás	16.156	16.337	16.407	16.690
Serviços do Sistema Financeiro	21.201	19.958	21.750	21.028
Outras ⁽²⁾	60.689	61.203	67.063	62.438
Total	1.041.313	986.405	1.108.830	1.045.362

(1) Composto, principalmente, por R\$23.813 (01/01 a 30/06/2025 – R\$ 29.390) e no Consolidado R\$30.285 (01/01 a 30/06/2025 – R\$ 35.621) de despesa com propaganda institucional e R\$41.620 (01/01 a 30/06/2025 – R\$ 40.474) e no Consolidado R\$42.344 (01/01 a 30/06/2025 – R\$ 40.506) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

(2) Composto, principalmente, por R\$11.115 e no Consolidado R\$15.423 de despesas destinadas ao Banrisul Instituto Cultural e Social (Nota 35a). No ano de 2025, composto, principalmente, por R\$25.103 e no Consolidado R\$25.109 de despesas relacionadas a emolumentos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	107.113	110.051	12.300	11.642
Reversão de Provisões Operacionais	11.294	30.310	27.378	31.749
Tarifas Interbancárias	6.421	8.209	6.421	8.209
Títulos de Créditos a Receber	13.663	13.317	13.663	13.332
Receitas Diversas com Cartões	17.262	9.219	17.262	9.219
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	3.203	4.688	4.673	5.591
Atualização de Depósitos Judiciais	52.140	42.713	52.260	42.831
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	-	127.487	145.612
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	23.661	19.712	23.661	19.712
Atualização de Ativo Atuarial	28.627	26.160	29.160	26.277
Outras	7.471	19.936	33.806	23.162
Total	270.855	284.315	348.071	337.336

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	110.506	49.248	110.506	49.248
Despesas com Cartões	5.086	5.364	5.086	5.364
Convênio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	152.503	150.613	152.503	150.613
Convênios Crédito Consignado	4.557	4.263	4.557	4.263
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	6.485	5.859	6.485	5.859
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	2.216	3.297	70.919	68.869
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	3.884	6.388	3.884	6.388
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	3.196	4.239	3.196	4.239
Bônus Banrisul de Vantagens	16.181	20.328	16.181	20.328
Tarifas Não Recebidas	16.232	9.991	16.232	9.991
Ressarcimentos Correspondentes Bancários	9.215	125	9.215	125
Serviços de Processamento de Folha de Pagamento	12.078	11.220	12.078	11.220
Outras	37.656	26.906	43.855	35.280
Total	379.795	297.841	454.697	371.787

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	569.996	647.218	715.919	827.217
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(256.499)	(291.248)	(250.519)	(315.412)
Efeito no Cálculo dos Tributos	233.049	262.909	81.564	107.378
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	81.000	81.000	138.704	81.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	227.851	178.690	23.770	20.757
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(75.708)	-	(75.708)	-
Outros Valores	(94)	3.219	(5.202)	5.621
IR e CSLL	(23.450)	(28.339)	(168.955)	(208.034)
Corrente	-	(26.010)	(144.015)	(217.813)
Diferido	(23.450)	(2.329)	(24.940)	9.779

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA Individual e Consolidado utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	546.546	618.879
Ações Ordinárias	274.041	310.293
Ações Preferenciais A	1.843	2.118
Ações Preferenciais B	270.662	306.468
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$		
Ação Ordinária	1,33	1,51
Ação Preferencial A	1,34	1,54
Ação Preferencial B	1,33	1,51

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 324/26.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 30/06/2026	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	8,10	7,90	8,02	7,86	8,05	7,78	7,78	7,78	8,17
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	8,10	7,90	8,02	7,86	8,05	7,78	7,78	7,78	8,17
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾			3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13
Taxa de Desconto Nominal	12,56	12,36	12,48	12,31	12,51	12,23	12,23	12,23	12,64
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,56	12,36	12,48	12,31	12,51	12,23	12,23	12,23	12,64
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,55	4,13	7,63	6,30	6,01	Conforme Plano ⁽²⁾			7,63
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,52	4,13	4,13	4,13	4,13	4,13	5,17	5,17	4,13

Hipóteses Econômicas – 31/12/2025	Planos de Previdência (% a.a.)					Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾			3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano ⁽²⁾			7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2026 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2025 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015-2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Saldado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2026.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 324/26, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

30/06/2026		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,09
Renda Fixa	77,35	79,02	76,68	77,76	82,54	98,53
Renda Variável	6,25	5,55	9,37	6,96	6,29	1,38
Imóveis	6,32	3,62	-	1,16	4,88	-
Outros	10,08	11,81	13,95	14,12	6,29	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2025		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.934 (31/12/2025 – R\$7.614) e imóveis alugados com um valor justo de R\$147.068 (31/12/2025 – R\$165.031).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2026	31/12/2025
Planos de Previdência	394.823	409.155
PBI	387.495	371.822
PBS	4.839	28.035
FBPREV	(4)	(4)
FBPREV II	(81)	(77)
FBPREV III	2.574	9.379
Planos de Saúde	(181.161)	(181.463)
Prêmio Aposentadoria	132.775	133.703
Total	346.437	361.395

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.059.378	1.220.832	20.298	212.879	290.415	181.161	132.775
Valor Justo dos Ativos do Plano	(671.883)	(1.277.912)	(45.362)	(322.271)	(318.131)	(414.302)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	387.495	(57.080)	(25.064)	(109.392)	(27.716)	(233.141)	132.775
Efeito do Teto de Ativo	-	-	25.060	109.311	-	51.980	-
Passivos Adicionais	-	61.919	-	-	30.290	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	387.495	4.839	(4)	(81)	2.574	(181.161)	132.775

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Resultado no Período – 01/01/2026 a 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	8	-	279	(301)	(13)	846	2.123
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	59.831	69.023	1.149	12.079	16.827	10.105	6.365
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(41.738)	(70.055)	(2.455)	(17.345)	(17.306)	(22.963)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	2.382	2.373	1.287	5.197	937	1.944	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	20.483	1.341	260	(370)	445	(10.068)	8.488

Resultado do Exercício – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	90.244	(3.058)	(880)	(6.823)	(7.134)	5.142	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(26.208)	(35.147)	(996)	(7.023)	(11.956)	(3.871)	(399)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(42.896)	18.808	1.780	14.713	13.368	16.481	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	21.140	(19.397)	(96)	867	(5.722)	17.752	(399)

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.483	1.341	260	(370)	445	(10.068)	8.488
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	21.140	(19.397)	(96)	867	(5.722)	17.752	(399)
Contribuições do Empregador	(25.950)	(5.140)	(164)	(501)	(1.528)	(7.382)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(9.017)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	387.495	4.839	(4)	(81)	2.574	(181.161)	132.775

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	95.505	62.982	1.013	10.435	20.764	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(39.205)	(5.305)	(169)	(504)	(1.240)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(25.950)	(5.140)	(164)	(501)	(1.528)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(41.738)	(70.055)	(2.455)	(17.345)	(17.306)	(22.963)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	90.244	(3.058)	(880)	(6.823)	(7.134)	5.142	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(671.883)	(1.277.912)	(45.362)	(322.271)	(318.131)	(414.302)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2026	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Custo do Serviço Corrente Líquido	8	-	279	(301)	(13)	846	2.123
Contribuições de Participante Realizadas no Período	39.205	5.305	169	504	1.240	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	59.831	69.023	1.149	12.079	16.827	10.105	6.365
Benefícios Pagos no Período	(95.505)	(62.982)	(1.013)	(10.435)	(20.764)	(7.382)	(9.017)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(26.208)	(35.147)	(996)	(7.023)	(11.956)	(3.871)	(399)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.059.378	1.220.832	20.298	212.879	290.415	181.161	132.775

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	5	-	231	(228)	(29)	783	1.990
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	60.386	69.446	1.158	12.083	16.508	10.631	6.375
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(38.296)	(73.201)	(2.697)	(18.678)	(18.328)	(25.337)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	3.825	1.564	6.730	1.895	3.179	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	22.095	70	256	(93)	46	(10.744)	8.365

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	25.127	5.499	169	463	2.222	7.547	-
Contribuições do Participante	42.855	5.499	169	463	2.222	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	111.708	68.541	1.168	10.779	20.713	7.547	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.794

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	111.708	68.541	1.168	10.779	20.713	7.547	28.794
2027	210.531	132.364	1.881	20.800	36.914	15.694	33.453
2028	203.887	130.366	1.891	20.405	35.963	15.719	8.826
2029	197.978	128.295	1.870	20.117	34.967	15.792	10.313
2030	190.044	126.089	1.855	19.822	33.998	15.784	8.144
2031 a 2035	836.829	591.056	9.222	94.982	153.241	77.453	17.526

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
30/06/2026	6,87	8,66	7,59	9,00	7,27	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,68	10,68	6,13
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,81	10,89	5,97

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	2.889	2.825	4.830	4.676	1.531	8.725	3.122	13.199	9.277

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.463)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.735
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(181)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	182

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$17.939.820 (31/12/2025 – R\$17.001.441), dos quais R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e

Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	22.600.729	21.095.335
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	42.629	40.143
Fundos de Ações	130.052	127.835
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.808	10.409
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	17.362.518	13.443.707
Carteiras Administradas	555.913	519.940
Total	40.702.649	35.237.369

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 114 (31/12/2025 – 120) grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 64.368 (31/12/2025 – 71.998) consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em junho de 2026, o Banrisul firmou contrato com o Estado do Rio Grande do Sul e com o Instituto de Previdência do Estado – IPERGS, por meio do qual foi recontratada a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, originariamente contratada em 17 de junho de 2016. Em razão dos termos ajustados no referido Contrato, o Banrisul efetuou o pagamento do preço em parcela única, no montante de R\$1.234.044. O novo contrato foi firmado pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado por igual período mediante novo acordo de preço. Por meio deste contrato o Banrisul mantém a condição de instituição financeira responsável pela centralização e processamento de créditos provenientes de 100 % (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade dos servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado. O contrato prevê que o Banrisul não fará jus à remuneração direta a ser paga pelo Estado pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos. Os serviços abrangidos pelo contrato serão prestados a aproximadamente 294 mil servidores. O Banrisul poderá ofertar produtos e serviços bancários aos servidores ativos, inativos e pensionistas, obtendo, em contrapartida, as respectivas receitas e as tarifas regulamentares. O valor contratado e pago ao Estado não contempla as Autarquias e Fundações vinculadas à Administração Direta Estadual, cujos processos de negociação, formalização contratual e pagamento ocorrerão de forma individualizada, mediante celebração de contratos específicos com cada entidade. Na data-base destas demonstrações financeiras, tais contratações encontravam-se em fase de tratativas e formalização. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o valor desembolsado foi reconhecido como ativo intangível, sendo sua realização no resultado efetuada de forma sistemática ao longo do prazo contratual, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados decorrentes da operação;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a;
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(17.803.905)	(14.889.999)	(1.058.762)	(958.245)
Outros Ativos	15.683	4.861	-	-
Depósitos à Vista	(390.639)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(17.362.518)	(13.443.707)	(1.058.762)	(958.245)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(5.451)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(60.980)	(14.340)	-	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(3.643.535)	(3.398.531)	(101.363)	(50.026)
Outros Ativos Financeiros	11.663	182.703	-	65.068
Outros Ativos	22.087	22.516	94.944	11.004
Depósitos à Vista	(27.977)	(6.297)	-	-
Depósitos a Prazo	(1.557.746)	(1.461.801)	(113.132)	(61.521)
Captações no Mercado Aberto	(89.993)	(139.414)	(9.024)	(6.502)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.050.840)	(972.541)	(69.584)	(52.259)
Outros Passivos Financeiros ⁽³⁾	(950.013)	(1.022.879)	-	-
Outros Passivos	(716)	(818)	(4.567)	(5.816)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(238.960)	(237.809)	(19.477)	(1.941)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(71.182)	(66.948)	(11.182)	(1.941)
Letras Financeiras Subordinadas	(108.295)	(100.556)	(8.295)	-
Obrigações por Empréstimos	(59.439)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(44)	(45)	-	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	(24.694)	(23.253)	(12.500)	-
Depósitos a Prazo	(13.304)	(12.628)	(595)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(11.390)	(10.625)	(790)	-
Outras Despesas Administrativas	-	-	(11.115)	-
Total	(21.711.094)	(18.549.592)	(1.192.102)	(1.010.212)

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(17.803.905)	(14.889.999)	(1.058.761)	(958.245)
Outros Ativos	15.683	4.861	1	-
Depósitos à Vista	(390.639)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(17.362.518)	(13.443.707)	(1.058.762)	(958.245)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(5.451)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(60.980)	(14.340)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(238.960)	(237.809)	(19.477)	(1.941)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(71.182)	(66.948)	(11.182)	(1.941)
Letras Financeiras Subordinadas	(108.295)	(100.556)	(8.295)	-
Obrigações por Empréstimos	(59.439)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(44)	(45)	-	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	(24.694)	(23.253)	(16.808)	-
Depósitos a Prazo	(13.304)	(12.628)	(595)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(11.390)	(10.625)	(790)	-
Outras Despesas Administrativas	-	-	(15.423)	-
Total	(18.067.559)	(15.151.061)	(1.095.046)	(960.186)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	13.902	12.351
Remuneração	10.927	9.618
Encargos Sociais	2.975	2.733
Benefícios Pós-Emprego	511	502
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	511	502
Total	14.413	12.853

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Nota 37 – Evento Subsequente

Acordos Individuais em Ações Coletivas de 7ª e 8ª Horas

Em 13 de julho de 2026, o Banrisul reabriu a possibilidade de formalização de acordos individuais referentes às ações coletivas de 7ª e 8ª horas, aplicáveis às funções de Analista e Assistente. A elegibilidade incluiu empregados que não aderiram na janela anterior, que não possuísem ações individuais em curso sobre a mesma matéria, ativos, aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou aptos a aposentadoria até 31 de dezembro de 2026. Em 20 de julho de 2026 foi aberta, também, a possibilidade de adesão a acordos individuais de 7ª e 8ª horas para a função de Técnico em Serviços de Manutenção. Os colaboradores em função de Analista, Assistente e Técnico em Serviços de Manutenção terão até o dia 14 de agosto de 2026 para optarem pela adesão. E em 07 de agosto de 2026 foi aberta a possibilidade de adesão a acordos individuais de 7ª e 8ª horas para as funções de Gerente de Negócios e Supervisores da rede de agências, apenas para a Base Sindical de Porto Alegre. Os colaboradores em função de Gerente de Negócios e Supervisores terão até o dia 24 de agosto de 2026 para optarem pela adesão. A exemplo dos acordos realizados anteriormente, a adesão ocorre de forma totalmente voluntária.

Relatórios

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 30 DE JUNHO DE 2026

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), com o Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e por seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria elabora semestralmente relatório, contendo a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, das auditorias independente e interna. Avalia, ainda, a qualidade das demonstrações financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas.

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 4.910/2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificados como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição; e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e as Diretorias do Banco.

É responsabilidade da Administração manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À Auditoria Independente (KPMG) cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul, Empresas Controladas e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira.

2. ATIVIDADES E DESTAQUES DO PERÍODO

O planejamento dos trabalhos para o ano de 2026, aprovado em 09 de dezembro de 2025, foi realizado considerando as principais atribuições do Comitê, e é revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. No período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2026, o Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis pela auditoria, contabilidade, o controle interno, o gerenciamento de riscos, entre outros. Nesse período realizou 15 reuniões, contemplando 40 sessões, devidamente formalizadas em atas. Foram recebidas 197 matérias para análise.

Ao longo do 1º semestre de 2026 foram realizadas reuniões com o Comitê de Riscos, Diretores do Banrisul e das Empresas Controladas, Auditores Independentes, a Auditoria Interna, os executivos das Unidades de Contabilidade, de Controles, Compliance e Inspeção, de Cobrança de Ativos Financeiros, de Estratégia e Inteligência de Crédito, de Agronegócios, entre outras áreas que integram a Instituição.

Entre os assuntos tratados, importante ressaltar a avaliação e monitoramento sobre: os mecanismos de controle interno; as demonstrações financeiras, transações com partes relacionadas, informações e medições divulgadas; as constatações relevantes em acompanhamento pela Auditoria Interna; os indicadores de risco de crédito; as ações de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT); as ocorrências e tentativas de golpes e fraudes contra clientes; a avaliação atuarial; o canal de denúncias; a ouvidoria; e o atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Além disso, o Comitê tomou ciência das atas das reuniões da Diretoria.

O Comitê encaminhou regularmente as atas das reuniões ao Conselho Fiscal, reunindo-se com seus integrantes.

Trimestralmente, foram apresentados ao Conselho de Administração relatórios sobre as atividades do Comitê, abrangendo os temas dentro do escopo de sua atuação. Além disso, foram recomendadas ao Conselho correções e aprimoramentos em políticas, práticas e procedimentos identificados no exercício de suas atribuições.

Os representantes do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil participaram de reunião do Comitê com o objetivo de se inteirarem das atividades desenvolvidas, bem como de atualizarem os integrantes sobre o andamento de suas próprias ações e o atendimento aos respectivos apontamentos.

O Comitê de Auditoria analisou os relatórios mensais emitidos pela Auditoria Interna. Reuniu-se para esclarecimentos e tomada de providências corretivas em relação aos apontamentos, realizando alinhamentos contínuos dos trabalhos. Também analisou e aprovou o Relatório Anual das Atividades desenvolvidas.

O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a Auditoria Independente para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados, bem como a independência dos auditores.

Importante destacar que, (i) não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da instituição e; (ii) não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

3. CONCLUSÕES

A análise dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna, pela Unidade de Controles, Compliance e Inspeção, e pela Unidade de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Governança em Privacidade – considerada dentro das limitações naturais do escopo de atuação de cada órgão – não identificou elementos que comprometam a efetividade do sistema de controles internos.

Com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco.

O sistema de controle interno do Banrisul é adequado ao porte e à complexidade das operações do Conglomerado, recebendo atenção contínua da Administração.

A Auditoria Independente e a Auditoria Interna atuam de maneira efetiva, com objetividade e independência, contribuindo significativamente para a qualidade dos controles internos.

O exame regular das demonstrações financeiras, que são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o contato frequente

com a Unidade de Contabilidade, com a Auditoria Interna e com os Auditores Independentes, permite ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Considerando o escopo de suas atividades, os trabalhos e as avaliações realizadas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e com as demais práticas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), adotadas no Brasil, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2026, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2026.

Carlos Biedermann

Urbano Schmitt
Coordenador

João Zani

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo período, nos relatórios sem ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, emitidos pela KPMG Auditores Independentes, nesta data, concluem não terem conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente citados não foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2026.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Micheli Tassiani Petry
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas 3 (c.4) a (c.10) e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho R\$ 4.016.259 mil no individual e R\$ 4.016.399 mil no consolidado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas dos instrumentos financeiros considerando fatores macroeconômicos, informação prospectiva e múltiplos cenários, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (<i>“Probability of Default”</i>), LGD (<i>“Loss Given Default”</i>) e EAD (<i>“Exposure at Default”</i>). O Banco avalia a provisão de risco de crédito de forma coletiva considerando os ativos financeiros com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração entre outros fatores o tipo de instrumento, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores. A Administração classifica tais instrumentos financeiros em estágios nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito, quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial (Estágio 2) nesse momento a provisão para perda é reconhecida de modo a representar a vida útil remanescente do ativo ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3) cessando a apropriação das rendas da operação, para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, à utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Avaliação do desenho dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (b) Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; (ii) recálculo independente das PDs, LGDs, EAD considerando fatores macroeconômicos, informação prospectiva e múltiplos cenários; (c) Revisão dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito e de arrendamento mercantil financeiro nos estágios requeridos pela Resolução nº 4.966/2021, com base em amostragem, com envolvimento dos nossos especialistas em risco de crédito; (d) Análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito considerando os respectivos estágios; e (e) Avaliamos também as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações relacionadas à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.(i) e nº 23.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2026 R\$ 2.248.921 mil no individual e R\$ 2.254.052 mil no consolidado de provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas. O Banco constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banco, suportada por seus assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao uso de estimativa e julgamento por parte da Administração, junto aos seus assessores jurídicos, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Avaliação do desenho dos controles internos relevantes e que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) Confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; e (c) Análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações relacionadas à provisões para demandas judiciais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB", e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. nessa data, sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificação, com data de 10 de agosto de 2026.

Informações comparativas

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025, e respectivas notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de fevereiro de 2026 e 11 de agosto de 2025, respectivamente, sem modificações.

Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em sua auditoria, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
RICARDO ENGLERT
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

